

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA

JOÃO PAULO PEDRO DOS SANTOS

ENTRE O ATRASO E A FALTA DE CIVILIZAÇÃO:
REPRESENTAÇÕES DO *HINTERLAND* PERNAMBUCANO A PARTIR DAS
CORRESPONDÊNCIAS PUBLICADAS NO DIARIO DE PERNAMBUCO (1850-1870)

RECIFE

2019

JOÃO PAULO PEDRO DOS SANTOS

ENTRE O ATRASO E A FALTA DE CIVILIZAÇÃO:
REPRESENTAÇÕES DO *HINTERLAND* PERNAMBUCANO A PARTIR DAS
CORRESPONDÊNCIAS PUBLICADAS NO DIÁRIO DE PERNAMBUCO (1850-1870)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP – como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Tiago da Silva Cesar

RECIFE
2019

JOÃO PAULO PEDRO DOS SANTOS

**ENTRE O ATRASO E A FALTA DE CIVILIZAÇÃO: REPRESENTAÇÕES DO
HINTERLAND PERNAMBUCANO A PARTIR DAS CORRESPONDÊNCIAS
PUBLICADAS NO DIARIO DE PERNAMBUCO (1850-1870)**

DEFESA PÚBLICA em

Recife, 19 de setembro de 2019

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Orientador Prof.º Dr. Tiago da Silva Cesar (UNICAP)

Examinador interno: Prof. Dr. Flavio José Gomes Cabral (UNICAP)

Examinador externo: Prof.^a Dr.^a Suzana Cavani Rosas (UFPE)

Recife
2019

Dedico esta dissertação à minha mãe Matilde Ribeiro dos Santos, à família e à filosofia nietzscheana, que me apoiaram durante o curso desta “trajetória estelar”.

De forma especial ao meu “mestre” e orientador Tiago da Silva Cesar, por sua atenção e competência.

AGRADECIMENTOS

A força suprema pela condição de existência.

Ao professor Tiago da Silva Cesar, pela orientação, incentivo e amizade durante todo o percurso deste trabalho.

Ao inestimável amigo e professor Flavio Cabral, por toda sua colaboração.

A professora Suzana Cavani, por aceitar o convite para fazer parte da banca e ter colaborado com suas observações pertinentes ao desenvolvimento deste trabalho.

A minha amiga e “mestra” intelectual e de vivência, professora Noemia Luz, pelo acolhimento em momentos de agústia, solidão e alegria.

A todos os amigos do curso que compartilharam esse tempo comigo.

A Universidade Católica de Pernambuco e, em especial, ao Programa de Pós-graduação em História, por ter fornecido todo o aparato necessário para a realização deste trabalho.

A Prefeitura Municipal do Jaboatão dos Guararapes, por ter-me concedido afastamento integral das minhas funções laborais para a realização deste mestrado. Em especial, a todos que fazem parte da Escola José Carneiro, sobretudo, os gestores Karla Simone e Edilson Oliveira, e os professores: Surama, Vânia, Cláudio, Ivaldo, Renicleide, Drance, Luciana, Kelly, Rosilene, Areli, Magda, Francisca, Elenk, Lurdinha, Jó Lima, Walkiria, Dado, Bella, Kleber, Flávio e Luiz.

Ao Estado de Pernambuco por conceder afastamento parcial das minhas funções laborais para essa empreitada. De forma carinhosa a Ana Cristina, Fátima Dias, Tom e Alberto de Mugemba, Ana Paula, Fátima, Zezezinha e Aleyde.

A amiga Cristina, pelos momentos de alegria e descontração.

A amiga Telma e família.

Em especial e, com carinho, a Valquiria e família

Agora a *refameia*, que sem ela eu não vivo: Dey, Joaziel (Negão), Marcelo (papudinho), Lúcio, Guilherme, Geraldo, Doca, Eva, Jozimar, Jobson, Covi, Reginaldo, Jamerson (barraca), Dayane, Silveria, Siriguela, Fuá e Ureia. E todos aqueles ligados a estes.

História abscondita [História oculta]. – Todo grande homem exerce uma força retroativa: toda a história é novamente posta na balança por causa dele, e milhares de segredos do passado abandonam seus esconderijos – rumo ao sol dele. Não há como ver o que ainda se tornará história. Talvez o passado esteja ainda essencialmente por descobrir! Tantas forças retroativas são ainda necessárias!

Friedrich Nietzsche¹

¹ NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A Gaia Ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 81.

RESUMO

A meados do século XIX, precisamente entre 1853 e 1854, a prática correspondente desde o interior das comarcas pernambucanas passou a cobrar protagonismo na principal folha da província de então: o Diário de Pernambuco. Tanto é assim que, paulatinamente, foram surgindo *correspondentes noticiadores* que chegaram, inclusive, a se comprometer com o jornal em enviar periodicamente um retrospecto e/ou panorama sobre os (in)sucessos de sua região. Apesar de ter passado por transformações ao longo do período estudado, pode-se dizer que a prática teve grande importância ao gozar da atenção de parte considerável das elites políticas letradas do *hinterland* pernambucano. A presente pesquisa procurou identificar e analisar as representações de atraso e (in)civilização a partir das publicações realizadas acerca das comarcas pernambucanas, exceto a do Recife, atentando para os discursos-imagens contidas nessas correspondências, publicadas entre 1850 e 1870. Ao transitarem entre o interior e a capital ou, entre a cultura interiorana e os usos e costumes da capital, tomamos esses correspondentes enquanto mediadores culturais, já que acabavam por traduzir realidades e mundos para ambos os espaços, fabricando ou reforçando representações ora sobre o interior (rural), ora sobre o urbano (capital). Procurou-se descrever e analisar as principais representações daquilo que se considerava características ou imagens do mundo civilizado, moderno, e/ou do progresso, ou, do seu contrário, o atraso e a incivilização, tal como se destacava, por exemplo, a figura do matuto como homem-figura contrário ao progresso e representante do atraso, chocando, portanto, com o sentido-representação construído posteriormente pelos intelectuais do litoral.

Palavras chave: Diário de Pernambuco. Correspondentes noticiadores. Representações.

ABSTRACT

In the mid-nineteenth century, precisely between 1853 and 1854, the corresponding practice from the interior of the Pernambuco regions began to play a leading role in the main leaf of the province: the *Diario de Pernambuco*. So much so that, gradually, correspondents began to appear that even compromised with the newspaper to send periodically a retrospective and/or panorama about the (uns)successes of its region. Despite having undergone changes during the period studied, it can be said that the practice was of great importance in enjoying the attention of a considerable part of the literate political elites of the Pernambuco hinterland. The present research sought to identify and analyze the representations of delay and (in)civilization from the publications made about the Pernambuco counties, except for Recife, paying attention to the discourses-images contained in these correspondences, published between 1850 and 1870. the interior and the capital or, between the interior culture and the uses and customs of the capital, we take these correspondents as cultural mediators, since they ended up translating realities and worlds for both spaces, making or reinforcing representations now about the (rural) interior, sometimes about the urban (capital). We sought to describe and analyze the main representations of what were considered features or images of the civilized, modern world and / or of progress, or, on the contrary, the backwardness and uncivilization, as highlighted, for example, by the figure. from the matuto as a figure-man opposed to progress and representative of backwardness, thus clashing with the sense-representation constructed later by the coastal intellectuals.

Keywords: *Diario de Pernambuco*. News correspondents. Representations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ORGANOGRAMA – CIRCUITO DE COLABORADORES E INTERMEDIÁRIOS ENTRE OS CORRESPONDENTES E A REDAÇÃO DO DIÁRIO DE PERNAMBUCO.....	42
MAPA 1 – LINHAS DOS CORREIOS DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO (1860).....	58
GRÁFICO 1 – CORRESPONDÊNCIAS PUBLICADAS NO DIÁRIO DE PERNAMBUCO SOBRE AS COMARCAS (1850-1870).....	65
GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DAS CORRESPONDÊNCIAS POR COMARCAS (1850-1870).....	66
MAPA 2 – DISTRIBUIÇÃO POR COMARCAS DAS CORRESPONDÊNCIAS ENVIADAS AO DIÁRIO DE PERNAMBUCO (TOTAL 792).....	67
IMAGEM 1 – REPRESENTAÇÃO VISUAL DO MATUTO (1848).....	79
IMAGEM 2 – REPRESENTAÇÃO VISUAL DO MATUTO (1848).....	79
IMAGEM 3 – ANÚNCIOS DE ESPETÁCULOS SOBRE A FIGURA DO “MATUTO”.....	82
IMAGEM 4 – ANÚNCIOS DE ESPETÁCULOS SOBRE A FIGURA DO “MATUTO”.....	82
IMAGEM 5 – ANÚNCIOS DE ESPETÁCULOS SOBRE A FIGURA DO “MATUTO”.....	82

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PSEUDÔNIMOS UTILIZADOS PELOS MISSIVISTAS E CORRESPONDÊNTES DO DIARIO DE PERNAMBUCO (1850-1870).....	37-39
TABELA 2 – INÍCIO DA PRÁTICA CORRESPONDENTE NAS COMARCAS PERNAMBUCANAS.....	41
TABELA 3 – CALENDÁRIO DO SERVIÇO DE ENVIO DE MALAS DO DIARIO DE PERNAMBUCO.....	55
TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS DO CORREIO NO IMPÉRIO EM 1860.....	56
TABELA 5 – RAMIFICAÇÕES DAS LINHAS DE CORREIO NO IMPÉRIO EM 1860....	57
TEBELA 6 – AS LINHAS DE CORREIO DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO EM 1860.....	58, 59
TABELA 7 – EXPRESSÕES DE CARACTERIZAÇÃO ENCONTRADO NAS CORRESPONDÊNCIAS.....	73
TABELA 8 – APRESENTAÇÕES TEATRAIS SOBRE O MATUTO.....	83

LISTA DE SIGLAS

AFDR – Arquivo da Faculdade de Direito do Recife

APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

BN – Biblioteca Nacional

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

LISTA DE ABREVIATURAS

AP – A Provincia

COR – Coluna Correspondente

COM – Coluna Comunicado

DP – Diario de Pernambuco

LP – O Liberal Pernambucano

OL – O Liberal

PE – Coluna Pernambuco

PP – Coluna Publicações a Pedido

Qtd. – Quantidade

SUMÁRIO

Introdução	13
1. “Debaixo da capa do anonymo conhece-se perfeitamente que a alma do escripto [...] é a alma do juiz municipal daquele termo [...]”: Os correspondentes e a disputa pelo espaço de publicação no Diario de Pernambuco (1850-1870)	18
1.1 Os usos políticos das correspondências.....	20
1.2 A importância do anonimato para a prática correspondente	26
2. A profissionalização do exercício correspondente	40
2.1 O “bom - pesquisador de novidades”: os agentes.....	43
2.2 O “bom e fiel mensageiro”: os portadores	45
2.3 Os serviços de correio em Pernambuco	53
3. Os correspondentes enquanto mediadores culturais	60
3.1 As colunas do Diario: o espaço da escrita correspondente.....	62
3.2 O bárbaro versus civilizado: visões das vilas e comarcas interioranas	70
3.2.1 As imagens e representações do matuto.....	76
3.2.2 As imagens do atraso.....	84
3.2.3 As imagens da barbárie e do incivilizado	90
Conclusão	97
Fontes e referências	100
Fontes:	100
Periódicos:	100
Bibliografia:	105

Introdução

Como a presente dissertação construiu-se, basicamente, a partir da análise das cartas enviadas pelos correspondentes das comarcas do interior da Província de Pernambuco ao Diário de Pernambuco, começemos, portanto, com um excerto de uma missiva assinada em Vitória, no dia 8 de maio de 1860:

Srs. Redactores. – Longos dias ha, que não lhe envio minhas toscas expressões, por que bem sei que Vmc. entretido com os grandes rumores dessa populosa capital em nada apreciará a monotonia deste canto da terra, porém como muitas vezes acontece que o homem enfastiando os prazeres da vida procura dar alguma expansão ao espirito, sempre quero contar-lhe as novidades deste lugar. [...].

Os devotos do mez marianno. (DP, COR, 12/05/1860, p. 3).

Tal como se pode observar acima, através das narrativas-noticiadoras dos referidos correspondentes, é possível delinear algumas visões, ou, talvez melhor dito, representações sobre as gentes, os modos de vida, e o próprio *hinterland* pernambucano, nas duas primeiras décadas da segunda metade do século XIX. O exemplo citado é muito ilustrativo de como normalmente se narravam as notícias ou sucessos a partir de uma comparação com a capital. Embora as notícias tivessem maior interesse para os habitantes envolvidos em querelas, e/ou nomeados locais, não é menos verdade lembrar que essas cartas se dirigiam aos redatores do Diário e tinham igualmente como destinatários potenciais leitores do Recife e de outras partes da província.

A menção feita pelo “Os devotos do mez marianno” aos “grandes rumores dessa populosa capital”, em relação à “monotonia deste canto da terra”, serve ademais para chamar a atenção para uma das imagens recorrentemente compartilhadas em relação ao mundo interiorano como um todo, como um espaço social quieto, monótono, sem muitas atrações. Talvez, em parte, isso seja correto afirmar, mas nada indica que a vida social fosse tão parada assim, idílio perfeito de quem foge de uma sociedade degenerada. Por certo, um dos melhores termômetros para medir a intensa sociabilidade que arrastava e, não raro, dividia as povoações, eram as badaladas disputadas políticas locais. Embora se tenha que minimizar o tom com que muitos correspondentes noticiavam as desavenças, pareciam realmente ter um lugar de primeira ordem no cotidiano de vilas e cidades do interior, misturando-se às festividades religiosas e civis.

Observa-se, inclusive, que a narrativa dos correspondentes chocava, em boa medida, com o imaginário produzido por políticos, médicos e literatos do Recife, estudados por Arrais, ao não corroborarem em muitos aspectos com a ideia acerca do *campo* como destino à evasão da cidade, já que “as melhorias que o Progresso tinha trazido para dentro da aglomeração humana não valiam o preço da deformação que, segundo eles, havia sido introduzida na vida urbana” (ARRAIS, 2004, p. 438).

Mesmo que esse *campo* idealizado não fosse o “sertão distante, que o homem do Recife, a não ser impellido por necessidades de negócios ou dever de ofício, jamais pisaria”, mas sim as “primeiras vilas, nos limites do território da Mata”, tampouco acerca dessas paragens nossos correspondentes noticiosos produziam discursos elogiosos e condescendentes com os “ideais de uma sociedade perfeita” (ARRAIS, 2004, p. 439).

Escrevendo sobre as regiões mais próximas ou distantes da capital da província, esses noticiadores não engrossavam o coro de que o campo era a salvação, senão mais bem o contrário, que o modelo civilizacional vinha justamente do local que irradiava o progresso, ou seja, Recife. De modo que, em certo sentido, os correspondentes são antiutópicos ao não contraporem a “cidade fútil e perversa e o campo austero e generoso” (ARRAIS, 2004, p. 441). Não pode haver *saudosismo ruralista* por parte de quem vive no campo e enxerga, pelo contrário, a cidade grande como exemplo do que se deveria alcançar.

Nesse sentido, os noticiadores das comarcas pernambucanas estão na contracorrente do discurso que vai idealizar o mundo rural e seus habitantes como a verdadeira essência do povo nordestino. Como se observará ao longo do estudo, a figura do matuto é acionada e reforçada, mas esse indivíduo pode ser tanto um homem/mulher perverso quanto um humilde e bom trabalhador. O mundo rural, da mesma forma, pode ser representado tanto como um espaço esquecido das mãos da *dona civilização*, como um lócus passível de ser tocado pelo *deus progresso*. Nada mais distante do discurso dos literatos que, sobretudo a partir de finais do século XIX e início do XX, acentuarão ainda mais as representações positivas das gentes do universo rural. O sertão dos correspondentes analisados, por colocar um último exemplo, é um sertão perdido das mãos de deus, enquanto que o dos intelectuais é a própria salvação das identidades regional e nacional. A partir dessa leitura, os primeiros desconstruíam e se descolavam da estereotipia da essência e do original.

Conforme Albuquerque Júnior:

outra dicotomia sobre a qual se constrói o livro de Euclides é a que opõe litoral e sertão. Ela será tema de muitos discursos e trabalhos artísticos e torna-se uma questão arquetípica da cultura brasileira. Ela emerge da própria discussão nacionalista em torno da questão da cultura e sua relação com a civilização, sendo o

litoral o espaço que representa o processo colonizado e desnacionalizador, local de vidas e culturas voltadas para Europa. O sertão aparece como o lugar onde a nacionalidade se esconde, livre das influências estrangeiras. O sertão é aí muito mais um espaço substancial, emocional, do que um recorte territorial preciso; é uma imagem-força que procura conjugar elementos geográficos, linguísticos, culturais, modos de vida, bem como fatos históricos de interiorização como as bandeiras, as entradas, a mineração, a garimpagem, o cangaço, etc. o sertão surge como a colagem dessas imagens, sempre vistas como exóticas, distantes da civilização litorânea. É uma idéia que remete ao interior, à alma, à essência do país, onde estariam escondidos suas raízes.

A relação entre o sertão e a civilização é sempre encarada como excludente. É um espaço visto como repositório de uma cultura folclórica, tradicional, base para o estabelecimento da cultura nacional. Para o próprio Euclides, como para Monteiro Lobato, a civilização devia, no entanto, ser levada ao sertão, resgatando essa cultura e essas populações que aí viviam. Lobato em *Urupês*, uma das primeiras obras a contestar o regionalismo literário falso e exótico, das primeiras décadas do século, procura focalizar momentos da vida social do interior, com ironia, com sarcasmo, criticando a falta de políticas de ação do interior do país, embora desacredite da própria capacidade destes homens pobres, vistos com, por natureza, preguiçosos, indolentes, sem iniciativa. Só uma vanguarda modernizadora podia recuperar o sertão para a civilização nacional, não importada da Europa. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 54).

Em função da posição e do papel (auto)atribuído aos noticiadores, tomamo-los aqui como “mediadores culturais”. Apesar de contas, são agentes que se responsabilizavam por coletar notícias e narrá-las por meio de um periódico que, com o passar do tempo, foi ampliando o seu raio de influência. Sobraria dizer que esses correspondentes noticiosos ao reunir, organizar e narrar os principais acontecimentos de uma comarca ou localidade, acabavam por fazer uma leitura daquela sociedade que, como se dirá mais adiante, também terminava por produzir efeitos materiais e simbólicos. Isto é, as suas descrições e caracterizações não transmitiam apenas um pensamento dado e preexistente (compartilhado ou não), além disso, a linguagem noticiosa participava efetivamente da própria construção/constituição da realidade social, objeto da missiva.

Os correspondentes do *Diário* não são viajantes, muito menos historiadores, escrevem em boa medida para os pares e sua escrita parece bastante um espelho onde se reflete a imagem justamente desses homens mais ou menos letrados e de estratos mais ou menos acomodados que, ao dizerem quem eram os outros, diziam mais sobre si mesmos. “Dizer o outro, enfim, é muito evidentemente uma forma de falar de *nós*, se é verdade que a narrativa não pode escapar da polaridade *eles/nós*, a qual constitui sua armação infrangível. Um dos efeitos do texto é, portanto, contribuir para cercar o *nós*. (HARTOG, 2014, p. 391).

Não obstante, os correspondentes não deixavam de traduzir as suas visões de mundo e da sociedade interiorana a públicos diversificados e não sempre especializados. Conforme Gomes e Hansen (2016, p. 18-19):

Podemos pensar, inclusive, como o mediador cultural, em especial aquele que se dedica à comunicação com públicos externos às comunidades de *experts*, tem que aprender a ser mediador. Ele se aperfeiçoa nas atividades de mediação e no uso de linguagem e estratégias com a sua experiência e com aquela acumulada ao longo do tempo. Ou seja, ele se torna um profissional especializado em atingir um público não especializado.

Homens de letras, alguns mais do que outros, mas não necessariamente intelectuais, devem, a nosso juízo, “ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura, e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 10).

Por outra parte, e conforme já se deu a entender, o conceito de *representação* é nodal em nosso estudo. De fato, tomamos aqui as representações construídas a partir das narrativas dos colaboradores do Diário de Pernambuco, como disputas de imagens e concepções de mundo/sociedade, das classes humildes ou empobrecidas ou, ainda, do lugar por elas ocupado ou habitado. A estereotipização do que seria progresso e civilização ou, o seu lado anverso, atraso e barbárie, está completamente relacionado às visões, valores e princípios dessa elite letrada, política e/ou econômica que se valia dos jornais.

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e seu domínio. (CHARTIER, 2002, p. 17).

A ação política, em forma de discurso, apresenta valores ideológicos na construção de determinados espaços sociais. Nessa perspectiva, as relações de poder se constroem, e as representações de poder confrontam e alteram-se, mudando, conseqüentemente o lugar de onde as vozes produzem enunciações, de onde os discursos são produzidos (FERNANDES, 2008, p. 47).

Tanta importância dada à linguagem ou, como se queira, ao discurso, é devido ao fato de não ser ela apenas um modo, maneira ou um elemento de transmissão de significados, já que também os produz. Segundo Cabrera (1999, p. 56 e 57):

El lenguaje no se limita a transmitir el pensamiento o a reflejar los significados del contexto social, sino que participa en la constitución de ambos. De hecho [...], la única manera de superar las insuficiencias explicativas del esquema dicotómico es dejar de concebir al lenguaje sólo como vocabulario y comenzar a tratarlo también como un patrón de significados que toma parte activa en la constitución de los objetos de los que habla y de los sujetos que lo encarnan y lo traducen en acción.

Os jornais, portanto, são a um só tempo suportes e meios de circulação com forte poder de enunciação e criação de opinião pública. No caso de alguns jornais pequenos do século XIX, é tão difícil (quando não impossível) saber o alcance/impacto em seus leitores/ouvintes, quanto “identificar os livros que de fato circularam mais amplamente no século XVIII” (DARNTON, 1998, p. 197), mas, em se tratando do Diário de Pernambuco, que tinha status oficial, não é em absoluto impossível de seguir os rastros de sua passagem. “José do Lins do Rego chega a afirmar que o Diário teria servido para iniciar muitos filhos de senhor de engenho nas primeiras letras” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 72).

Há de se precisar que a atividade correspondente do Diário de Pernambuco não começara concretamente em 1850, mas a escolha de se analisar tal prática e suas representações a partir desse ano se justifica pelo fato de o exercício missivista ter passado por modificações substanciais a meados dos oitocentos, influenciado, em parte, pela quietação da região depois da Praieira, mas também devido às melhorias do próprio sistema de correios e da distribuição de malas do referido periódico.

Tudo isso, somado aos interesses econômicos e políticos, fez surgir entre os letrados locais a figura-papel do correspondente noticioso das comarcas da província, indicando se não uma profissionalização em toda regra, ao menos a regularização do envio de cartas de um determinado local ou comarca ao Diário, noticiando seus sucessos. Deve-se esclarecer, por conseguinte, que não interessará aqui averiguar a *verdade* das notícias veiculadas, ou o que diziam propriamente dito, mas sim como se narrava ou contava, com seus variados tipos de figuras de linguagem, os (in)sucessos interioranos.

Concretamente, a presente pesquisa teve como objetivo principal identificar, descrever e analisar as representações de atraso e (in)civilização das comarcas interioranas pernambucanas a partir dos discursos-imagens contidas nessas correspondências. Ao longo do recorte cronológico levantou-se 792 publicações (391 assinadas com pseudônimos, 215 com o nome próprio, e 186 sem assinatura), a partir de uma amostragem de cinco anos pares (1850, 1854, 1860, 1864 e 1870) e outros cinco ímpares (1853, 1857, 1863, 1867 e 1869). Após reunirmos o montante de 792 correspondências, ainda se lançou mão de outras 22 cartas aleatórias, cobrindo assim praticamente os vinte anos entre 1850 e 1870.² Como era de se esperar, nem tudo fora utilizado, mas mesmo assim as referências citadas no texto contabilizam 126 edições do Diário de Pernambuco.³

² Os únicos anos não constantes na coletagem extra são os de 1851 e 1858.

³ Destas edições, apenas três estão fora do marco temporal de análise, a saber, 1835, 1843 e 1874.

No primeiro capítulo, intitulado “*Debaixo da capa do anonymo conhece-se perfeitamente que a alma do escripto [...] é alma do juiz municipal daquele termo [...]*”: *Os correspondentes e a disputa pelo espaço de publicação no Diario de Pernambuco (1850-1870)*, procurou-se precisar o início da prática correspondente do interior das comarcas pernambucanas para o Diario, buscando localizar seus agentes, dificuldades e embates pela referida tribuna. Nele discutiram-se os usos políticos das correspondências, enervada principalmente a partir da expansão das células do partido liberal pelo interior da província, a meados do século XIX, motivo pelo qual também se exerceu o papel de correspondente utilizando-se de pseudônimos. O anonimato, como sugere o título do capítulo, era essencial para a existência da prática missivista.

Em *A profissionalização do exercício correspondente*, segundo capítulo, buscou-se mapear as transformações do referido exercício, quando, de fato, de simples e esporádicas colaborações, passou-se a um envio regular por parte de alguns colaboradores que passaram a se reconhecer enquanto correspondentes noticiosos de suas terras ou comarcas. Com *profissionalização* não nos referimos à criação de um ofício propriamente dito, mas a um compromisso assumido por esses indivíduos que, ao aprimorar a prática correspondente, deixavam para trás o amadorismo inicial. Tanto é assim que foi possível identificar uma espécie de especialização de funções e colaboradores, como o dos agentes/pesquisadores de novidades ou, ainda, a dos mensageiros/portadores. Os serviços prestados pelos correios, como não poderia escapar, também foi, nesse capítulo, objeto de análise.

Por último, em *Os correspondentes enquanto mediadores culturais*, ademais de discutir-se a utilização do conceito para o papel desempenhado pelos missivistas, analisaram-se os espaços da escrita correspondente, através do exame das quatro colunas do Diario de Pernambuco onde se publicavam as referidas cartas, a saber: Pernambuco, Correspondências, Publicações a pedido, e Comunicados. A partir do destrinchamento das referidas colunas e das mudanças ocorridas ao longo dos anos, percebeu-se uma transformação fundamental na prática correspondente de início dos anos 1850 em relação ao observado já no final dessa década. Neste capítulo desenvolvemos ainda uma análise das representações acerca do que era considerado ou visto como bárbaro ou civilizado, progresso ou atraso.

1. “*Debaixo da capa do anonymo conhece-se perfeitamente que a alma do escripto [...] é a alma do juiz municipal daquele termo [...]*”: *Os correspondentes e a disputa pelo espaço de publicação no Diario de Pernambuco (1850-1870)*

No Beijo de La Murrett, precisamente no capítulo “Jornalismo: toda notícia que couber a gente publica”, Darnton afirma que o grande público leitor não é, ao contrário do que se costuma pensar, o termômetro dos textos publicados, mas sim os próprios pares da redação. Esse processo de afirmação, com caráter competitivo, entre os colegas de trabalho, revela-se de várias formas: através do setor de trabalho do jornalista, o tipo de reportagem, a relevância da matéria, a localização em que é publicada a notícia, passando por quem ficou com os melhores trabalhos, etc. Conforme o autor, tudo isso constitui “um mapa, que os jornalistas aprendem a ler e a comparar com seus mapas mentais da seção de Cidades, num esforço de saberem onde se situam e para onde estão indo” (DARNTON, 1990, p. 42).

Embora os correspondentes do Diário de Pernambuco não tenham compartilhado fisicamente os espaços de redação, não sendo nem funcionários ou contratados do periódico, isso não isenta nem diminui, por outra parte, o caráter competitivo que havia entre eles para se fazer com um espaço de publicação no impresso.

Longe ainda de certa especialização quanto ao ofício jornalístico ou de repórter, sabemos que bacharéis, advogados, magistrados, oficiais das forças de segurança e uma plêiade de homens alfabetizados e minimamente acomodados, dedicavam-se a tomar a pena para disputar algumas colunas no principal periódico da província. Prática que, segundo tudo indica, viu-se incentivada com a criação de “[...] correios para todos os pontos do interior da província, os quaes por sua população tornam-se importantes e dignos de participarem dos benefícios da imprensa periódica [...]” (DP, 02/01/1852, p. 2).

Valendo-nos, novamente, de Darnton, lembremos que a fronteira entre o escritor e o leitor se borra facilmente conforme se intensifica a interação entre eles, quando, por exemplo, a notícia aborda assuntos específicos, de interesse mútuo, ou, por pertencerem ambos ao mesmo grupo profissional, se não à mesma classe social. Talvez nem sempre, mas com grandes chances de acerto, podemos afirmar que muitos dos correspondentes, antes de assumir o papel de *escritor*, encontravam-se comodamente na posição de *leitor*. Ou, como diria Chartier, “Nos jornais, a diferença entre redator e leitor se desmancha quando o leitor se torna autor, graças às cartas dos leitores” (CHARTIER, 1998, p. 84). Pode-se dizer que, de fato, esses correspondentes tinham mais a dizer e preocupar-se com seus pares correspondentes, do que realmente com o “grande público leitor” (DARNTON, 1990, p. 50).

Lido pelas autoridades e estratos mais populares⁴, os jornais se constituíam em autênticas plataformas de prestígio, pois davam visibilidade e contribuíam para aumentar o capital simbólico desses homens de letras, desejosos de projetarem seus nomes e carreiras públicas, a partir da notoriedade social e política que lhes conferia a publicação de impressões diversas sobre suas localidades ou, por tecer críticas contra desafetos e defesas a favor de amigos e confrades políticos.

1.1 Os usos políticos das correspondências

No jornal em análise, observou-se que era tamanha a importância dada às notícias veiculadas pelos pares, e não somente aos que publicavam no Diário de Pernambuco, que resguardar a identidade dos correspondentes fazia parte da disputa pela legitimidade do espaço ocupado e do exercício correspondente, ao mesmo tempo que sua revelação representava um ataque, intimidação e/ou reproche direto ao desafeto.

Um ótimo exemplo do que se está tratando pode extrair-se de uma carta enviada ao Diário, datada em 15 de janeiro de 1869, assinada pelo correspondente “C. C.”, quem, pelo que se desprende da publicação, tinha recentemente assumido a direção do partido conservador em Nazaré. Nessa carta, depois dos agradecimentos de praxe e de expor a forma como atuaria ante acontecimentos do passado, não querendo tratar de assuntos polêmicos, tristes e ofensivos ocorridos na política local, “C. C.” tocou em um fato então recentemente sucedido que envolvia o “Sr. Dr. Coutinho, commandante superior e exdelegado desta comarca”.

⁴ “Enquanto suporte de informação e cultura, o jornal pode suprir as necessidades intelectuais do leitor. Mesmo em sua fase inicial, no Brasil do século XIX, ele poderia ser lido em qualquer lugar, por uma ou por várias pessoas, poderia ser alvo de uma leitura coletiva, alcançando, assim, até mesmo receptores analfabetos – poderia ser, também, emprestado, vencendo limites, imposições e dificuldade financeiras” (SANTAELLA, 1996, p. 53). Os próprios correspondentes deixaram vários registros em seus escritos acerca das práticas de leitura e socialização do conteúdo dos jornais. Em carta particular oriunda da vila de Igarassu, datada em 28 de outubro de 1854, escreveu o missivista ao redator do Diário de Pernambuco: “Vmc. tem correspondentes, que põem diante dos olhos de seus leitores notícias de todas as partes da terra”, e poucas linhas adiante acrescenta: “o que se passa no paiz dos offs, dos iss, e dos kk, Vmc. põe logo no ouvido dos assignantes, ou dos *filantes* de seu conceituado *Diario*”. (DP, PE, 02/11/1854, p. 2). Em abril deste mesmo ano, o “Victoriense”, correspondente de Vitória de Santo Antão, relatou que sua carta “causou aqui uma grande sensação, foi lida em algumas reuniões, e muitos foram os juizos temerarios á respeito do seu escriptor”. (DP, PE, 27/04/1854, p. 3). Em outra carta, enviada de Paudalho, datada em 24 de julho de 1870, o autor da missiva, injuriado com as críticas lançadas por outro *colega* no jornal Liberal, disse sobre aquele o seguinte: “Por certo que só lançando mão de uma arma tão miseravel, mas digna delle, poderia o *enluvado rabiscador* encher de asneiras as tres ou quatro folhas de papel, que com tanta emphase lia em voz alta a seu *amigo do peito*”. (DP, PP, 26/07/1870, p. 3). Temos a impressão de que, mais do que lidos, os jornais eram ouvidos.

Conforme a narrativa, no trajeto de seu engenho para a cidade de Nazaré⁵, o citado Dr. Coutinho foi alvejado com dois tiros, sendo que apenas um o acertara, resultando levemente ferido. Em seguida, surgiram especulações sobre a autoria do atentado atribuindo-o ao partido conservador, conforme as palavras do referido correspondente, que sai visivelmente em defesa de seus correligionários, afirmando que a acusação não passava de uma “estulta invenção” de “alguns visionários da oposição, empenhados em dar corpo e forma as sombras mais vagas e fugitivas do crime para transforma-lo em um atentado político” (DP, PE, 21/01/1869, p. 1-2).

“C. C.”, não obstante, evita atribuir o atentado ao partido liberal, alegando estar “composto em sua grande maioria de pessoas distintas”, mas não poupa a tinta em relação ao correspondente “O jardineiro de Nazareth”, justamente por ter este acusado o partido conservador local como autor do sucesso. Extremamente injuriado com as mencionadas afirmações, “C. C.” diz que o citado “O jardineiro de Nazareth” se tratava, na verdade, do juiz municipal, João Baptista do Amaral e Mello, membro do partido liberal.⁶

Como era muito comum nesses casos, o chefe local dos conservadores incitava o autor das acusações que saísse do anonimato: “Se o Sr. Dr. Amaral quer ser tratado com atenções dispa-se do manto em que se envolve, não tinja as faces; a mentira é sempre nociva”:

Essa idéa só pode caber na cabeça vazia do Jardineiro, é uma de suas facecias⁷; e sem tocar em nenhuma dellas quero fazer-lhe ainda um serviço com um leve traço critico sobre as fórmas ridicu-las com que escreve.

O Jardineiro só cultiva cardos⁸, e as flôres que delles brotam, não tem coloridos, nem delicadeza, não tem perfumes, e em torno de seus cálices varios a mais deligente abelha em vão sussurraria sugar-lhes o mel.

Pintando fielmente as flôres do Jardineiro, não é minha intenção condemnar o ridiculo, que sendo bem manejado, produz efeitos mui salutaes, corrige os costumes, os erros de linguagem, o desaso⁹ nas maneiras, abranda a aspereza das paixões, desterra os vicios. A sua voz desaparecem os dandys¹⁰, os pedantes, as

⁵ Conforme a “Lei Provincial n.º 258 de 11/06/1850: ‘Ficam elevadas à categoria de cidade as vilas de Rio Formoso e Nazaré’”. (BOTELHO, 1994, p. 95).

⁶ O nome do Dr. João Baptista do Amaral e Mello aparece na lista dos eleitores liberais de Nazaré (AP, 10/08/1878, p. 2).

⁷ “Particularidade ou característica de faceto. Dito repleto de zombaria; chacota”. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br>>. Acesso em: 24 out. 2018.

⁸ “Nome comum a várias plantas com folhas e hastes espinhosas, da família das compostas, dos gêneros *Carduus*, *Cirsium*, *Centaurea*: cardo-comum, cardo-de-costela, cardo-do-campo”. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br>>. Acesso em: 24 out. 2018.

⁹ “Falta de destreza, habilidade. Negligencia. Falta de aso, oportunidade, ocasião de fazer alguma coisa”. (SILVA, 1789, p. 550). Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

¹⁰ (PINTO, 1832) “Aquele que se veste elegante e requintadamente. [Por Extensão] Janota; quem se veste ou tem um comportamento afetado e excessivamente delicado. Etimologia (origem da palavra *dândi*). Do inglês dandy”. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

mulheres sabias, as preciosas ridiculas; e muito outros defeitos de espirito e corações, não quero por tanto priva-lo de sua arma favorita (DP, PE, 21/01/1869, p. 2).

Passados quase seis meses da acusação de “C. C.” de que Amaral e Mello era, na verdade, o “O jardineiro de Nazareth”, outra correspondência publicada no Diario, assinada pelo “O inimigo do crime e da calumnia”, retoma quase no mesmo tom as críticas vertidas pelo primeiro, embora não revelando a identidade do segundo. Neste caso, o referido correspondente acusa “O jardineiro” pelo achincalhamento de seus “dignos amigos”:

O jardineiro, escriptor d’aqui para o periodico *Liberal*, continúa qual cão damnado a abocanhar as illibadas reputações dos nossos dignos amigos, o promotor publico Dr. Manoel Barata de Oliveira Mello, o commandante do batalhão n° 18 tenente-coronel José Cabral de Oliveira Mello, e major Affonso de Hollanda Albuquerque Maranhão; porém estes illustres cavalheiros, tranquillos em suas consciencias por suas maneiras de obrar inteiramente pantadas pela boa razão, desprezam as avançadas hydrophobicas e de emboscada, que lhes dá aquelle covarde escriptor, que não tem a coragem precisa para assignar o seu nome nos escriptos que rabisca para o *Liberal*, para que então se lhe podesse mandar responder convenientemente por um seu igual. (DP, PP, 18/06/1869, p. 2).

Desta vez, as divergências políticas reaparecem a partir do julgamento de Emiliano, chamado pelo “O inimigo do crime e da calumnia” de “celebre facinora”, “autor do mortífero espancamento do honesto cidadão” Antonio de Moura Barbosa Cordeiro. Conforme sua narrativa:

preso pelo 2º juiz municipal suplente o Dr. José Jeronymo Pacheco de Albuquerque Maranhão, fôra julgado improcedente pelo 1º juiz municipal suplente cujo julgado fôra sustentado pelo juiz municipal effectivo o Dr. João Baptista do Amaral e Mello, do que recorreu o promotor publico Dr. Manoel Barata de Oliveira Mello para o juiz de direito Dr. João Paulo Monteiro de Andrade, que reformando a data e sustentada despronuncia, pronunciou no referido artigo a Emiliano, e seu cumplice Antonio de Albuquerque Mello, conhecido por Tôta, que estando preso por este crime, fôra solto por habeas-corporis concedido pelo juiz de direito interino Dr. Amaral e Mello (DP, PP, 18/06/1869, p. 2).

O caso de Emiliano deve ter tomado uma repercussão importante e acirrado os ânimos entre liberais e conservadores em Nazaré, pois até mesmo o famoso sogro de Amaral e Mello, Antonio Borges da Fonseca¹¹, tomou cartas no assunto, vindo pessoalmente do Recife “para

¹¹ Antônio Borges da Fonseca, também conhecido como o Repúblico, nasceu na Paraíba, em 1808, e faleceu em Nazaré da Mata, região da mata norte da província pernambucana, no dia 9 de abril de 1872, em casa de sua filha Ana, esposa do bacharel João Baptista do Amaral e Mello. Antônio é fruto da relação de um jovem aristocrata rural paraibano com uma índia, e entre seus ascendentes paternos destacam-se governadores da Paraíba e do Ceará. Fez os estudos secundários no Seminário Episcopal de Olinda, lugar em que foi introduzido, ao que tudo indica, nos ensinamentos da língua francesa, bem como na leitura de autores iluministas, com especial atenção às obras de Rousseau. Sua formação se deu em meio a contendas militares e políticas da família paterna no Recife e

se encarregar de sua defesa” (DP, PP, 18/06/1869, p. 2). Deve-se acrescentar que o promotor Manoel Barata de Oliveira Mello era desafeto do juiz municipal, ou seja, o próprio bacharel João Baptista do Amaral e Mello (OL, 20/05/1870, p. 2).

Enquanto figura política e correspondente oficial de Nazaré no *O Liberal*, não estranha que Amaral e Mello também continuasse aparecendo nas páginas do *Diario de Pernambuco*, onde, por certo, quando publicava, costumava assinar sem pseudônimos.¹² Em 21 de maio de 1870, por exemplo, escreveu um correspondente de Nazaré que: “Debaixo da capa do anonymo conhece-se perfeitamente que a alma do escripto que, no *Liberal* de hontem 20 do corrente, foi publicado sob o título de NAZARETH, é a alma, do juiz municipal daquelle termo, bacharel João Baptista do Amaral e Mello”. (DP, PP, 21/05/1870, p. 2).

Escrita por Edgardo em nome dos amigos do Dr. Engenheiro João Bezerra de Mello¹³, “á quem se quis enxovalhar”, criticou-se o teor das acusações e comentários considerados desqualificadores – supostamente de autoria de Amaral e Mello – em decorrência de um desentendimento que, através das correspondências, só fica inteligível para os envolvidos na querela, mas que, segundo parece, se aviva ainda mais pela crítica realizada pelo “O Moleiro” (OL, COR, 03/06/1870, p. 2-3) ao fato de Bezerra de Mello levar então quatro anos como interino à frente do cargo de “condutor”, que dependia para ser exercido da prestação do exame de habilitação realizado pelos pares.¹⁴

Novamente, o que importa mostrar é que tais insultos e desdêns são atribuídos ao citado bacharel, embora, no número do *O Liberal* do dia 20 de maio de 1870, a carta mencionada viesse assinada com o pseudônimo “O Moleiro”: “O seu estylo, sempre eivado de odiosidades, a sua Penna, sempre molhada na tinta mil vezes negra do ridiculo offensivo, deixa-se advinhar sob a esfarrapada capa de um pseudonymo, que até certo ponto assenta no Sr. bacharel Amaral” (DP, PP, 21/05/1870, p. 2).¹⁵

embora muito jovem, pôde ver as revoltas e manifestações que conduziram o Brasil à independência e o processo de afirmação do Primeiro Reinado. No ocaso da regência tornou-se um dos protagonistas da Revolução Praieira de 1849. Considerado “republicano exaltado” (BLAKE, 1883, p. 118), fez dos jornais sua principal tribuna. Vários periódicos lhe são atribuídos, como, por exemplo: *A Abelha Pernambucana*, *A Tesoura*, *O Repúblico*, *O Publicador Paraibano*, *O Correio do Norte*, *O Nazareno*, *O Regenerador Brasileiro*, *O Verdadeiro Regenerador*, *O Espelho*, *O Verdadeiro*, *O Eleitor*, *O Tribuno*, *A Revolução de Novembro de 1852*, *O Prometeu*, *O Constituinte*, etc. (MELO, 1979, p. LIX-LXXXVII; BLAKE, 1883, p. 118-119; NABUCO, s/d, p. 379-388; SANTOS, 1995).

¹² Veja-se, por exemplo: (DP, COM, 27/02/1862, p. 2); (DP, COR, 07/08/1865, p. 2); (DP, COM, 28/02/1866, p. 1, 2); (DP, PP, 24/09/1867, p. 2); (DP, COM, 04/01/1868, p. 2).

¹³ Membro do partido conservador (DP, PP, 15/10/1869, p. 2), que em 3 de agosto de 1870 é nomeado chefe do 3º distrito de obras públicas da província, com sede em Pau d’Alho (DP, 04/08/1870, p. 1).

¹⁴ O caso pode ser acompanhado por meio dos números: (DP, PP, 02/05/1870, p. 2), (OL, COR, 20/05/1870, p. 2), (DP, PP, 21/05/1870, p. 2), e (OL, COR, 03/06/1870, p. 2, 3).

¹⁵ João Baptista do Amaral e Mello nasceu no dia 1º de fevereiro de 1833, filho de João Baptista do Amaral e Mello e Maria Thereza Lynch e Mello. Neto paterno de José Thomas de Mello e Anna Joaquim de Torres e

Ao recorrermos ao número do O Liberal citado, de 3 de junho de 1870, observamos que também o tal Edgardo se tratava de um pseudônimo. Deve-se, portanto, perceber os jornais como ringues onde a luta se travava com a pena e os nocautes com a gravidade e eloquência da letra impressa. E quando os contendentes demonstravam querer chegar às vias de fato, inclusive o convite se fazia por escrito: “O Edgardo do *Diario* [segundo “O Moleiro”] só parece terrível na defeza do seu querido *Pão-Duro* [Dr. Engenheiro João Bezerra de Mello] porque a defeza é escripta”.

O pseudo Edgardo conhece o Moleiro que bem conhece o presumido Edgardo. O Moleiro espera tranquilo o encontro para o *ajuste das segundas contas* e compromette-se a conseguir o erro e ensinar o systema de contas em que tira a prova na tromba de Edgardo, escrevendo-lhe na frente não *com a vara de canna da India*, mas com tenue junco do Brasil as letras que compõe a palavra COVARDE! (OL, COR, 03/06/1870, p. 2).

Outro caso envolvendo “O Moleiro” do O Liberal, nas correspondências-réplicas publicadas no *Diario de Pernambuco*, apareceu, neste jornal, em seu número do dia 28 de maio de 1870, através de uma carta assinada dessa vez com o pseudônimo “O formigão”. Este último, saindo em defesa do promotor público de Nazaré, Dr. Manoel Barata de Oliveira Mello, “infame e miseravelmente caluniado” pelo “O Moleiro” (DP, PP, 28/05/1870, p. 2), disse que:

O senhor Moleiro reside na cidade de Nazareth, e a posição que occupa é digna certamente de melhor gente.
Diz o Moleiro que o Dr. Barata é transfuga do partido ligeiro e procura ainda armar-lhe outras intrigas.
Não perderei o meu tempo em responder a essas mentiras. Ellas nada prejudicam ao Dr. Barata, que é bem conhecido por algumas das pessoas, cujos nomes foram indicados pelo infame Moleiro (DP, PP, 28/05/1870, p. 2).

materno de Domingos Lynch e Victoria Lynch. Foi batizado no Rio de Janeiro em 11 de julho de 1835, tendo como padrinhos Joaquim Francisco de Mello Cavalcante (através de procuração) e Victoria Lynch. (AFDR, Livro de certidões de idade 1851-1853). Após colar grau de bacharel na Faculdade de Direito do Recife, em 21 de dezembro de 1857 (BEVILÁQUIA, 2012, p. 135), Amaral e Mello compartilharam escritório de advocacia com o sogro, Dr. Antônio Borges da Fonseca (DP, 28/06/1859, p. 3; DP, 04/07/1861, p. 5) e, em 1863, passou a ocupar o cargo de juiz municipal e de órfãos do termo de Flores (DP, 06/08/1863). Considerado “liberal de princípios” (DP, COR, 18/07/1865, p. 2), solicitou licença para alistar-se como voluntário da pátria (DP, PE, 26/09/1865, p. 2), ao que foi atendido pelo Presidente da Província, concedendo-lhe três meses de licença com vencimentos (DP, 06/10/1865, p. 1). Por conta de sua participação na Guerra do Paraguai recebeu a patente de capitão (DP, 27/11/1865, p. 1) e, no ano seguinte, a seu pedido, foi removido do termo de Flores para o de Nazaré (DP, 01/06/1866, p. 3). Ainda sobre a sua participação como voluntário da pátria, ele mesmo comenta: “Nomeado capitão de voluntarios da patria em 23 de novembro de 1865, deixei o exercicio do cargo de juiz de direito interino da comarca de Flores, no dia 4 de dezembro do mesmo anno, para assumir o commando da minha companhia, e desde então meus serviços como voluntario estiveram á disposição das autoridades policiaes, que antes me eram subordinadas; capturei criminosos notaveis, como diz o *Diario do Recife* de 4 de janeiro; prendi individuos aptos para servir no exercito” (DP, COM, 28/02/1866 p. 1).

Ao que se depreende dos comentários do “O Moleiro”, a intriga tinha origem no flerte de Oliveira Mello com o partido liberal. “O Moleiro” acusava-o de oportunismo, ao ponto de compará-lo às “moscas que pousam em todas as mezas” (OL, COR, 19/05/1870, p. 2).

Nem sempre, é fácil averiguar os motivos que levavam à instrumentalização dos periódicos, mas como observa-se, desavenças motivadas por diferenças políticas podem estar por trás de muitas dessas cartas, conforme indica o verso a seguir, assinado por “Despertador”, em Paudalho, no dia 16 de setembro de 1870 (DP, PP, 20/09/1870, p. 2):

Este mundo está virado!
Não ha mais que duvidar,
Pois quer ao povo mandar
O dom Carlos enluvado;
E como Velho Soldado
- Capa que o encobre mal -
Vai por gosto á capital,
E sem auxilio d’alguem,
Sem mesmo ganhar vintem
Escreve p’ara o Liberal.

Em 18 de setembro de 1857, Theotonio José Tavares e **Aleixo José da Luz** escreveram aos “Senhores redactores” do Diarrio queixando-se de haverem encontrado seus nomes envolvidos em “falsidades escriptas pelo -Bonitense- e publicadas nos números deste jornal e do ‘Liberal Pernambucano’ [...]”, sugerindo conhecerem o autor das acusações. Conforme disseram: “A capa do anonymo que occultou as vistas do publico ao -Bonitense- não he, para nós, véo tão espesso, que nos não permitta adivinhar quem seja esse Sr. [...]” (DP, COR, 18/09/1857, p. 2).

Algo muito parecido ao que vimos analisando também ocorreu entre os correspondentes de Glória de Goitá. Na coluna “Publicações a pedido”, do Diarrio de Pernambuco do dia 8 de maio de 1860, criticou-se “uma accusação immerecida, injusta e calumniosa, filha do odio e da inveja, feita de emboscada por um covarde sem nome, sem moral e sem pejo, indigna, revolta ao homem mais fleugmatico”:

Basta lêr a publicação a pedido e correspondencia incertas, a primeira no Liberal Pernambucano n 5 de 20 de janeiro e a segunda no de 19 de março últimos, assignadas pelo Gloriense, contra o muito digno e honrado Sr. tenente coronel José Maria dos Santos Cavalcanti, para fazer-se idéa da miserável Penna que as traçou. (DP, PP, 08/05/1860, p. 3).

O citado correspondente do Diarrio, que se automeava “O verdadeiro Gloriense”, além de sair em defesa da honra do Tenente Coronel José Maria dos Santos Cavalcanti, criticava de passo os poucos dotes linguísticos e narrativos daquele que rotulava de

“improvisado e pseudo Gloriense”. Não é preciso ir mais longe para dar-nos conta de que as disputas políticas locais que alimentavam tais correspondências, também revelavam uma *guerra das letras* entre eles:

O estylo brusco em que essas e outras publicações do Gloriense são concebidas, os erros até de grammatica que ellas encerram, o desalinho de suas frases sem nexos, vãs de sentidos e sobre tudo despidas de prova, bem mostram que são o resultado de um cérebro desaranjado e perdido de algum arrieiro avesado ao crime, [...]
Detesta-se o anonymo de mesmo modo que o salteador. Este rouba a vida, aquelle a honra. Ambos inspiram compaixão, nada mais. Temos dito quanto basta em favor do muito distinto e probo Sr. tenente coronel José Maria dos Santos Cavalcanti, e para confundir o quadriumvirato de que faz parte o improvisado e pseudo Gloriense.
O verdadeiro Gloriense. (DP, PP, 08/05/1860, p. 3).

Conforme vimos colocando de manifesto, a prática correspondente está em boa medida ligada e motivada por diferenças e pertencas partidárias opostas. Isso fica muito evidente em ocasião da eleição municipal de Vitória de Santo Antão, onde saiu perdedor o Dr. Pedro Beltrão¹⁶, que, utilizando-se das páginas de O Liberal Pernambucano, fez publicar uma missiva envolvendo o Coronel Tiburtino, que, por sua vez, não passou batida aos olhos do correspondente do Diário, “O Victoriense”. De fato, este último não esperou e replicou no referido periódico dizendo que “quando julgávamos encontrar uma narração verdadeira” acerca das referidas eleições, não somente encontrou o nome de Tiburtino atacado “de corpo e alma”, como ainda se disse ser o próprio “O Victoriense”, o referido coronel (DP, COR, 10/10/1860, p. 3).

1.2 A importância do anonimato para a prática correspondente

Revelar ou prometer desvendar quem se escondia por trás de pseudônimos normalmente respondia a uma ação de intimidação, represália ou vingança motivada por atritos diversos ou interesses prejudicados. Ele, “O Victoriense”, em carta de 24 de abril de 1854, burlava-se de um suposto “moço” que lhe havia ameaçado revelar a identidade à sua volta da capital, “em alto e bom som”. Em tom de advertência, acrescentou “que o tal menino

¹⁶ Formado bacharel em direito pela Faculdade do Recife em 1867 (MARTINS, 1931, p. 171), Beltrão foi deputado provincial por Pernambuco (DP, PE, 28/02/1868, p. 1; DP, PE, 12/04/1869, p. 2). Dono do engenho Bento Bello (DP, 14/04/1855, p. 3), em correspondência assinada pelo “O inimigo da impostura”, chegou a ser considerado “[...] o mais rico proprietario da comarca, e que no seu retiro e doente mais fez por este bom povo no tempo do cholera, ja dando remedios a quantos precisavam de toda parte, ja abrindo suas casas a todos que recorriam a sua protecção, viveres e dinheiro; e aquelle mesmo que de sua bolsa mandou 400\$, ao governo para socorrer santo Antão” (DP, COR, 25/08/1856 p. 2).

excede muito a lavater¹⁷ n'arte de conhecer phisionimias”, terminando por expressar seu desejo de continuar inominado “não porque seja d'aquelles que se escondem nas trevas para cravar o punhal”, mas sim por poder “andar com mais liberdade sem ser notado, e ter o grande gostinho de ouvir de mesma bocca de alguns tafues¹⁸, que a não tem muito fechado para si, quanto mais para os outros, as forças que tem representado” (DP, PE, 27/04/1854, p. 3).

Particularmente, acreditamos que, na passagem acima, “O Victoriense” está sendo irônico, já que, pelo estilo e pelas rusgas, não seria muito difícil identificá-lo dentre os habitantes letrados de Vitória.¹⁹ Mas se é que pairava alguma dúvida de que “O Victoriense” se tratava, de fato, de Tiburtino, outra correspondência assinada com o mesmo pseudônimo, em 28 de junho do mesmo ano, elimina qualquer margem a questionamentos. Publicada no Diario de Pernambuco de 1º de julho de 1854, essa carta constitui uma defesa aberta pelo lugar ocupado, amparando-se no reconhecimento de seus méritos, enquanto correspondente oficial da Comarca de Santo Antônio. Vamos aos fatos.

A correspondência começa com a narrativa de uma frustração. Cioso de seu papel, “O Victoriense” relata sua decepção ao abrir o Diario de 9 de junho, e encontrar no espaço que esperava ver publicada suas notícias e impressões relativas à comarca, as narradas por outro correspondente que, para piorar, também assinava com o mesmo pseudônimo “O Victoriense”. Ainda bastante irritado, disse que

apezar de estar certo da capacidade, e segurança do portador da minha ultima missiva, todavia vi que elle foi um pouco moroso na sua entrega; falta que só a muito custo lhe perdoarei, porque tirou-me dos meus gostos, e de mais à mais transtornou por alguma forma os meus calculos; a tal omissão foi verificada, quando [lançando] com sofreguidão os olhos para os seus [estimadíssimos] jornaes, não vi a filha querida dos meus rudes e toscos pensamentos, mas em retribuição (que má recompensa!) deparei com uma correspondencia publicada no Diario n. 132, e assignada por um segundo Victoriense, cuja producção apenas ahi sahio a luz, fez retumbante acho aqui no nosso microcosmo. (DP, PE, 01/07/1854, p. 3).

Além da chateação com a demora que havia dado tempo e lugar ao aparecimento de um suposto impostor, o trecho anterior também é revelador por trazer uma autoavaliação acerca de seus próprios escritos, quando diz não ter visto a “filha querida dos meus rudes e

¹⁷ Referência ao pastor suíço Johann Kaspar Lavater, que dedicou parte de seus estudos e trabalhos à fisionomia, hoje desacreditada, mas que no final do século XVIII e início do XIX era concebida como a ciência que se dedicava à análise da face humana para descobrir “os traços odiosos de luxúria, cólera, falsidade, inveja, avareza, orgulho e descontentamento por trás de um rosto belo, um exterior sedutor” (LAVATER, 1781-1803, p. 54 *apud* GUIMARÃES, 2016, 95).

¹⁸ “Jogador por habito. Que se dà a todo o genero de divertimentos” (PINTO, 1832). Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario>>. Acesso em: 24 out. 2018.

¹⁹ Segundo a “Lei Provincial n.º 113 de 06/05/1843. Art. Único – eleva à categoria de cidade a vila de Santo Antônio, com a denominação de cidade da Vitória”. (BOTELHO, 1994, p. 153).

toscas pensamentos”. O que se segue é uma autêntica achincalhção do já diminuído “segundo Victoriense”.

O segundo Victoriense por sua grande modestia quer passar por um pobre matuto sem luzes, mas eu vejo pela sua logica cerrada, que lhe He um destes grandes encyclopedistas, que tantos brados tem dado no nosso seculo de luzes, He um illustre collega de alto cothurno; (bem o conheço pelo seu florido, e aureo estylo) e com este gigante de litteratura, com este cavalleiro de armadura pesada e impenetravel escudo de viseira calada, armado de cimitarra²⁰ He que tenho a infelicidade de medir-me? Oh! Que terrivel Roldão²¹, só o seu feroz aspecto me faz tremer, gela-se-me o sangue nas veias ao considera-lo. Em que aperto estou? Não sei o que será de mim, de mim tão fraco em arena desigual! Mas que! Oh! Que vergonha para mim! Como confessarei a minha fraqueza eu, que só arrotava coragem, bravura, intrepidez? Como sorrirão agora os parvos²² d’aqui! Toleirões²³, eu vos não darei este gostinho, e vos direi que estou sempre tão firme, como o audaz soldado, que ouve quasi junto... junto a si o horrendo ribombar da bombardarda; (que esperteza! Dê licença, collega, que passe estas ninharias onomatopelicas, que as vezes fazem doer tanto as canellas de alguém;) mais seriamente cumpre-me confessar que sou mui pobre de luzes, porém rico de animo, o qual se ha de provar em todas e quaes quer circumstancias, ou melhor, serei como o homem inflexível, constante, firme e inalteravel de Horacio: Si fractus illabatur orbis, Impavidum ferient ruinae²⁴ (DP, PE, 01/07/1854, p. 3).

Chamando de “toleirões” aos crédulos de sua “fraqueza”, arrematava afirmando: “eu vos não darei este gostinho”, e mudando o tom, dirige-se àquele que não reconhece nem de longe como concorrente, uma vez que seus escritos são para ele “sem nenhuma reflexão”, fruto da iniciativa de uma “atabalhoada creança”:

A verdade inteira pertence a todos, o que entenderdes que he útil, Sr. Victoriense segundo, he o meu querido principio, principio invariavel, inalteravel. Vós podeis dizer que tambem o seguís; mas digo que vos guíaes nelle sem nenhuma reflexão. Tendes vós feito isto? Não: vós vos atirastes á este campo, como uma atabalhoada creança. (DP, PE, 01/07/1854, p. 3)

²⁰ “Tipo de sabre, de origem oriental, que tem lâmina larga e curva”. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/cimitarra>>. Acesso em: 24 out. 2018. “Alfange Turquesco, ou Perfiano, &c” (BLUTEAU, 1728, p. 314). Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

²¹ “[...] todos juntos, confusamente, & sem ordem” (BLUTEAU, 1728, p. 363). Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario>>. Acesso em: 1 nov. 2018. “[...] isto he, contundidos huns com outros” (PINTO, 1832). Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

²² “Que sabe pouco, que é tonto” (SILVA, 1789, p. 404). Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

²³ “Grande tolo” (SILVA, 1789, p. 781). Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

²⁴ Trecho atribuído à Horácio, poeta romano do século I a. C.: “Se o mundo despedaçado se desmoronasse, suas ruínas feririam (ao justo) sem assustá-lo”. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/Latinorio/34,MI86898,61044-Expressoes+latinas+n+144>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

Depois de desmerecer e fazer galhofa do “Sr. Victoriense segundo”, “O Victoriense” diz, com todas as letras, que ser correspondente não é coisa *de e para* amadores, uma vez que ele mesmo precisou de tempo para assumir o que qualificava como “ádua e arriscada tarefa”.

Deos sabe quantas noites passei á meditar antes de tomar a árdua e arriscada tarefa de correspondente desta cidade, que deveria ter outro mais illustrado, que não eu: agora porém que estou disso incumbido, trabalho com esforço por dizer verdade em tudo, e tenho inteira consciencia e razão de a ter sempre dito, porque não sou Guelpho²⁵, nem Gibellino²⁶, sou imparcial e o collega poderá dizer outro tanto? Não. (DP, PE, 01/07/1854, p. 3)

Como se pode observar, o correspondente que nos ocupa recorria constantemente a expressões escritas em latim e a personagens da literatura clássica, jactando-se, portanto, de um conhecimento incomum que reforça a nossa afirmação de que Tiburtino era, de fato, “O Victoriense”, e vice-versa. Já por então, Tiburtino Pinto de Almeida era Tenente Coronel da Guarda Nacional e professor jubilado da cadeira de Gramática Latina da cidade da Vitória (DP, PE, 08/05/1843, p. 1). Mas não são somente esses dados que corroboram com o expressado, outros correspondentes desafetos seus, a partir do *O Liberal Pernambucano*²⁷, voltam à carga em anos posteriores por conta das eleições de 1856, acusando a Tiburtino de improbidades diversas e de ser ele também o *famoso* “O Victoriense”.

Sob o pseudônimo “Inimigo da impostura”, um correspondente do *Liberal Pernambucano* asseverou, em publicação de 9 de abril de 1857, que:

Uma incerteza apenas havia entre os Victorienses, sobre quem seria o Victoriense autor das cartas impressas no *Diario de Pernambuco*. Ao ler-se uma dessas cartas toda composta de mentiras todos logo apontarão para o alvo, e com a publicação da do *Diario* de 27 de março corrente dissiparão-se as incertezas, rompeu-se o véo e não houve mais quem duvidasse, que erão obra de Sr. Tiburtino! Que é useiro e viseiro em mentir e elogiar-se intrigando os mais (LP, 09/04/1857, p. 2).

No final do mesmo mês, outro correspondente, sob o pseudônimo “O Liberal”, reforça as acusações e afirma novamente ser “O Victoriense” o Coronel Tiburtino. Em passagem extremamente incisiva, adverte os potenciais leitores sobre a verdadeira fonte por trás das notícias que, de tão inverídicas esgotariam inclusive a “pasciencia do Santo Job”: “Fique-se pois sobendo, que o Victoriense do *Diario* ou o Sr. Tiburtino como geralmente se sabe, não

²⁵ “Partidário dos papas na Itália e inimigo dos gibelinos”. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br>>. Acesso em: 24 out. 2018.

²⁶ “Nome com que, na Itália, eram conhecidos os partidários dos imperadores da Alemanha, na Idade Média (em oposição aos guelfos, partidários dos papas e da independência italiana)”. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br>>. Acesso em: 24 out. 2018.

²⁷ Conforme Rosas (1999, p. 160), o referido periódico, “a partir de 1852 até 1860, seria um dos mais combativos jornais oposicionistas da Província, comparável somente a uma folha do porte do Diário de Pernambuco em circulação no mesmo período”.

passão de um correio refalsado de mentiras que esgotariam a paciência do Santo Job” (LP, 25/04/1857, p. 3). Mas o curioso a se ressaltar aqui é o fato de a identidade do “O Victoriense” ser revelada justamente por outros correspondentes que, da mesma forma, se escondiam *debaixo da capa do anônimo*.

A disputa pelo lugar de fala nos periódicos, mas também pelo conteúdo das notícias que se publicavam se dava em grande medida pelo papel chancelador que a imprensa conferia. Partindo da ideia de que a “publicação é o ato de oficialização por excelência” (BOURDIEU, 2004, p. 103), pode-se seguir convindo com o autor, porém parafraseando-o para o século XIX, sobre o fato de que a manifestação política bem-sucedida era aquela que conseguia tornar-se visível nos jornais (BOURDIEU, 1996, p. 377).

Nesse sentido, a preocupação dos detratores do “O Victoriense” não se resumia apenas ao espaço por ele ocupado nas colunas do Diário, importando igualmente o caráter e o teor das informações divulgadas, uma vez que o referido jornal detinha, desde 1835, o papel de difusor oficial das publicações do governo geral e das disposições provinciais (NASCIMENTO, 1968, vol. 1, p. 36). Decerto, os mesmos detratores não o reconheciam como um simples victoriense, mas sim como o “Victoriense do *Diário*” (LP, 25/04/1857, p. 3).

Ao que tudo indica, havia, portanto, um reconhecimento desse jornal por parte dos próprios correspondentes enquanto espaço de fala legítima, tal como se pode observar pelo comentário do assíduo correspondente “Y”, que, em carta escrita em Pau d’Alho, enfatizou ser “[...] um gosto ouvir-se atribuir a paternidade destas missivas a este e aqueles, principalmente aos senhores doutores, que na opinião de muita gente são os únicos habilitados neste lugar para escrever para o seu conceituado *Diário* [...]” (DP, PE, 16/10/1854, p. 2). “W”, por sua vez, em carta de 1 de outubro, escrevendo de Ipojuca, comarca do Cabo, ao elencar uma série de jornais e tecer sobre eles comentários não poupou lisonjas ao Diário de Pernambuco a ponto de compará-lo ao mesmíssimo Times, de Nova York:

Principiarei por casa, quero dizer, pelo seu *Diário*: He elle ao meu ver o nosso *Times*; não recusa escripto algum debaixo de certas condições, e o exemplo está em minhas missivas; a sua redacção he illustrada e imparcial. Tem bem bons annos de bons serviços. (DP, PE, 07/10/1854, p. 2).

Como a questão do anonimato constituía uma das condições essenciais para se evitar perseguições e detrações de todo tipo, vale a pena recuperar as impressões e opiniões em relação a essa prática por parte dos correspondentes.

É importante ter presente que, além das intrigas de caráter pessoal e político, o exercício correspondente incorria em julgamentos, influenciando versões e até mesmo a formação de opinião. Apesar da burla com que o uso dos pseudônimos aparecia muitas vezes, nota-se, não obstante, que a preservação do verdadeiro rosto dos correspondentes era, na prática, tomada por coisa séria. Assinando a correspondência em Vila Bela, Comarca de Pajeú, no dia 1 de maio de 1854, alegou o noticiador daquela localidade que:

Primeiramente dir-lhe-hei que muito se tem por aqui trabalhado por saber quem seja o noticiador desta comarca, tanto para o seu *Diario*, como para a *União*, cujos artigos tenho tambem ultimamente lido, e são de grande interesse por ser o seu autor minucioso e veridico, He o Dr. Juiz de direito, dizem uns, he o Dr. promotor, dizem outros, he o Dr. Lima, dizem muitos, he finalmente Pedro, Paulo, etc., etc. He verdade que ainda não fallaram no meu nome, e he quasi impossivel mesmo que o façam, segundo o que Vmc. sabe... não obstante tenho tido minhas colicas, e não sei em que se fundam esses curiosos esmerilhadores da vida alheia. Se o noticiador mentisse, se inventasse factos, ou os adulterasses em prejuizo das pessoas que nelles figuram, não seria máo averiguar quem era o calumniador, mas não fazendo isso, antes guardando certas conveniencias, e mesmo alguma reserva na narração dos acontecimentos, de modo que a ninguem offenda, não posso descobrir o motivo de tão indiscreta curiosidade. Não creia, porém, que eu desanime na empreza de pôr a provincia e o paiz apar do que se passa cá pelo sertão do Pajeú. Não. Estas indagações farão doer as canellas, he verdade, a quem não quereria ser descoberto, mas de nenhum modo atemorizam a quem tem consciencia de só ter dito a verdade, que não devera estar acculta. (DP, PE, 18/05/1854, p. 2).

Nesse trecho da correspondência, pode-se notar, por exemplo, que havia entre os próprios noticiadores e certamente entre a população e leitores da época, a suspeita ou desconfiança, não sem razão, de que o exercício correspondente somente estaria ao alcance de indivíduos letrados e em posição privilegiada nas vilas e comarcas, como um “Juiz de direito”, “Dr. promotor”, ou, ainda, um “Dr. Lima”. “O Velho Aldeão”, por sua vez, escrevendo de Escada, ao fazer graça da “capa do anônimo”, não deixa de revelar ao mesmo tempo a sua importância.

Fiquei com as orelhas na cabeça, quando sube, que faziam de mim – frade, padre... – eu que tenho abnegação para tal estado! “[...] Vou patentear-me. Vou rasgar a capa de anônimo, com que me hei embuçado. Eis que entro a gritar com todas as forças, e elasticidade de meus pulmões: sou eu o correspondente; sou o velho aldeão; sou... chamo-me... Mas não! Agora recordo-me do rifão – quem tem capa, escapa. [...]” (DP, PE, 22/08/1854, p. 2).

Tomar a palavra escrita tinha seus riscos ao jogar o autor em campos minados, não só gerando críticas e acusações, como também permitia ataques diretos a indivíduos e instituições graças a salvaguarda dos pseudônimos. Nesse sentido é muito sintomático o caso de Antonio Bastos Pinto, artista teatral, que, mesmo não sendo citado nominalmente, sai em

sua autodefesa após ser injuriado e difamado através do jornal *A Ordem*²⁸, primeiramente no nº 351 e, posteriormente, no 354. Durante toda a correspondência que ocupou praticamente duas colunas do *Diario de Pernambuco* de 21 de maio de 1864, Pinto se dirige ao seu “publico” e aos “leitores”, revelando claramente a importância dada ao boato²⁹ e achincalhamentos publicados na imprensa.

Pela parte que compete não tencionava responder a um artigo inserido na folha – *A Ordem*, n. 351 – com assignatura – *Faringhea* – porquanto considero-o – de tão pouca importancia que responder é conferir ao autor honras que não merece; mas imaginando que o publico fique na duvida de quem serei, visto que o Sr. *Faringhea* teve a delicadeza de occultar o meu legitimo nome, resolvi vir eu mesmo dar-me a conhecer. (DP, COR, 21/05/1864, p. 2)

Bastos criticava a prática do anonimato que convertia os jornais em “porto franco de immundicias”, arma impiedosa contra as honras alheias:

Há individuos que consideram o jornal um porto franco de immundicias, um poste da injuria e da calumnia, um matadouro de reputações, e firmes neste proposito marcham descaradamente para a imprensa, para a seu salvo, e acobertados com o manto do anonymato, satisfazerem seus torpes desejos, e como os seus desejos são torpes e vis, só torpezas, vilezas, infâmias e calumnias bastam... porque torpezas, vilezas, infâmias e calumnias são as distinctas qualidades Moraes que attestam a nobreza de seus caracteres, a religião que professam... e a doutrina que aprenderam no cathecismo hediondo da seita dos miseráveis. Desta ordem é o infame detractor da minha honra! [...] (DP, COR, 21/05/1864, p. 2)

Também não será à toa que a resposta virá justamente por meio das páginas de um dos principais, se não o mais importante periódico de Pernambuco, como se pode entrever pelo trocadilho final: “Desculpe-me as minhas rigorosas expressões... mas, uma vez que teve a – bondade – de chamar-me a – ordem – pela *Ordem*, achei conveniente faze-lo hoje – diario – pelo *Diario*”.

²⁸ De acordo com Nascimento (1970, vol. V, p. 114-117), o jornal surgiu com a proposta de ser um “Periódico Político, Imparcial e Noticioso”, tendo seu primeiro número saído à luz em 7 de janeiro de 1859, com publicações “nas terças e sextas de cada semana”. Conforme as descrições do periódico, estipulava-se que os “anúncios dos senhores assinantes serão publicados grátis sendo no mesmo tipo do jornal; os comunicados e correspondências de particular interêsse pagarão o que se convencionar, correndo por conta dos seus autores toda a responsabilidade moral e criminal, e por isso os autógrafos devem vir legalizados”. No ano de 1864, o jornal já possuía uma tiragem semanal, com “intensa correspondência do Rio de Janeiro, assinadas – **O Censor**, além da matéria d’**O Compadre Provinciano** (até 1866); outras correspondências e transcrições, inclusive de versos, além das ‘Publicações a pedido’ e dos anúncios, sendo raros os artigos redacionais”. Segundo parece, “o periódico ainda se publicou, segundo o registro de Alfredo de Carvalho (obra citada), até o nº 567, de 15 de março de 1869, que teria o último”.

²⁹ Segundo Iasbeck: “Boatos são ondas noticiosas disformes que circulam ao sabor das contribuições coletivas, segundo uma ética bem definida e uma estética bastante esgarçada, capaz de conter uma variada gama de produtores/fruidores”. (2000, p. 11).

Por outra parte, o espaço de publicação destinado a alguns correspondentes oficiais de comarcas, poderia ainda ser usado para promover intimidações e denúncias contra autoridades ou particulares, tal como o fez o “Velho Aldeão” com o inspetor de Escada (DP, PE, 25/07/1854, p. 2), em correspondência assinada em 7 de setembro de 1854:

Temos sido mimoseados de vários pasquins – essas bellas producções mordazes, e satyricas escriptas atraz da porta, e pregadas ás escondidas na casa da feira. Tenho os por os mais vis e deponentes meios de que usa servi-se o covarde e viperino detractor e ordinariamente são filhos de almas tão pequenas como os mesmo papeluxos. Reiteradas vezes tem apparecido estes mimosos, e he censuravel o procedimento da policia por não haver dado nenhuma providencias. Sr. Cavalcanti! Sr. Cavalcanti! veja que vou perdendo as estribeiras! Vmc., porque untei-lhe um poucachinho de mel pelos beiços, ficou-se todo a lamber, que já vai afrouxando, e esquecendo-se dos cumprimentos dos seus deveres!! Tome sentido... senão ... senão! Lance uma vista d’olhos la para a rua das Goiabeiras! Faça assistir a sua attenta inspecção, as immoralidades distúrbios e sambas, que ahi se exercitam constantemente! Vá tomar conhecimento com a bella súcia que frequenta aquelles cazebres e Vmc. ficara sabendo que essas criancinhas são as que apreciam com jubilo o Deus *nobis have otia fecit*; porque o pão nosso de cada dia, em vez de suor, custa-lhes um susto unicamente, e bem vê que isto para quem tem habilidade he enquanto o diabo esfrega o òlho. Lembre-se, e torne ao que foi, que ficamos camaradas, ao contrario não quero compadrescos com ninguem: quem me avisa meu amigo he. (DP, PE, 29/09/1854, p. 2)

Percebe-se, portanto, a existência de uma ideia consensual acerca de um dos papéis atribuído ou autoatribuído aos correspondentes oficiais, isto é, o de denunciante. Motivo, por certo, que fez ao de Igarassu retomar a prática missivista, como fica evidenciado pelo comentário realizado aos redatores do Diário de Pernambuco.

Srs. redactores – já tinha abandonado o officio de seu correspondente, pelo asco que as cousas deste termo me vão inspirando; mas um facto novo e estupendo, que aqui se dá, faz com que volte ao posto. Este facto, não é outro senão o da falsificação que se descobriu no livro da qualificação desta freguesia [...]. (DP, COR, 07/05/1860, p. 3).

Conforme vimos analisando, a prática correspondente não era em absoluto um exercício isento de polêmicas e comentários, motivo pelo qual o cuidado com o anonimato se fazia tão importante. Nesse sentido, vale trazer novamente a passagem, anteriormente citada, do noticiador de Vila Bela, Comarca de Pajeú:

He verdade que ainda não fallaram no meu nome, e he quasi impossivel mesmo que o façam, segundo o que Vmc. sabe... não obstante tenho tido minhas colicas, e não sei em que se fundam esses curiosos esmerilhadores da vida alheia. Se o noticiador mentisse, se inventasse factos, ou os adulterasses em prejuizo das pessoas que nelles figuram, não seria máo averiguar quem era o calumniador, mas não fazendo isso, antes guardando certas conveniencias, e mesmo alguma reserva na narração dos

acontecimentos, de modo que a ninguém offenda, não posso descobrir o motivo de tão indiscreta curiosidade. (DP, PE, 18/05/1854, p. 2)

E não concluía sem antes se autoatribuir a “[...] empreza de pôr a provincia e o paiz apar do que se passa cá pelo sertão do Pajeú. [...] Estas indagações farão doer as canellas, he verdade, a quem não quereria ser descoberto, mas de nenhum modo atemorizam a quem tem consciencia de só ter dito a verdade, que não devera estar acculta” (DP, PE, 18/05/1854, p. 2).

Quando o “Velho Aldeão” escreveu pela primeira vez ao Diarrio de Pernambuco, em 19 de julho de 1854, inaugurando uma correspondência epistolar que duraria até 12 de fevereiro do ano seguinte, demonstrou certa preocupação em relação às supostas reações que suscitaria seus escritos por parte de seus patricios escadenses: “Ho! Que juizos temerarios, que supposições infundadas não irá suscitar a aparição desta minha correspondencia! Que conceitos bons e maos não ferverão nas cabeças de alguns meus conterraneos a prol, ou contra o aldeão da Escada!” (DP, PE, 25/07/1854, p. 2).

Embora se perceba uma falsa modéstia em sua apresentação e agradecimento ao Diarrio, procurando ser jocoso em alguns trechos, não nega que o empreendimento lhe custara muita meditação. Conforme afirmara:

Depois de mil conjecturas, depois de mil perplexidades, levado de um lado pelo estímulo da emalação, e de outro pela presumpção de que talvez a meu turno acarrete á minha pobre aldeia, hoje Villa da Escada algum interesse, alguma utilidade, alguma vantagem; depois finalmente de muito hesitar, rompi os diques da irresolução, escalei as muralhas da duvida e do receio, e metti mãos á obra: a penna, que por uma duzia de vezes tomara, e largara successivamente sobre o meu tinteiro de louça, torna a ser encaixada entre os meus tremulos e descarnados dedos;

Sabia-se, perfeitamente, que tudo o que se publicava não era, salvo saísse nos editoriais, responsabilidade do Diarrio de Pernambuco, mas sim dos correspondentes autores de seus escritos. Um caso envolvendo o mesmíssimo General José Inácio de Abreu e Lima, em 1856, pode ser muito revelador nesse sentido. Em uma nota publicada no número do dia 3 de maio, o *Diarrio* se pronunciou azedamente sobre a má conduta do ilustre militar e político que, depois de atendido em seu insistente pedido para que se publicassem dois “artigos seus em resposta de um *communicado* que havia sido publicado no *Liberal Pernambucano*”, negou-se a assumir a responsabilidade deles, embora “escriptos e firmados pelo seu proprio punho”, quando estes foram levados aos tribunais.

Passados alguns dias foram os artigos chamados a juizo. Ora. Como os autographos originaes contivessem varios traços e entrelinhas, mandou o proprietario deste jornal

pedir ao Sr. Abreu e Lima uma declaração em que se responsabilisasse pelos artigos, afim de leva-lo ao competente tribunal.

Entretanto, a isto negou-se o mesmo Sr. Abreu e Lima. Então, hontem que era o dia aprasado, compareceu o proprietario, e apresentou os autographos reconhecidos por tabellião publico, e fez a declaração expressa de que eram de lettras e signal do Sr. general, o qual pedira a respectiva insersão. (DP, 03/05/1856, p. 3)

Ante a irredutibilidade de Abreu e Lima em reconhecer seus escritos, não restou outra saída ao jornal que revelar “algumas circumstancias, que então omittimos”, passando assim a limpo a história da negativa, ao mesmo tempo que deixava claro não ter nada que ver com o conteúdo dos referidos escritos.

Em nosso numero de 3 do corrente relatamos o que occorrera entre o proprietario deste jornal e o Sr. Abreu e Lima. Então a nossa exposição limitou-se ao fato da appresentação dos autographos escriptos e assignados pelo mesmo senhor general. Ora, sendo elle notificado para ir ao tribunal competente confirmar a sua responsabilidade, não compareceu, e pelo juiz foi julgado não responsavel. Da falta de comparecimento do Sr. Abreu e Lima, uns tiram a conclusão de aquiescencia da sua parte, e outros, como o julgador, concluem pela negativa assim, para maior esclarecimento do facto, cumpre que revelemos algumas circumstancias, que então omittimos.

Notificado o proprietario deste jornal para appresentar a responsabilidade, convidou ao autor dos artigos para que trocasse os originaes por outros tambem do seu punho, em consequencia dos primeiros se acharem traçados e com algumas interlinhas, e elle respondeu o seguinte pela sua propria letra:

“Peço-lhe que não insista mais. Amanhã as 9 horas do dia estará habilitado em regra. Sabe que não falto á minha palavra.”

E, consequencia de nova solicitação respondeu tambem por escripto:

“Ora supponha que eu quero assumir a responsabilidade, e que lhe offereço um responsavel em regra; para que esta insistencia? Parece que o seu fim he somente a minha pessoa, e não uma responsabilidade. Se eu morresse estava tudo acabado, por consequencia a minha vida de que certo não sou senhor, não o pode comprometter. Tudo se fará, que mais quer?”

A’ vista destes bilhetes, he evidente que os artigos foram publicados, para e simplesmente, sob a responsabilidade do Sr. Abreu e Lima. De mais, havendo tantos periodicos nesta cidade, porque não recorreu a nenhum delles para protestar contra a sua firma que se lê por baixo dos artigos em questão? Porque não compareceu em juizo para negar a sua responsabilidade? A opinião publica julgue este negocio como entender. (DP, 13/05/1856, p. 2).

O caso parecia insólito, mas, mesmo assim, demandou do periódico explicações sobre a sua política de publicação e muito esforço para a preservação da reivindicada reputação.

Quem conhece os principios que regulam o jornalismo, sabe que o jornal que não tem um fim politico, não compartilha as idéas dos artigos que transcreve em suas paginas, todas as vezes que os não acompanha com artigos edictoriaes. Assim, nem os artigos do Sr. Abreu e Lima, nem qualquer outro que não for precedido desta circumstancia, não são adoptados pelo *Diario de Pernambuco*. (DP, 13/05/1856, p. 2).

Apesar do sucedido, tudo acabou bem para o *Diario de Pernambuco*, pois

O Sr. doutor Feitoza, em um comunicado que publicou hontem no *Liberal Pernambucano*, com bastante dignidade, recusou solemnemente o direito que lhe cabia de prosseguir contra o proprietario deste jornal, e este acto nos penhorou summamente não pelo temor da responsabilidade, mas pela convicção que manifestou de que jámais seríamos capazes de praticar um acto indigno, aceitando outro responsavel em lugar do verdadeiro. (DP, 13/05/1856, p. 2).

Como acabamos de ver, se as cartas assinadas podiam gerar situações embaraçosas para os jornais, levando-os inclusive aos tribunais, o que restava para as correspondências anônimas? De fato, acreditamos que elas devam ter causado muitas dores de cabeça aos donos de jornais, incluindo o próprio *Diario de Pernambuco*, em vista de que já no despontar de 1864, preocupado com sua imagem e segurança, impõe condições/restrições para a publicação de cartas assinadas com ou sem pseudônimos. O exercício epistolar não mudará em sua essência, mas, a partir de então, será exigidos, por parte do periódico, o conhecimento dos nomes dos “collaboradores officiosos”:

Duas palavras aos nossos collaboradores officiosos de um e outro sexo, cuja attenção reclamamos. A’s pessoas que em anonymo ou sob qualquer pseudonymo se dignam de enviar-nos produções suas, para terem nesta pagina a competente inserção, temos a honra de prevenir que d’ora avante não aceita-las-hemos sem que venham subscriptas pelos proprios autores, cujos nomes todavia serão omittidos na publicação, quando queiram, devendo portanto disto darem-nos aviso. Essa nossa exigencia não tem alcance algum offensivo: é uma sciencia que entendemos dever ter, a qual no entretanto não pode prejudicar a ninguem, pois respeitaremos o segredo, calando o nome, que se queira velar no mysterio. (DP, PE, 04/01/1864, p. 2)

Note-se, portanto, que não se proibiu o anonimato no *Diario de Pernambuco*, mas se reservou o direito, precavidamente, de saber o nome dos autores.

Deve-se observar ainda que o “segredo” dos nomes não dependia somente da isenção da autoria por parte dos jornais. Para manter-se no “mysterio”, dependia-se, ademais, de uma operação muito mais complexa e dificultosa que começava na escritura das missivas, passava pelo depósito delas em mãos de emissários e a entrega propriamente dita ao redator.

Por último, e para densificar mais a análise, caberão, todavia, alguns comentários sobre o conjunto de pseudônimos levantados durante a pesquisa com o *Diario de Pernambuco*, entre 1850 e 1870 (veja-se a tabela n.º 1).

Como se pode conferir, de um total de 792 correspondências foram identificadas 391 assinadas com pseudônimos. Extraindo as referências repetidas, visto que um missivista poderia enviar mais de uma carta, foi possível levantar um conjunto de 110 pseudônimos, que,

pela sua origem, com excessão de Tacaratu, localizada no sertão que, cobria todas as comarcas da Província de Pernambuco.

TABELA N.º 1 – PSEUDÔNIMOS UTILIZADOS PELOS MISSIVISTAS E CORRESPONDENTES DO DIARIO DE PERNAMBUCO (1850-1870)						
Pseudônimos	Colunas				Comarcas	T O T A L
	C O M	C O R	P E	P P		
* * *		01			Goiana	01
& &.	01				Paudalho	01
A.B.				01	Santo Antão	01
A.B.C.		02			Olinda	02
A.J.G.				01	Cabrobó	01
Alguns Escadenses.				01	Santo Antão	01
Aristarco Goiannense.			01		Goiana	01
Au revoir.			29		Bonito	29
B.C.F.E.Y.				01	Goiana	01
Barão de Araçagy.				01	Rio Formoso	01
Barreiros.				01	Palmares	01
Bonitense.		01			Bonito	01
Buryti.			01		Limoeiro	01
D.E.F.		01			Olinda	01
Despertador				01	Paudalho	01
E.R.M.	01			01	Limoeiro	02
F.			02		Bonito	02
Gamberna			03		Rio Formoso	03
H.C.S.D.				01	Nazaré	01
Honorio da Villa			07		Goiana/Flores/Rio Formoso	07
Idomenéo.				02	Goiana	02
Inimigo das Calunias.	01				Goiana	01
J.A.do Egypto			04		Paudalho	04
João da Mata		01			Nazeré	01
Jose do Egypto			05		Paudalho	05
Limoeirense.	01				Limoeiro	01
M.B.		01			Santo Antão	01
M.J.M.B.				01	Garanhuns	01
Mosquito.			02		Flores	02
Noca		01			Olinda	01
O agricultor nazareno S.A.				01	Nazaré	01
O Alferes Joaquim.			04		Limoeiro	04
O amigo da verdade.		01			Bonito	01
O apreciador do mérito	01	01	01		Garanhuns/Boa Vista/Goiana	03
O Arnica.			02		Goiana	02
O Bato			02		Limoeiro	02
O Bezerrense		01			Bonito	01
O Boavistano.		01			Boa Vista	01

O Boa-vistano.			02		Boa Vista	02
O Bonitense.		01			Bonito	01
O calmante			01		Goiana	01
O católico nazareno.		01			Nazaré	01
O Conceição.				01	Nazaré	01
O despertador.			01	01	Paudalho	02
O Devoto.				01	Goiana	01
O escrivão do jury				02	Bonito	02
O espectador.		01			Nazaré	01
O Formigão				01	Nazaré	01
O Idem.			01		Santo Antão	01
O Imparcial		03		01	Flores/Paudalho/Santo Antão/Brejo	04
O Incognito.		01			Goiana	01
O inimigo das espoletas.				01	Paudalho	01
O inimigo do crime e da calúnia				01	Nazaré	01
O Insulano.			03		Olinda	03
O Justo.		01			Nazaré	01
O Limoeirense.			01		Limoeiro	01
O Matuto de Escada		01			Santo Antão	01
O mesmo.			01		Goiana	01
O Noticiador do termo de Cabrobó			01		Cabrobó	01
O Noticiador.			02		Boa Vista	02
O observador	01				Cabo	01
O Padicente.		01			Goiana	01
O Páo d'Alhense.	01				Paudalho	01
O Papagaio				01	Nazaré	01
O Pedro gato.			03		Limoeiro	03
O recruta				01	Paudalho	01
O Simão do Bonito.			02		Bonito	02
O soldado noco.				01	Paudalho	01
O Velho Aldeão.			15		Santo Antão	15
O verdadeiro Gloriense.				01	Paudalho	01
O Victoriense.			69		Santo Antão	69
O voluntario da patria.				01	Rio Formoso	01
O.C...		01			Goiana	01
Os Accommodados.		01			Paudalho	01
Os devotos do mez mariano.		02			Santo Antão	02
Os gratos nazarenos.				01	Nazaré	01
Os herdeiros da testadora.				02	Cabo	02
Os imparciaes.				01	Goiana	01
Os imparciais.		01			Santo Antão	01
Os matutos velhos.			01		Santo Antão	01
Os oitenta e cinco.				01	Paudalho	01
P.A.			01		Goiana	01
P.S.			01		Garanhuns	01
Phebo.				01	Goiana	01
Rocamble.				01	Rio Formoso	01
S.A.F.C.				01	Palmares	01

S.M.I. e C.	01			01	Bonito	02
Sentinela		02			Nazaré	02
Soíêo.			02		Brejo	02
Swvn. cuíque triburre.		01			Goiana	01
Theséo.	01				Goiana	01
Timou.	04				Goiana	04
Troppmann.				01	Nazaré	01
Um agrícola da comarca de Nazareth		01			Nazaré	01
Um agua-pretano.				01	Palmares	01
Um Bonitense.	02				Bonito	02
Um comarcão.		01		02	Bonito/Garanhuns/Cabo	03
Um Diamantino.	01				Goiana	01
Um dos da Escada,	01				Santo Antônio	01
Um Ipojucano.		01			Cabo	01
Um medico.	01				Goiana	01
Um Nazareno.		01			Nazaré	01
Um prejudicado.		01			Limoeiro	01
Um Victoriense.			01		Santo Antônio	01
V.	01				Goiana	01
Vale.			11		Garanhuns	11
Veritas.	02	02			Santo Antônio	04
W.	01	02	13		Bonito/Cabo/Goiana/Limoeiro	16
X.			75		Nazaré/Garanhuns/Bonito/Goiana/Igarassu	75
Y			19	01	Paudalho/Garanhuns/Goiana/Nazaré	20
110	22	39	289	41	15	391

FONTE: Diário de Pernambuco. Elaboração própria.

Desses pseudônimos muitos faziam alusão ao local de onde se escrevia, sobressaindo as denominações gentílicas, como, por exemplo: “Bonitense”, “Limoeirense”, “O Bezerrense”, “O Boavistano”, “O Páo d’Alhense”, “O Victoriense”, “Um Victoriense”, “Um Nazareno”, “Um Ipojucano”, “Um bonitense”, “Um agua-pretano”, “Alguns Escadenses”, “Um dos da Escada”. Outros tantos recorreram às abreviaturas de nomes, expressões ou coisas, como o “E. R. M.”, que, acreditamos, ser uma referência à antiga fórmula de fechamento das petições oitocentistas: *Espera Receber Mercê*.³⁰ Assim como tudo indica que a primeira parte de “S. M. I. e C.” significa *Sua Magestade Imperial*. Também apareceram alguns símbolos, como os três asteriscos “* * *” de um correspondente de Goiana, e o “&&.” de Paudalho.

Entre a imensa maioria dos pseudônimos, sobressaía aqueles de caráter satírico e burlesco, ainda mais se temos em mente que boa parte desses correspondentes certamente provinha de estratos alfabetizados e com estudos superiores: “Despertador”, “Mosquito”, “O

³⁰ Nos amparamos aqui nos estudos de Cesar (2015a; 2015b; 2016; 2019a; 2019b).

calmante”, “O Formigão”, “O Incognito”, “O Matuto de Escada”, “O mesmo”, “O Papagaio”, “O Pedro gato”, “O recruta”, “O soldado noco”, “Noca”, “O Alferes Joaquim”, “O Velho Adeão”, “O voluntario da pátria”, “Os accommodados”, “Os herdeiros da testadora”, “Os matutos velhos”, “Rocambole”, “O insulano”, “O Padicente”, “O espectador”, “O Idem”, “Soiêo”, “Um prejudicado”, etc.

Por outra parte, é muito difícil entrever possíveis associações com ocupações ou ligações com determinados grupos socioprofissionais através dos pseudônimos, mas talvez se vejam alguns indícios no “O escrivão do jury”, de Bonito, em “O agricultor nazareno S. A.” e em “Um agrícola da comarca de Nazareth”, ambos de Nazaré; e no “Um medico”, de Goiana.

A alusão a deuses, reis e heróis da mitologia grega –“Phebo”, “Theséo” e “Idomenéo”–, a um astrônomo e matemático grego que viveu entre 310 e 230 a. C. – “Aristarco Goianense”–, o uso de expressões ou palavras em outros idiomas –“Au revoir”, “Swwn cúique triburre” e “Veritas”–, ou, ainda, a referência a um famoso criminoso francês – “Troppmann”–, além de plantas e unidades de medida não nativas –“O Arnica” e “O Bato”–, são claros indícios de que seus autores eram tudo, menos pessoas não esclarecidas.

Por último, alguns pseudônimos ainda deixam transparecer um uso político-partidário e/ou ideológico do exercício correspondente, apresentando-se, em alguns casos, como se estivessem investidos do papel de um juiz com suas melhores qualidades: justo, imparcial e alerta. Não estranha, portanto, a variedade de assinaturas alusivas aos referidos predicados: “Inimigo das Calunias”, “O amigo da verdade”, “O apreciador do mérito”, “O católico nazareno”, “Os imparciaes”, “O Imparcial”, “O Devoto”, “O inimigo das espoletas”, “O inimigo do crime e da calúnia”, “O Justo”, “O Noticiador”, “O observador”, “Os devotos do mez mariano”, “Os gratos nazarenos”, “O Simão do Bonito”, e “Sentinela”.

2. A profissionalização do exercício correspondente

Para a publicação de cartas particulares no Diário de Pernambuco, entre 1850 e 1870, destinaram-se as colunas: “Pernambuco”, “Correspondencia”, “Publicações a pedido” e “Communicado”. Em ocasião oportuna, descreveremos suas principais características, mas, por hora, vale enfatizar que muitos dos correspondentes assumiam a função de *noticiosos oficiais* relatando com frequência acontecimentos ocorridos em seu município ou nas vilas da comarca respectiva. Claro que a prática correspondente esporádica, isto é, de contribuições

irregulares e sem compromisso com a redação do Diário continuou existindo, como prova a carta de “O Pedro Gato”, de 5 de dezembro de 1854, da comarca de Limoeiro:

Não tenho ainda assignado com Vmc. [redator] compromisso algum, pelo que fique em obrigado de escrever-lhe em epocas fixás e determinadas, os acontecimentos desta abençoada terrinha, irei pois, se Deos não ordenar o contrario, de quando em vez, enviando-lhe o resultado de minhas observações terrestres [...]. (DP, PE, 21/12/1854, p. 2).

Entretanto, os correspondentes e sua prática que nos interessarão aqui são precisamente aqueles relacionados ao exercício que “O Mosquito”, do termo de Vila Bela (comarca de Flores), estava predisposto em assumir:

Em todos os lugares há sempre um correspondente, e qual a razão d’aqui não haver tambem um ou mais? N’estas circunstancias aqui me acho arvorado em correspondente, não como preenchedor deste honroso quão importante cargo, mas como noticiador, que sabe exactamente cumprir com o rigoroso dever de patentear os factos, e dar á Cesar o que é de Cesar. (DP, COR, 22/05/1860, p. 3).

“O Mosquito” dava assim testemunho de uma prática que, como enfatizava, já era bastante estendida nos idos de 1860. De fato, analisando o exercício epistolar desses correspondentes desde 1850, observa-se que foi concretamente na altura do ano de 1853 que muitos assinantes se tornaram correspondentes noticiadores de suas comarcas, conforme se pode ver por meio da tabela n.º 2.

TABELA N.º 2 – INÍCIO DA PRÁTICA CORRESPONDENTE NAS COMARCAS PERNAMBUCANAS			
Correspondentes	Municípios/Comarcas	Início da prática correspondente	
Carta particular	Garanhuns	1853	(DP, PE, 21/11/1853, p. 2)
X.	Nazaré	1853	(DP, PE, 05/04/1854, p. 3)
W.	Ipojuca/Cabo	1854	(DP, PE, 12/06/1854, p. 2)
O Velho Aldeão	Vila da Escada/Santo Antão	1854	(DP, PE, 25/07/1854, p. 2)
O Alferes Joaquim	Limoeiro	1854	(DP, PE, 25/07/1854, p. 2)
Carta particular	Vila Bela/Flores	1853	(DP, PE, 13/10/1854, p. 3)
Carta particular	Limoeiro	1854	(DP, PE, 18/11/1854, p. 2)
Carta particular	Tacaratu	1854	(DP, PE, 30/12/1854, p. 2)
Sofêo	Brejo	1857	(DP, PE, 03/07/1857, p. 2)
O Mosquito	Flores	1860	(DP, PE, 21/05/1860, p. 3)

FONTE: Diário de Pernambuco. Elaboração própria.

O da comarca de Pajeú de Flores, escrevendo de Vila Bela, mas sem assinar nem sequer com pseudônimo, disse em carta particular de 1 de outubro de 1854: “Completo hoje 1 anno, que aceitando por minha expontanea vontade o penivel encargo de noticiar-lhe as

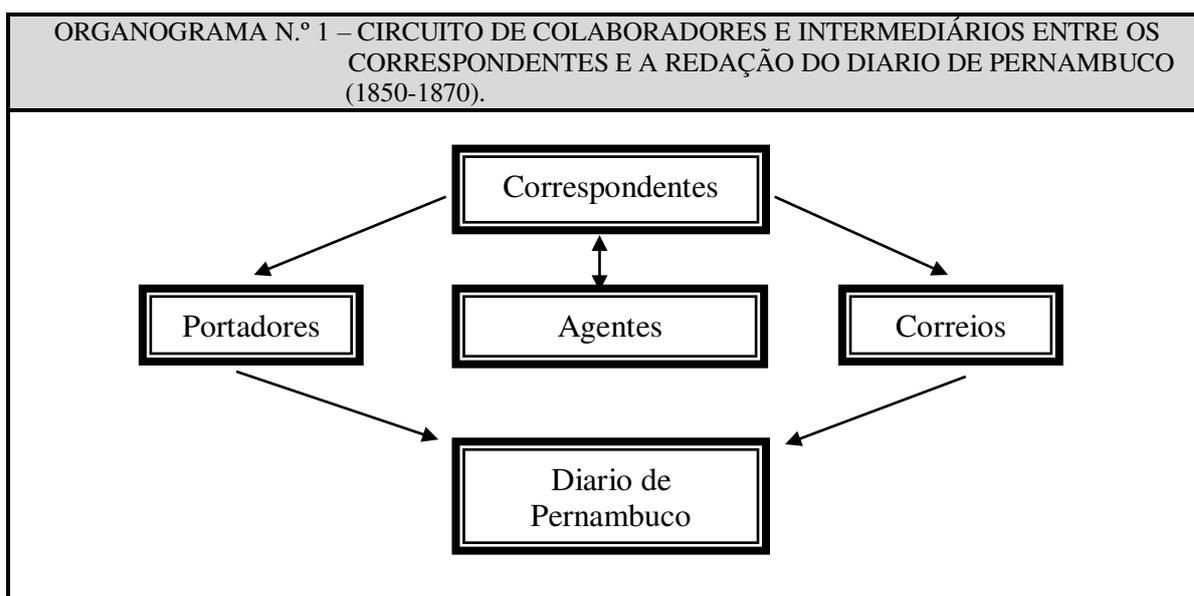
ocorrências deste Pajeú, lhe dirigi a minha primeira missiva [...]”. (DP, PE, 13/10/1854, p. 3). Também é de 1853 a primeira carta particular rastreada, da comarca de Garanhuns, revelando intenções por parte de seu autor em assumir o cargo de “chronista”:

Endereçando a V. S. esta primeira carta, he nosso propósito encetar uma correspondencia ácerca das cousas desta comarca, da qual ex auctoritate qua fungor nos arvoramos em chronistas, ou, se não nos parecer que devamos jungir-nos á ordem dos tempos, transmittiremos a V. S. agranel noticias do que fôr por cá ocorrendo e que mereça attenção [...]. (DP, PE, 21/11/1853, p. 2).

E “X”, da comarca de Nazaré, escreveu em 1º de abril 1854:

Faz hoje um anno que lhe dirigi a minha primeira carta, rogando-lhe algum espaço no seu jornal, para publicação dos factos, que fossem ocorrendo por esta comarca, o que foi por Vme. bem acolhido: no desempenho desse dever, á que espontaneamente me submetti [...]. (DP, PE, 05/04/1854, p. 03).

Não obstante, e como as próprias passagens trazidas à baila sugerem, será no ano seguinte, portanto, em 1854, que muitos deles passaram do *amadorismo inicial* a uma certa especialização enquanto correspondentes noticiosos do Diário de Pernambuco. Ainda conforme a tabela n.º 2, percebe-se também o surgimento de novos correspondentes neste mesmo ano (Ipojuca/Cabo, Vila da Escada/Santo Antão, dois em Limoeiro, e Tacaratu), cobrindo uma parcela significativa do território pernambucano.



FONTE: Diário de Pernambuco. Elaboração própria.

Decerto, conforme a atividade correspondente ia ganhando importância e o fôlego dos missivistas em dar conta de noticiar diminuía, passaram a surgir outros indivíduos essenciais à manutenção da função. Conforme se pode observar através do organograma nº 1, um deles foi os *agentes* responsáveis em coletar informações, curiosidades e notícias para os correspondentes. Esses *courrier de notices* tornaram-se, como se verá mais adiante, os pés e as mãos dos correspondentes, podendo até terem vindo a servir, eventualmente, de *portadores* das cartas ao Diário de Pernambuco. Essa última função, por certo, igual à dos primeiros, deveria ser executada por pessoas de profunda confiança do contratador, pois da fidelidade e discrição daqueles dependia a manutenção de seu anonimato, condição chave para o exercício correspondente.

Conforme ainda se analisará, a dependência dos correspondentes em relação aos mensageiros se dava, basicamente, por dois motivos: a) a inexistência de agências dos correios em algumas localidades ou comarcas; e b) devido aos péssimos serviços dos postos dos correios e de seus agentes. Embora o melhoramento desses e a expansão da rede de agência dos correios tenham feito com que tal dependência diminuísse com o tempo, nada indica que desaparecesse por completo durante o período em análise.

2.1 O “bom - pesquisador de novidades”: os agentes

A partir do exposto com anterioridade, não estranha que, em 1854, tenhamos encontrado a menção de colaboradores envolvidos na coleta de informações locais e comarcais, e o seu envio aos correspondentes que, por sua vez, selecionavam-nas e encarregavam-se de redigir as epístolas ao redator do Diário de Pernambuco. “Honorio da Villa”, correspondente da comarca do Rio Formoso, por exemplo, informou à redação em carta de 31 de março de 1854

[...] que estabeleci agentes parciaes em todas as freguezias, e irei transcrevendo na que lhe dirigir, as noticias que tiver recebido; saiba pois Vmc. que são meus agentes os seguintes cujos, que só por si e sem mais fiança são bastante para Vmc. ficar garantido da verdade do que disser; em Serinhaem he o Dr. Damasceno [...] [e] direi que em uma [cidade], he meu correspondente o Teixeira escrivão; em Rio Formoso o meu compadre sollicitador, promettendo-me tambem o seu valioso auxilio o meu sympathico subdelegado; em Barreiros, o João Manoel; e finalmente em Agua-Preta o Dr. Ivo. [...]. (DP, PE, 05/04/1854, p. 3).

Certamente, deveria ser uma tarefa realmente hercúlea coletar e escrever aos jornais sem a contribuição desses agentes e facilitadores na captação de notícias oficiais e corriqueiras. Nesse sentido, é totalmente compreensível a justificativa alegada pelo atraso das

missivas apresentadas por “Honorio da Villa”, enviadas ao redator do Diario, em carta do dia 26 de maio: “Há muito que não lhe escrevo a espera de receber noticias dos meus agentes, e só agora he que posso transmittir-lhe as recebidas, e principiarei por Serinhãem”. (DP, PE, 31/05/1854, p. 2).

Acompanhando detidamente as correspondências do “O Victoriense”, novamente o encontramos, em setembro daquele mesmo ano, alegrando-se por ter “finalmente” encontrado um “bom” “pesquisador de novidades”, sem deixar, ainda, de elencar “todas as qualidades de que deve ser dotado um homem desta occupação”. Para ele este indivíduo deveria ter “[...] absoluto conhecimento das pessoas e das cousas, fidelidade, inteligência [...]”.

[...] he de mão cheia o meu rapaz. Que bello achado! O homem está por tudo o que eu quizer, comtanto que não diga que elle se chama... que se prece alguma cousa com o truão D. Bibas, mas sim quer que o dê a conhecer pelo nome de Pantaleão. Ah maganão, que nome tão estrepitoso escolheste! Agora, meu charo, estou servido: hei de saber de boas cousinhas sem precisar de andar de rua abaixo, rua acima, vossê sabe, vossê vio? O Pantaleão me livrará deste trabalho, e do risco de me impingirem alguma mentira para ao depois gritarem – o Victoriense he um mentiroso – o que até ao ponto de hoje não me aconteceu, e espero não acontecerá. (DP, PE, 18/09/1854, p. 3).

Esses agentes, pelo visto, faziam-se essenciais na coleta de informações entre a população e em regiões afastadas a fim de servir de matéria-prima para os missivistas. A se crer no que escreveu em sua carta de 1º de novembro de 1854, “Y”, da comarca de Paudalho, lançava mão até de seu “compadre” na tarefa de levantamento de “material” para as suas correspondências: “[...] não encontrei a minha epistola de 24 de outubro que com anciedade desejava ver em *letras redondas*... na qual teve muita parte o meu incomparavel compadre que quase estafa as pernas á cata de material para aquella grande obra [...]”. (DP, 10/11/1854, p. 3). “Valle”, correspondente da comarca do Brejo, escreveu em 1º de junho que tão logo atendeu a sua família, supostamente depois de haver chegado de uma viagem, foi imediatamente “puxar a taramella aos noticiadores da terra, que estão para este seu criado na mesma proporção, que o seu correspondente está para as paginas do seu apreciável jornal”. (DP, PE, 01/07/1854, p. 3).

Outro correspondente, “O Arnica”, da comarca de Goiana, escreveu à redação do Diario de Pernambuco, em 26 de novembro, dizendo que também se somaria à prática dos “demais seus correspondentes” quanto ao uso de um “courrier de notices”: “Reconhecendo a indispensabilidade de um courier de notices a meu lado, á imitação dos demais seus correspondentes, afim de com mais facilidade, e em maior numero, transmittir-lhe as occurrencias, resolvi-me a buscar um amigo [...]” a fim de “[...] desempenhar a honrosa

missão de *courrier de notices*, que em trocos miudos, ou segundo o idioma materno, quer dizer deposito de noticias, correio de noticias, noticiador, etc. [...]" (DP, 01/12/1854, p. 2).

No entanto, assim como ocorria com certa frequência entre os portadores e o serviço prestado pelos correios, também esses agentes cometiam falhas e desatenções que colocavam em risco o exercício correspondente. Pouco tempo depois de ter-se regozijado em ter encontrado um “amigo” para a tarefa de “correio de noticias desta comarca”, “Arnica” escreve em 15 de dezembro lamentando-se pelo “rompimento dos laços de tão solida amizade!”. Em linguagem truncada e pouco clara, deduzimos que o tal amigo “Mesquita”, em vez de “passar por incognito”, incorreu em alguma “indiscrição” que tenha revelado a face do correspondente, “forçando-me até a desistir da empresa que tão individamente sobre mim pesa” (DP, PE, 21/12/1854, p. 2).

Pesquisadores de novidades, agentes, noticiadores da terra, advogados, escritvões, subdelegados, compadres, amigos, mercúrios, pantaleões... todos valiam desde que fossem exímios *courrier de notices* (depósito de notícias, correio de notícias, noticiadores) conformando uma extensa rede de informantes indispensáveis para a prática correspondente que, por sua vez, era avaliada pelos pares e talvez pelo público leitor a partir do esforço por dar conta das informações e notícias locais e da comarca.

2.2 O “bom e fiel mensageiro”: os portadores

Para enviar as cartas com segurança aos jornais se dependia obrigatoriamente de intermediários de confiança. No começo de junho de 1854, o “O Victoriense” iniciou sua epístola bastante desacorçoado dizendo estar albergando “grandes suspeitas” em relação aos seus mensageiros, forçando-o a encontrar na alternância de portadores a forma de evitar ser descoberto, “motivo porque Vmc. [redator] ha de ter visto por lá tanta cara exotica”:

Para eu lhe enviar agora as minhas missivas me he necessario redobrar de cautela, porque os meus mensageiros fieis me vão causando grandes suspeitas: parece tambem aqui se vai fugindo a fidecidade; já sabem muito bem a magica do copo d’agua, e quem vê, como diz o ditado, as barbas de seu visinho arder deve deitar as suas de molho: he justamente o que faço, tendo a prudencia de escolher, e variar os meus portadores, motivo porque Vmc. ha de ter visto por lá tanta cara exotica, parece-me que esta variedade exclue as suspeitas de *alguem*. O portador desta, sim, he seguro, he fiel, nada d'elle tenho que temer, nem suspeitar; mas onde se pode achar sempre tão bom Mercurio? Na verdade foi uma felicidade para mim, este achado porque fazendo grande sensação o apparecimento da minha ultima carta, estaria eu agora em continuos sobresaltos, se esta fosse por portador mercenario [...]. (DP, PE, 09/06/1854, p. 3)

Não obstante, conclui a carta assegurando ter encontrado um fiel “Mercurio”: “O portador desta, sim, he seguro, he fiel, nada delle tenho que temer, nem suspeitar; mas onde se pode achar sempre tão bom Mercurio?”. A se crer em uma nova correspondência de julho de 1854, o elogiado mensageiro ou abandonara a função, ou acabara decepcionando seu empregador, pois este, além de demonstrar irritação com o atraso de suas cartas à redação do Diário, afirmava “[...] estar certo da capacidade, e segurança do portador da minha ultima missiva [...]” (DP, PE, 01/07/1854, p. 3).

Um pouco mais adiante, “O Victoriense” volta a narrar os riscos pelos quais se submetia para fazer chegar suas missivas ao Diário de Pernambuco. Gabando-se de ser “quase sempre [...] favorecido por alguma boa fada”, afirma ter sofrido seus emissários tentativas de suborno, a fim de que as mesmas não chegassem ao destinatário, ou seja, à redação do jornal. Alegando-se, finalmente, por lhe aparecer um “bom e fiel mensageiro”, não concluiu sua correspondência sem antes chamar aos interessados, na danação de suas epístolas, de miseráveis, perversos e depravados.

Nos maiores apuros quase sempre sou favorecido por alguma boa fada; isto tenho experimentado em algumas circumstancias bem criticas. Estava pensando como lhe poderia enviar esta pobre missiva, (porque até querem interceptar minhas cartas e dalas por perdidas, subornando portadores com dinheiro) quando me appareceu este bom e fiel mensageiro, por quem vai a presente. Esperem-no na estrada para o subornar, offereçam dinheiro... Miserrima gente, o afan com que te interessas e te esforças em fazer desaparecer as minhas missivas, prova a tua perversidade e depravação [...]. (DP, PE, 23/06/1854, p. 2).

Na missiva seguinte, datada em Vitória, no dia 1º de agosto de 1854, “O Victoriense” continuava dando mostras de contentamento por ter encontrado um confiável mensageiro. Agora bem, se por um lado é verdade que se alegrava com a sua boa sorte, por outra, não deixava de se recrear com as características físicas e culturais de seus portadores, demonstrando claramente uma visão racista e discriminatória dos que lhe eram, ou, que considerava seus subordinados.

Tenho quasi certeza que esta lhe vai cahir direito nas mãos, porque o mensageiro que a leva he segurissimo, segundo elle mesmo affirma: estou que se Miguel Angelo, ou Raphael existissem, e quizessem representar um bello quadro a deosa fidelidade, outro modelo não tomariam, se ouvissem o tal portador fallar; como, porém, elle he de sexo masculino, os celeberrimos artistas não teriam mais do que encaixar a sua cabeça em lindo corpo de donzella vestida de branco. Como ficaria bonito o encaixe? Uma cabeça preta, cara bexigosa e feia, bocca desdentada em um corpo de moça esbelto e bem feito, ataviado de candidas roupas, com effeito seria isto hediondo de se ver, quasi se assemelharia esta figura ao monstro de Horacio; mas que quer Vmc. Este quadro representaria a fidelidade, que agora me serve mui

bem: todos reconheceram nelle o fiel e muito leal... á este, pois, he que vai confiada a sorte desta carta: Deos a guie á bom recato. (DP, PE, 11/08/1854, p. 2).

Seguindo a correspondência do “O Victoriense”, o encontramos-lo queixando-se em nova carta, datada de 16 de agosto, da demora do aparecimento de sua missiva nas páginas do Diario de Pernambuco, atribuindo-a, porém, não ao jornal em si, mas ao seu anteriormente elogiado mensageiro.

Meu charo. Estou bastante enfiado, porque escrevendo-the no principio do corrente mez, não vi até o presente a minha carta nos seus mui deleitáveis e instrutivos jornaes. Sei com toda certeza que esta demora não he da sua parte, pois a sua bondade e promptidão para com os seus correspondentes são bem conhecidas, mas do meu mensageiro, ao qual pela sua parolagem dei inteiro credito e até lesongiei-o um pouco: disse-lhe que tinha agradável presença (apezar de parecer elle com um dos trabalhadores das forjas de Vulcano) e que acreditava tanto em sua inteireza, que o suppunha a mesma fidelidade em pessoa; a vista do que entregava-lhe com confiança a minha pobre missiva; e assim o fiz dando-lhe boa espórtula, e desejando-lhe prospera viagem: nada disso porém me valeu. (DP, PE, 19/08/1854, p. 3).

O que ele desconhecia, era que a culpa não tinha nada a ver com o portador. De fato, quando “O Victoriense” escreve a referida carta de 16 de agosto de 1854, a do dia primeiro já havia sido publicada no número do dia 11 de agosto. Tendo-se em conta que durante aquele ano os envios das malas para Santo Antão se davam nas quintas-feiras (veja-se a tabela n.º 3, referente aos dias de envio das malas do Diario de Pernambuco para os municípios da província), através da linha 2, partindo do Recife com destino final Garanhuns (veja-se o mapa n.º 1, das linhas do correio de Pernambuco), e que a publicação de sua última correspondência tinha-se dado em 11 de agosto, sexta-feira, logo ele só poderia recebê-la no dia 17, quinta-feira, ou seja, um dia depois da missiva do dia 16 (quarta-feira).

Já “Adeos”, escrevendo da Vila de Igarassu, em carta do dia 30 de junho de 1854, disse que

Ha dez dias, que tenho uma carta prompta para Vmc. e por falta de portador seguro lh'a não tenho mandado; finalmente houtem sube de um, que me offerece todas as garantias de segurança o discrição, e he por elle que vou escrever-lhe esta, afim de dar-lhe noticias deste torrãozinho.

Na que lhe escrevi, e que por ca ficou por não ter por quem a mandasse, como acima lhe digo, exprimia-me assim acerca da questão do dia [...]. (DP, PE, 04/07/1854, p. 3).

E quando o problema não era a falta de emissários confiáveis, era a lentidão com a qual muitos se deslocavam, tardando em demasia a entrega em mãos das missivas ao Diario

de Pernambuco. “J. A. do Egypto”, por exemplo, escreveu em 4 de setembro reclamando da “morosidade” dos seus portadores:

Já não he debalde que vivo desgostoso com a morosidade dos portadores destas minhas cartas, que a titulo de gratuidade servem-me tão mal que não posso conter minha exasperação; porém como outro remedio não ha senão resignar-me por força das cousas, callo-me, e prosigo aturando-os. (DP, PE, 13/09/1854, p. 3).

Outros problemas também pareciam afligir os correspondentes. “X”, por exemplo, escrevendo de Nazaré, denunciou a falta de “portadores, os quaes, por bonitos que são, não se satisfazem só com a paga material, muitas vezes superior ao serviço prestado; tambem querem caricias! [...]” (DP, PE, 27/10/1854 p. 3). Manter em segredo não só o conteúdo das cartas, mas, principalmente, a identidade do emissor, era sem dúvida uma missão permanentemente em risco. Para alívio de “X” e de muitos outros que não desejavam ser descobertos graças ao desserviço prestado por um portador, a notícia de aberturas de postos de correios se transformava em “gratidão ao governo imperial, bem como aos Exms. Srs. Souza Ramos, e actual presidente da provincia; a estes por terem proposto, e áquele, por ter creado mais vinte agencias de correios, das quaes tocou-nos uma [...]”. (DP, PE, 27/10/1854 p. 3).

Pelo que se depreende desses comentários, a partir do depósito das cartas em mãos dos mensageiros tudo poderia acontecer. Entre esse momento e a chegada do exemplar do jornal à cidade com as missivas publicadas para regozijo e alívio do correspondente, muitas noites de insônia e inquietações se intercalavam perturbando os *colaboradores officiosos*. Apesar de longo, o desabafo do “O Velho Aldeão” que segue essas linhas, é, em boa medida, um bom exemplo da tensão experimentada e que fazia parte do *métier correspondente* daqueles que se atreviam noticiar e denunciar desde o interior das comarcas de Pernambuco.

Tendo-lhe eu escrito uma carta com data de 10 de setembro proximo passado, e logo outra em 24 do mesmo mez, e havendo-se quasi decorrido este, sem que visse em seus ultimos ns. do *Diario* insertas estas minhas epistolas, não deixei de ficar um tanto desconfiado pela demora de sua publicação; tanto mais quando os conductores affiançaram-me te-las entregado em propria mão, variando a minha desconfiança, segundo as consequencias, que motivou esta delonga, e as illações que della se tirava; e causando pezar ver que os meus devotos ficavam na inconsolavel e triste expectativa! Uns diziam, que o velho estava com medo, e por isso – apezar da sua simulada intrepidez – não ousava mais mostrar-se em publico. Outros mais razoados e confiados suppunham que provavelmente estava occupado tratando de suas lavouras; outros que o maldito rheumatismo he que havia provocado tão longo armistício; outros finalmente diziam contristados que talvez eu já tivesse morrido, e por conseguinte terminada a nossa correspondencia epistolar: mas enganaram-se, mormente estes últimos, porque se eu estivesse já na outra vida, por sem duvida desceria á esta somente para escrever-lhe. Mas seja *mon Cher*, se isto não he de enfiar!

Eu mesmo estava entre bem penosas colisões: ou Vmc. não havia recebido em tempo as minhas missivas, como impingiram-me! mentirosamente os meus portadores, - e isto me consolava de alguma sorte; ou não mais disposto a honrar-me com a inserção das minhas epistolas em o seu jornal, - e este pensamento me atormentava como um terrível pesadelo! No entanto não me atrevia a apresentar perante qualquer pessoa, que porventura fallasse a meu respeito, sem que logo de turbado

Um pouco a *côr perdesse* como enfiado.

Andei mesmo todo o fim do mez triste e melancolico, passando dias inteiros cheio de fastio, e noites de insomnia.

Oh! Como he susceptivel o amor proprio! Tambem sou filho do mesmo Adão, logo sempre tenho esse peccadinho, - o unico de que na época presente (em boa hora o diga!) posso accusar-me.

Em doloroso e continuo scismar estava hontem, sem coragem e resolução, de cuidar na redacção desta, quando todo affegante, e cahindo-lhe o suor em bicas, - causando-me dó e susto, me apparece o incomparavel Faustino, a quem já eu havia communicado meus serios cuidados, congratulando-me, e pedindo as alviçaras da chegada da minha desejada queridinha.

Faça Idéa, que prazer não senti á esta nova! Não menos que aquelle que, depois de pertinaz e aturado trabalho, resolvesse o problema da quadratura do circulo.

Dito que fica dito, prosigo na minha empreza de noticiador. (DP, PE, 28/10/1854, p. 3)

Ao contrário de Nazaré, o município de Escada, de onde escrevia “O Velho Aldeão” em 1854, todavia, não possuía uma agência de correios própria, o que prejudicava demasiadamente a sua prática noticiosa, já fosse em relação ao tempo que gastava para fazer chegar as epístolas, ou para que saíssem finalmente publicadas no jornal. Sobre isso o referido correspondente não deixou de registrar descontentamento, e pedir ao proprietário do Diarrio de Pernambuco que intercedesse junto às suas “amizades em a futura assembléa” a atenção merecida:

[...] Não sei, Sr. correspondente, até quando durará a minha contingencia e soffrimento relativamente ás remessas de minhas epistolas. Vi que se crearam varias agencias de correios para diversas partes, mas este lugarzinho ficou no rol dos esquecidos: portanto veja se por sua influencia, e amizades em a futura assembléa – se nos outorga tambem uma agencia, porque só assim andaremos em dia, - eu com o seu *Diario*, e Vmc. com as minhas missivas. [...] (DP, PE, 30/12/1854, p. 2).

Através desses correspondentes, podemos mapear a celebrada, embora lenta criação, de agências de correios por todo o interior da província, revelando a um só tempo tanto o aumento do alcance do braço do Estado nas regiões mais afastadas da capital, como o esforço realizado em nível local, segundo Marguerit (2000, p. 53 *apud* CASTRO, 2016, p. 3), pelos “notáveis [que] exerciam um poder real sobre a formação da ‘armadura postal’”.

Antes mesmo da sugestão feita pelo “O Velho Aldeão”, para que o proprietário do Diarrio de Pernambuco usasse de suas “amizades”, sabe-se que ele já vinha desde antes pressionando o Estado para a abertura de novos postos de correio, propondo inclusive um

“systema” de correios que oferecesse um serviço rápido, eficiente e barato e, de quebra, evitasse destinar-se um grande número de “braços” ao serviço de portadores, que, segundo o parecer do periódico, seria melhor aproveitado no trabalho da “lavoura”.

Por esta ocasião lembramos também ao Sr. presidente a conveniência ou antes necessidade que temos de que o governo, attendendo á falta geralmente sentida de correios, para muitas villas importante do interior da provincia, procure igualmente remediar esse mal, no que de certo não terá muita despeza, nem outras difficuldades a vencer, seguindo-se o systema que vamos indicar. O governo pode, por exemplo, fazer partir do Brejo um correio, em dia determinado, o qual conduzirá a mala até a villa mais proxima; d’ahi continuará outro a viagem até outra villa, e assim por diante, de sorte que os correios sahidos desta capital, não tenham de ir mais longe que dez leguas. Além de ser incontestavelmente mais rapido o serviço assim feito, offerece demais esses systema a vantagem da barateza, pois que em qualquer villa do interior facilmente se encontram homens que façam uma viagem para a villa mais proxima por preço diminuto, ao passo que para virem á capital exigem grande paga, não só pela longitude do caminho, como pelo abandono que por muitos dias de fazer dos seus interesses locais e ordinarios, circunstancias que senão dão no caso contrario. Segundo temos calculado não se poderá gastar mais de 2:000\$000 rs. por anno com adopção deste systema; e se logo no começo não se tirar a despeza, todavia he incontestavel que para o futuro será ella coberta com vantagem, acrescendo a isto favor que se proporcionará á lavoura com o augmento dos braços que lhes sobrevirá, visto que pouparemos aos habitantes do interior o distrahirer do seu serviço diverso portadores para muitas vezes remetterem cartas sómente á esta cidade. (DP, 27/01/1854, p. 3).

Dessa proposta pode-se concordar com o barateamento do serviço a ser prestado, mas difficilmente da qualidade oferecida por ele. Deve-se lembrar que uma das maiores queixas realizadas pelos correspondes se referia à confiança daqueles que transportavam suas missivas e, aumentando o número de mãos pelas quais passariam, daria, certamente, margem aos extravios e violações que poderia comprometer o *métier* de noticiador oficial, ao revelar seu verdadeiro nome/rosto.

O correspondente “Y”, da comarca de Paudalho, em carta de 25 de janeiro de 1854, por exemplo, justificou o seu “silêncio” nas páginas do Diario, por ter tido sua carta escrita “há poucos dias [...] extraviada em caminho” (DP, PE, 13/02/1854, p. 2). “O Victoriense” dando conta das notícias da comarca de Santo Antônio, em 16 de agosto de 1854, demonstrou-se apreensivo com o destino de uma missiva sua que acreditava não ter chegado ao jornal destinatário.³¹

E a esta hora quem sabe se não estou conhecido sem equívoco algum? Pois até nem teriam trabalhado de reconhecer a letra, visto que ia allí um papel, em que estava escripto o meu nome por inteiro. Acabo agora mesmo de dar as necessárias providencias, para ver se com effeito a minha correspondência foi tomada como

³¹ Sobre a demora e interceptação de cartas e documentos em outros contextos e regiões do Império, veja-se Castro, 2017, p. 1-17.

contrabando, que he para certos d'aqui: não perdi com tudo as esperanças de acha-la, mas se estas me fenecerem, se se verificar o seu desaparecimento, então vou logo me encommendando a Deos, porque hão de querer parar a bem, que lhes faço em aconselhar com algum grande mal. Que sobre saltos não terei? A cada canto me parecerá ver surgir algum terrível e faccinoroso mestre-escola, armado até os dentes e com um formidável cacete para experimentar a sua rijeza em meu débil costado. (DP, PE, 19/08/1854, p. 3).

Mas, finalmente, alguns correios foram sendo abertos ao longo de 1854. Em carta do dia 2 de novembro de 1854, oriunda de Igarassu, comentou-se a notícia da abertura de um posto, depois de vários protestos realizados pelos moradores, porém apenas tomado em consideração pelas autoridades provinciais após a solicitação do juiz daquela vila, talvez cansado de ver seus officios “sacodidos por debaixo das portas das tabernas”:

Meu charo – Na missiva que lhe dirigi em 28 de do mez proximo preterito, esqueci-me de dizer-lhe, que chegou-nos a noticia da criação de uma agencia do correio nesta villa, o que muito alegrou seus habitantes. Eu já tive accasião de fazer sentir a Vmc. a necessidade que havia dessa agencia, que em nada seria pesada aos cófres publicos, porque passam por aqui semanalmente tres e quatro estafetas. O nosso juiz apenas chegou representou ao Exm. presidente da provincia a esse respeito, mostrando a dificuldade da remessa a entrega dos officios, que eram sacodidos por debaixo das portas das tabernas, quando não, iam para o Norte. Afinal realisou-se nosso desejo; resta-nos rogar ao digno administrador da provincia, que quanto antes ponha em execução esse beneficio, que nos concedeu o governo imperial. (DP, PE, 15/11/1854, p. 3).

Da mesma forma “Y”, correspondente da comarca de Paudalho, celebrou em carta de 24 de outubro de 1854, a autorização provincial acerca da abertura de uma agência dos correios:

Antes de concluir devo, em nome dos Pao-d'alhenses, agradecer ao Exm. presidente da provincia o beneficio que acaba de prodigalisar a esta comarca com a criação de uma agencia de correio aqui, os quaes viviam até o presente a mercê de portadores particulares para encaminharem sua correspondencia ou a esperar do correio de Pajeu que passa por aqui de 15 em 15 dias; e aproveito a occasião para rogar a S. Ex. que se digne providenciar para que seja instituida quanto antes a referida agencia. (DP, PE, 04/11/1854, p. 2).

Conforme se pode observar através da tabela n.º 3, de 1850 até 1855, a província contava apenas com dez agências de correios fora da capital, havendo, ao longo desses anos, algumas trocas de municipalidades, mas mantendo-se o mesmo número de postos. Boa Vista, Bonito, Cabo, Flores, Garanhuns, Goiana, Olinda, Rio Formoso, Santo Antão e Serinhaém, de 1850 a 1851. Em 1852, excetuando Olinda, Garanhuns e Flores, todas as demais dão lugar aos municípios de Escada, Bezerros, Bom Conselho, Nazaré, Salgueiro, Cabrobó e Exu. E de

1853 a 1855, reincorporam-se as localidades de Santo Antão, Goiana, Bonito e Boa Vista, somam-se as de Caruaru, Ouricuri e Vila Bela, e mantem-se as de Exu, Garanhuns e Olinda.

Agora bem, a existência de postos de correio tampouco significava a solução dos problemas aos interessados em enviar e receber correspondências. De Vila Bela, pertencente à comarca de Pajeú, por exemplo, queixou-se, em maio de 1854, da prática de alguns empregados dos correios que, em vez de entregarem as cartas e materiais aos seus destinatários, pediam a terceiros que o fizessem, produzindo-se o extravio e, o que era pior, a violação das correspondências.

No novo termo de Ingazeira estou informado por via segura, que alguns empregados se estão dando a perros por causa de alguns correios, que, em lugar de passarem por aquella Villa, largam-se por outras estradas, deixando a correspondencia official em poder de particulares para a conduzir a Villa, resultando não só excessiva demora no recebimento della, como mesmo extravio e abertura de varios officios, como aconteceu ha pouco com dous officios do juiz municipal supplente, que lhe chegaram ás mãos nesse estado. Ora, este facto, que he exactissimo, he digno com effeito da atteção dos empregados a quem incumbe pôr cobro em taes abusos. (DP, PE, 18/05/1854, p. 2).³²

Conforme verifica-se na passagem anterior, a demora era outro ponto recorrentemente questionado. Não sem uma boa dose de humor, “X”, da comarca de Garanhuns, em carta de 8 de fevereiro de 1854, escreveu que

he sorte minha ser obrigado a finalizar a pressa as cartas, que tenho a honra de endereçar a Vmcs., e a razão he, que o *correio do rei* (assim ainda hoje por cá alguns denominam ao conductor das malas) que muitas vezes se demora em caminho dias esquecidos, ultimamente me ha sorprendido e incomodado com a sua pontualidade, a qual convenio que seja – a polidez dos reis - , mas nunca a dos correios [...]. (DP, PE, 17/02/1854 p. 2).

Nesse sentido, não estranha a preferência de “Vale”, também correspondente da comarca de Garanhuns, que optou por enviar suas missivas através de um portador do que confiá-las aos serviços postais. “Como se me depara um portador seguro e mil vezes mais

³² Outros problemas relativos à distribuição dos jornais envolvendo administradores dos postos dos correios também aparecem nas críticas vertidas pelos leitores/correspondentes do Diário de Pernambuco. De Limoeiro, um assinante que se identificou com o pseudônimo “Um prejudicado”, escreveu aos redatores em 22 de novembro de 1864 denunciando a morosidade do agente do correio da cidade que, além de entregar com atraso os jornais, ainda confiava a tarefa a terceiros: “Venho por meio de seu jornal reclamar do digno administrador do correio desta cidade, providencias sobre a agencia do mesmo correio nesta comarca, visto achar-se o mesmo agente impossibilitado de continuar a exercer esse cargo; e nós estamos sendo prejudicados em nossos jornaes, pois quando nos chega ás mãos, já são passados dias, e isto por intermedio de um terceiro ou quarto, como é publico e notorio; e para prova do que acabo de dizer appellamos para diversos assignantes como nós, os quaes se nos tem queixado. Esperamos, pois, que o digno admnistrador procurando esclarecer-se do que affirmamos, tome em consideração o nosso pedido”. (DP, COR, 29/11/1864, p. 2).

expedido, do que os roneiros³³ pedestres da repartição do correio, aproveito-o, a fim de noticiar-lhe mais alguma cousa deste Garanhuns” (DP, PE, 31/05/1854, p. 2), escreveu ele ao redator do Diarrio de Pernambuco, em 16 de maio de 1854.

2.3 Os serviços de correio em Pernambuco

Apesar do verificado até aqui, o *boom* de abertura de agências se dará, realmente, em 1856 (veja-se tabela n.º 3). Em maio daquele ano, o Diarrio anunciou a criação de 24 (DP, 14/05/1856, p. 1),³⁴ dos quais não menciona os municípios de Flores, Goiana, Olinda e Santo Antônio, certamente por preexistirem, nem a Igarassu, talvez por ter surgido no mesmo movimento expansionista, mas o certo é que das inicialmente 10, passaram-se a 29. Ainda conforme a tabela n.º 3, desse ano, até 1858, não se observam alterações e, entre 1859 e 1861, verifica-se a perda de dois postos, a saber, Ipojuca e São Lourenço. A (re)incorporação de Cabrobó, Escada, Gravatá, Tacaratu e Tamandaré supõe um novo aumento, de 1862 a 1864, somando então 32, e, de 1865, até, pelo menos, 1868, a (re)abertura de mais cinco agências (Águas Belas, Bom Conselho, Buíque, São Bento e Salgueiro), contabilizando finalmente, 37 localidades durante esse período, com serviços de entrega e recebimento postal, o que corresponde a um incremento de 270%.

Com o aumento considerável das agências de correios, tornou-se imprescindível regularizar as remessas e, para tal, desenvolveu-se cada vez mais o serviço de entrega por meio de “estafetas.”³⁵ Em palavras do Diretor Geral dos Correios, Thomaz José Pinto de Serqueira, dirigindo-se ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda), em relatório de 2 de março de 1858:

As malas trocadas entre os diferentes correios terrestres são conduzidos por estafetas ou pedestres contractados uns em hasta publica, outros por ajustes particulares dos administradores; o que porém só acontece quando posta a conducção em praça, não apparece lançador. Em geral este serviço está muito longe da regularidade, que aliás é para desejar. Além das difficuldades naturaes, os

³³ “Que se move de vagar, vagaroso.” (PINTO, 1832). Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

³⁴ O periódico anunciava ainda a “todos os senhores que quizerem subscrever para o mesmo, que a remessa será feita com a maior regularidade, pagando somente 4\$ por quartel, e ficando por conta da typographia o porte” (DP, 14/05/1856, p. 1).

³⁵ Conforme Bluteau (1712-1728, p. 304): “Estafeta, deriva-se do castelhana *estafa*, que quer dizer *estribo*, porque é espécie de correio, que ainda que vá a pé, corre de um lugar a outro, como se andara a cavallo, com pé no estribo. Entre nós é o homem, que vai buscar as cartas, que o correio deixa nas cidades por onde para lugares circunvizinhos”. E Silva (1789, p. 770): “Correio, que acarreta as cartas das vilas para as cidades, e leva as que o correio deixou na cidade para as vilas, e lugares”.

estafetas em geral são mui pouco zelosos no cumprimento de seus deveres, e o que peor é, não ha facilidade em encontrar outros que os substituão. Tendo a percorrer pela maior parte grandes distancias sem que no caminho achem uma só autoridade a quem se apresentem, e que assim por alguma maneira os fiscalise, andão quando querem, e quando querem descansão, sendo-lhes muito facil acharem milhares de desculpas para se justificarem, sem que possam ser convencidos de faltar á verdade, e quando são convencidos de demasiadamente relaxados, a unica pena é despedi-los do serviço, mas nem isto é pena para o homem habituado a faltar aos seus deveres, nem em nosso paiz para qualquer outro, vista a facilidade de achar mais vantajosos emprego.

Estafetas tem havido, e ainda o anno passado aconteceu com um que da villa da Constituição seguia para Santa Anna de Paranyba, que abandonarão as malas, sem que ninguem mais soubesse dellas, contando que este ultimo fôra ajustar-se como trabalhador em uma fazenda”. (1858, p. 4).

Apesar da conhecida má fama dos estafetas, a partir de 1862, o próprio *Diario de Pernambuco* aumentou sua dependência em relação ao serviço de correios, quando, como se destacou anteriormente, o número de agências mais do que dobrou. Nesse sentido, não será em vão que se lerá, por primeira vez, concretamente no número de 31 de outubro de 1862, a informação sobre a “Partida dos Estafetas”, substituindo a expressão “Partida dos correios” no cabeçalho do jornal, tal e como se costumava noticiar até então.

Como se pode observar, a partir da tabela n.º 3, houve, já em 1856, uma mudança muito significativa no sistema de envio das malas do *Diario de Pernambuco*, passando de ser quinzenal a semanal, até, pelo menos, 1868.³⁶ Esse encurtamento do tempo de envio das malas pode até não ter suposto uma melhoria considerável para aqueles municípios mais próximos à capital, já que os jornais poderiam chegar até eles em menor tempo através de outros canais, mas não restam dúvidas quanto ao impacto que certamente teve naqueles mais distantes e menos atendidos.

O oferecimento do serviço de entrega paralelo ao dos correios deve ter sido acolhido com satisfação entre os usufrutuários, sobretudo em vista de sua regularidade. Na edição de 3 de janeiro de 1856, o *Diario* estampou, em sua primeira página, o anúncio de partida das malas com destino a Nazaré, com passagem por Paudalho, por volta das oito horas da manhã, afirmando de forma contundente que “infallivelmente, fechar-se-ha a malla do nosso correio para as referidas villas, podendo os nossos assignantes, que tiverem cartas para aquelles lugares, manda-las até um quarto d’hora antes, que o proprietario do *Diario* se responsabilisa pela entrega.” (DP, 03/01/1856, p. 1).

³⁶ A informação relativa aos dias da semana de envio das malas do *Diario de Pernambuco*, foram consultadas no cabeçalho da primeira página dos números do referido jornal, entre 1850 e 1868. A partir de 1868 essa informação deixa de constar no cabeçalho, impedindo qualquer afirmação sobre a manutenção da prática e dos dias da semana para os anos subsequentes de 1869 e 1870.

TABELA N.º 3 – CALENDÁRIO DO SERVIÇO DE ENVIO DE MALAS DO DIÁRIO DE PERNAMBUCO

Municípios	1850	1851	1852	1853	1854	1855	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868
Águas Belas																3ª	3ª	3ª	3ª
Água Preta							5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª
Altinho							3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª
Barreiros							5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª
Bezerros							3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª
Boa Vista	13/28	13/28	13/28	13/28	13/28	13/28	13/28; 4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª
Bom Conselho																3ª	3ª	3ª	3ª
Bonito	8/23	8/23	8/23; 1/15	1/15	1/15	1/15	1/15; 3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª
Brejo							4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª
Buique																3ª	3ª	3ª	3ª
Cabo	1/11/21	1/11/21					5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª; Diário	Diário	Diário	Diário	Diário	Diário	Diário
Cabrobó													4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª
Caruaru			1/15	1/15	1/15	1/15	1/15; 3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª
Escada													Diário	Diário	Diário	Diário	Diário	Diário	Diário
Exu			13/28	13/28	13/28	13/28	13/28; 4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª
Flores	13/28	13/28	13/28	13/28	13/28	13/28	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª
Garanhuns	8/23	8/23	8/23; 1/15	1/15	1/15	1/15	1/15; 3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª
Goiana	2ª/6ª	2ª/6ª	2ª/6ª	2ª/6ª	2ª/6ª	2ª/6ª	2ª/6ª	2ª/6ª	2ª/6ª	2ª/6ª	2ª/6ª	2ª/6ª	2ª/6ª	2ª/6ª	2ª/6ª	2ª/6ª	2ª/6ª	2ª/6ª	2ª/6ª
Gravatá													3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª
Ingazeira							4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª
Igarassu							2ª/6ª	2ª/6ª	2ª/6ª	2ª/6ª	2ª/6ª	2ª/6ª	2ª/6ª	2ª/6ª	2ª/6ª	2ª/6ª	2ª/6ª	2ª/6ª	2ª/6ª
Ipojuca							5ª	5ª	5ª										
Limoeiro							4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª
Nazaré							4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª
Olinda	Diário	Diário	Diário	Diário	Diário	Diário	Diário	Diário	Diário	Diário	Diário	Diário	Diário	Diário	Diário	Diário	Diário	Diário	Diário
Ouricuri			13/28	13/28	13/28	13/28	13/28; 4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª
Palmares																			
Paudalho							4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª
Pesqueira							4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª
Pimenteiras							5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª
Rio Formoso	1/11/21	1/11/21					5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª
Salgueiro																4ª	4ª	4ª	4ª
Santo Antônio	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª/3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª
São Bento																3ª	3ª	3ª	3ª
São Lourenço							4ª	4ª	4ª										
Serinháem	1/11/21	1/11/21					5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª
Tacaratu													4ª	4ª	4ª	3ª	3ª	3ª	3ª
Tamandaré													5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª
Una							5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª	5ª
Vila Bela				13/28	13/28	13/28	13/28; 4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª

FONTE: Diário de Pernambuco. Elaboração própria.

As localidades mais próximas, como Olinda, recebiam diariamente, assim como Cabo e Escada, a partir de 1862. E bem antes disso, Goiana já era atendida duas vezes por semana, tal como Igarassu, de 1856 em diante. Agora, não resta dúvida de que o impacto foi muito maior para aqueles municípios mais distantes do litoral, sobretudo os localizados no sertão, como Boa Vista, Exu, Ouricuri e Vila Bela.

Segundo a tabela n.º 3, constata-se, todavia, a suspensão dos serviços de envio de malas do Diário de Pernambuco para o Cabo, Rio Formoso e Serinhaém, entre 1852 e 1855, retomando-se apenas em 1856, aí já semanalmente. Além dos três municípios referidos, pertencentes à linha n.º 1 (Recife-Pimenteiras), tal como se observa no mapa n.º 1, algo muito parecido também ocorreu com Flores (pertencente à linha n.º 4), entre 1853 e 1855, embora não se possa esclarecer por quais razões isso se tenha dado em ambos os casos.

TABELA N.º 4 – DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS DO CORREIO NO IMPÉRIO EM 1860			
Agências	Quantidade	Agências	Quantidade
Corte e RJ	92	Goiás	19
Minas Gerais	68	Paraíba	16
São Paulo	62	Piauí	15
Bahia	39	Sergipe	15
Pernambuco	32	Pará	13
Rio Grande do Sul	28	Paraná	12
Maranhão	23	Espírito Santo	11
Alagoas	20	Mato Grosso	9
Rio Grande do Norte	20	Amazonas	6
Ceará	19	Santa Catarina	3

FONTE: MELLO, Manoel Felizardo de Souza e. *Relatório da repartição dos negócios da agricultura, commercio e obras publicas apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima primeira legislatura pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Manoel Felizardo de Souza e Mello*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1861. Anexo F, Tabela A, do Relatório do Director dos Correios, de 28 de Fevereiro de 1861, p. 7.

Vale ainda a pena comparar a situação de Pernambuco em relação às demais províncias do Império do Brasil. Para começar, em 1860, a antiga capitania de Duarte Coelho situava-se no 5º lugar do *ranking* das administrações provinciais com o maior número de agências, com 32. Perdia apenas para a Corte e Rio de Janeiro (92), Minas Gerais (68), São Paulo (62), e Bahia (39), ficando na frente, portanto, de outras quinze conforme a tabela n.º 4.

Todavia, não devemos confundir o número de agências com uma rede de correios eficiente, pois para que os jornais e correspondências pudessem chegar a esses postos, precisava-se necessariamente dispor de antemão de uma extensa malha de envio, chamadas pelos correios de “linhas”, que cortavam o território provincial de leste a oeste e vice-versa, ligando entre um ponto e outro (saída e destino) várias localidades. Pode-se afirmar, portanto,

que quanto maior a quantidade de linhas operativas, maior a extensão de alcance dos correios e, conseqüentemente, de beneficiados pelos serviços postais.

Nesse quesito, conforme relatório assinado pelo Diretor dos Correios, Thomaz José Pinto Serqueira, em 28 de fevereiro de 1861, Pernambuco estava entre as mais mal atendidas das vinte províncias em 1860, contabilizando igual que Goiás somente 11 linhas. Essas linhas, em nosso caso, cobriam 509 léguas, ou, aproximadamente, 2.545 Km. Perdía, por exemplo, para o Pará, Maranhão, Paraná, Piauí e Ceará, e de longe para o Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e o Rio de Janeiro, as duas províncias melhor interligadas pelos serviços do correio (veja-se a tabela n.º 5).

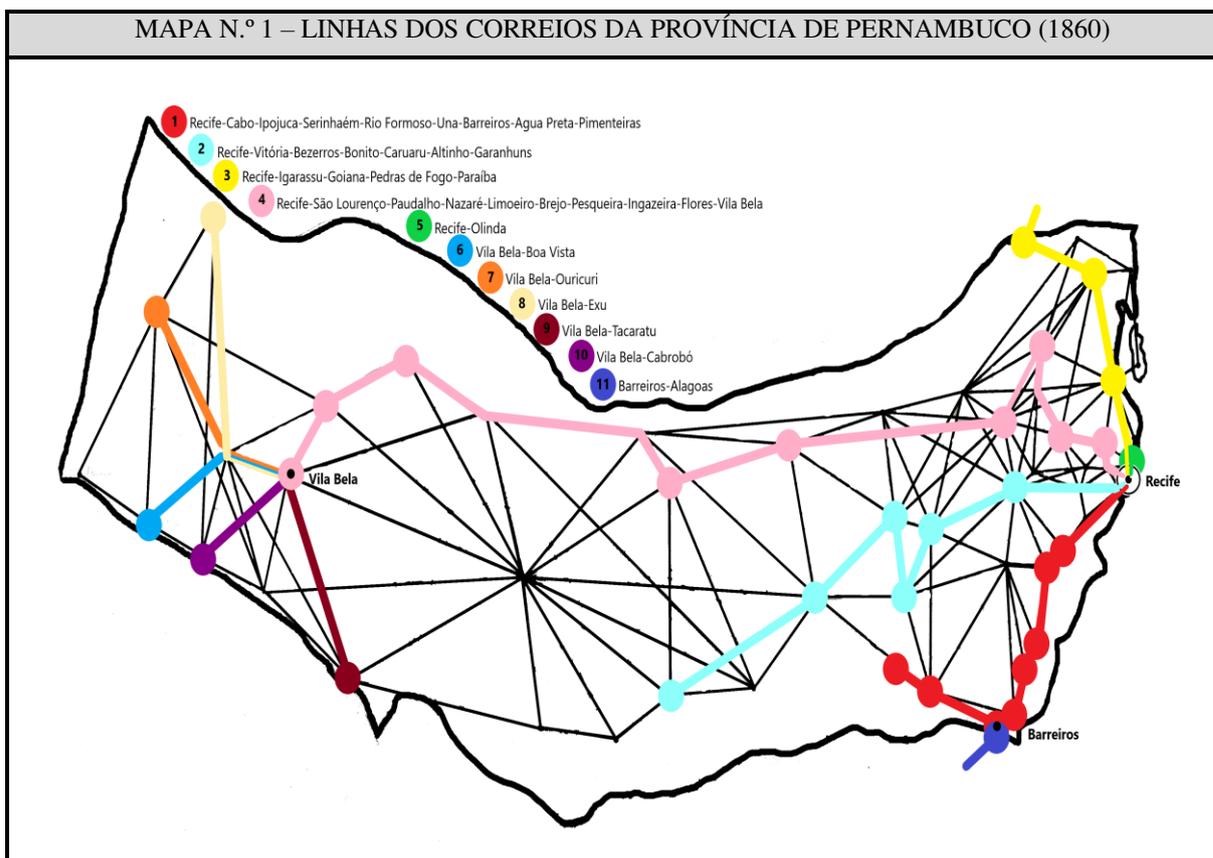
TABELA N.º 5 – RAMIFICAÇÕES DAS LINHAS DE CORREIO NO IMPÉRIO EM 1860					
Províncias	Nº Linhas	Nº Léguas	Províncias	Nº Linhas	Nº Léguas
Corte	52	468 ½	Pernambuco	11	509
São Paulo	44	664	Goiás	11	558
Minas Gerais	40	1.053 ½	Rio Grande do Norte	8	348
Bahia	35	1.515	Alagoas	8	176 ½
Rio Grande do Sul	34	821	Sergipe	7	154
Ceará	17	534	Amazonas	7	431
Piauí	17	693	Espírito Santo	5	120 ½
Paraná	13	117	Mato Grosso	5	391
Maranhão	12	578	Santa Catarina	4	93
Pará	12	573	Paraíba	3	176

FONTE: MELLO, Manoel Felizardo de Souza e. *Relatorio da repartição dos negocios da agricultura, commercio e obras publicas apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima primeira legislatura pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Manoel Felizardo de Souza e Mello*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1861. Anexo F, Tabela B, do Relatório do Director dos Correios, de 28 de Fevereiro de 1861, p. 9.

A olho nu e em linha reta, até pode parecer que 509 léguas, ou, aproximadamente, 2.545 Km, representava uma abrangência considerável, mas, como vimos, nem se comparava com a rede estabelecida na Corte: 52 linhas para dar conta de 468^{1/2} léguas.

Na verdade, só conseguimos ter uma dimensão da amplidão do território desatendido pelas rotas dos correios em Pernambuco, a partir de uma representação do mapa provincial com as referidas 11 linhas devidamente identificadas. Note-se, assim, no mapa n.º 1, o vazio enorme a partir do que hoje é conhecido como porta do sertão até Vila Bela, constituindo um miolo de milhares de quilômetros sem qualquer percurso de comunicação postal oficialmente estabelecida.

Vale ressaltar que os traçados de cor preta do mapa indicam caminhos então existentes, porém não utilizados. Eles servem, em todo caso, para ilustrar outras possíveis vias e o espaço desprovido pelo serviço postal.



FONTE: MELLO, Manoel Felizardo de Souza e. *Relatorio da repartição dos negocios da agricultura, commercio e obras publicas apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima primeira legislatura pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Manoel Felizardo de Souza e Mello*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1861. Anexo F, Tabela B, do Relatorio do Director dos Correios, de 28 de Fevereiro de 1861, p. 3. Adaptado (1859). Mappa dos limites das comarcas e freguezias da Província de Pernambuco de 31 de março de 1859.

Boa parte do que hoje chamamos agreste, se não fosse pela linha 2, Recife-Garanhuns (passando por Vitória, Bezerros, Bonito, Caruaru e Altinho), também ficaria desprovido, tendo em conta que a 4, do Recife a Vila Bela, somente contava com paradas em Brejo e Pesqueira. Chamamos ainda a atenção que, além do Recife, principal ponto de partida e chegada das correspondências, havia ainda dois núcleos de onde saíam linhas. Um deles estava localizado em Barreiros, com conexão com a linha 1, Recife-Pimenteiras, e saída para a província de Alagoas, e Vila Bela. Esta última, destino final da linha 4, é também o local de ramificação das outras de número 6 a 10.

TABELA N.º 6 – AS LINHAS DE CORREIO DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO EM 1860

Nº	Linhas	Distância em léguas*	Distância em quilômetros
1	Recife-Cabo	7	35
	Cabo-Ipojuca	4	20
	Ipojuca-Serinhaém	6	30
	Serinhaém-Rio Formoso	2	10
	Rio Formoso-Una	5	25

	Uma-Barreiro	½	2,5
	Barreiro-Água Preta	9½	47,5
	Água Preta-Pimenteiras	10	50
2	Recife-Vitória	9	45
	Vitória-Bezerros	14	70
	Bezerros-Bonito	6	30
	Bonito-Caruaru	10	50
	Caruaru-Altinho	10	50
	Altinho-Garanhuns	20	100
3	Recife-Igarassu	6	30
	Igarassu-Goiana	9	45
	Goiana-Pedras de Fogo	5	25
	Pedras de Fogo-Paraíba	08	40
4	Recife-São Lourenço	4	20
	São Lourenço-Paudalho	5	25
	Paudalho-Nazaré	5	25
	Nazaré-Limoeiro	8	40
	Limoeiro-Brejo	30	150
	Brejo-Pesqueira	18	90
	Pesqueira-Ingazeira	34	170
	Ingazeira-Flores	16	80
Flores-Vila Bela	10	50	
5	Recife-Olinda	1	5
6	Vila Bela-Boa Vista	44	220
7	Vila Bela-Ouricuri	54	270
8	Vila Bela-Exu	54	270
9	Vila Bela-Tacaratu	40	200
10	Vila Bela-Cabrabó	34	170
11	Barreiros-Porto Calvo nas Alagoas	11	55

FONTE: MELLO, Manoel Felizardo de Souza e. *Relatorio da repartição dos negocios da agricultura, commercio e obras publicas apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima primeira legislatura pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Manoel Felizardo de Souza e Mello*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1861. Anexo F, Tabela B, do Relatorio do Director dos Correios, de 28 de Fevereiro de 1861, p. 3. Elaboração própria.

* “Medida itinerária antiga cujo valor é variável segundo as épocas e os países, geralmente com valores entre os 4 e os 7 quilômetros”. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org>>. Acesso em: 12 mar. 2019. Para a conversão de léguas para quilômetros utilizou-se a medida de 1 légua=5km.

Tronco nodal da parte mais interiorana da província, era, pois, de Vila Bela (hoje Serra Talhada) de onde partiam as linhas com os trechos mais longos entre todas as demais: Vila Bela-Boa Vista (220 Km), Vila Bela-Ouricuri (270 Km), Vila Bela-Exu (270 Km), Vila Bela-Tacaratu (200 Km), Vila Bela-Cabrabó (170 Km). Conforme as informações tratadas e apresentadas na tabela nº 6, somente a soma desses cinco trechos sertanejos representava 44,40% do total da quilometragem das onze linhas de correios da província de Pernambuco em 1860.

3. Os correspondentes enquanto mediadores culturais

A análise das cartas dos correspondentes do Diário de Pernambuco indica que eles não somente tinham opinião formada sobre a importância do exercício correspondente, como também se autoatribuíam, não raramente, papéis como o de vigilantes e zeladores dos bons costumes e da moralidade pública. Faziam uma leitura do *grau de civilização* das vilas ou mesmo de uma comarca inteira conforme seus valores, princípios e religiosidade, em seu caso, apresentando visões que, grosso modo, variavam entre o atraso e a falta de civilização, ou das duas coisas juntas. Operavam ora como intérpretes, ora como “mediadores sofisticados”, para usar uma expressão de Burke (2010, p. 105), ou, como referiu-se Coutinho acerca dos antigos literatos da “imprensa política e literária”, ““*publicista[s]*, misto de jornalista, político, e homem de letras”” (COUTINHO, 1955, p. 579), ao realizar leituras *sobre e entre* duas tradições culturais, a saber, uma popular e iletrada e outra ilustrada.

Dado que suas impressões e caracterizações das sociedades interioranas geravam e/ou reforçavam uma ideia e/ou concepções acerca delas, fomentando uma opinião pública sobre alguns assuntos e até mesmo visões em relação ao *estado civilizatório*, podemos tomar aos correspondentes como espécies de mediadores culturais, no primeiro sentido ou abordagem proposto por Caune:

A primeira diz respeito aos usos sociopolíticos do termo e se manifesta nos discursos funcionais. (...) Então vale a pena como representação que utiliza ferramentas de expressão e mídia de comunicação permitindo que o "importante" circule sua visão de mundo e colete, possivelmente, a opinião daqueles que trata-se de convencer e seduzir. Como resultado, a mediação desempenha um papel ideológico: aparece como um meio de a instituição (jurídica, política ou cultural) se dedicar a manter contato com seus cidadãos e a impor relações e representações sociais. (...). (CAUNE, 1999, p. 20 *apud* MONTROYA, 2009, p. 103).³⁷

Parafrazeando De Luca (2016, p. 113), porém trazendo a discussão para a dimensão intrarregional, a condição de correspondente é, por sua própria natureza, uma oportunidade para refletir sobre as mediações entre duas ou mais culturas, realizadas por esses agentes que circulavam em espaços que, mesmo dentro da própria província, não eram considerados em hipótese alguma iguais, e que, por isso mesmo, possuíam fronteiras que esse homem “bicultural”, como diria ainda Burke (2010, p. 107), “homens da universidade e [...] da praça de mercado” não raro cruzavam, interpretando, comparando e, inclusive, julgando.

³⁷ Tradução livre.

Em 1 de abril de 1854, escreveu o correspondente da comarca de Nazaré que

no desempenho desse dever, á que espontaneamente me submetti, pareci-me, não obstante no decurso desse tempo achar-me, apezar meu, muitas vezes entre o embate da intriga desenvolvida por entre grande parte dos habitantes desta cidade, e por entre alguns funcionarios publicos, ter empregado sempre a linguagem da moderação, da decencia, e sobre tudo da verdade, porque entendo que escrever (com quanto não me arrouge as honras de escriptor) he cousa muito seria, destinada a instruir, a reprimir as paixões, a corrigir os costumes, e a sustentar as leis; [...] hoje, digo vou encetar o segundo anno, promettendo não usar menos da mesma linguagem de moderação, de decencia, e da verdade; e desejando que se enxergue em meus escripto, não o desejo de censurar, nem de deprimir; mas sim o desejo de reprimir o crime, e sustentar as leis, á força de dennunciar ao publico as suas infracções, que chegarem ao meu conhecimento, portando-me nesse empenho com a maior imparcialidade; e tanto mais que sinto animado desse desejo de reprimir o crime, e sustentar as leis [...] (DP, PE, 05/04/1854 p. 3).

Repare-se que as atribuições assumidas não eram de pouca monta. Escrever, ou o que é a mesma coisa, ser correspondente, para o missivista de Nazaré, implicava instruir as gentes, “reprimir as paixões”, “corrigir os costumes”, e “sustentar as leis”. Como se fosse pouco, ainda se autoatribui a função de “reprimir o crime” a partir de denúncias das infrações que chegassem ao seu conhecimento.

“José do Egypto”, da comarca de Paudalho, em carta de 25 de outubro de 1854, endereçada ao Diario de Pernambuco, também atestou a importância da prática correspondente através de duas perguntas:

Que seria de uma comarca, Villa ou o quer que seja, se não houvesse um correspondente encarregado de vigiar as acções que fossem de encontro aos bons costumes e a moralidade publica? Duvidarão os leitores de que uma correspondencia exacta seja um freio posto a immoralidade, a corrupção e ao abuso da autoridade do lugar? Basta de cavaco, vamos ao que importa (DP, PE, 27/10/1854, p. 3).

Perceba-se que ao igual que seu colega de Nazaré, atribuem-se funções que iam muito além de um simples noticiador. Elevando-se praticamente ao papel de arauto da moralidade e bons costumes, diz ainda ser da incumbência do exercício correspondente colocar “freio” à “immoralidade, à corrupção e ao abuso da autoridade”. O correspondente atuaria, se assim fosse, muito parecido com o dispositivo panóptico tão bem estudado por Foucault (2012, p. 186-214). Através das persianas do anonimato ele veria sem ser visto pelos demais, e todos temeriam ao flagrante de seu olho vigilante.

Outro correspondente, “Soiêo”, de fato acreditava que o ofício de correspondente contribuía com o desenvolvimento “moral e material” da província:

O systema das missivas desta provincia publicado em seu bem conceituado jornal, e os destacamentos volantes (quando são commandados por officiaes moralisados e disciplinadores) são dous agentes poderosissimos para acabar com as influencias de aldêa, que quase sempre interrompem o progresso moral e material das localidades onde ellas são infelizmente exercidas. [...] He pois debaixo deste ponto de vista, que me constituo seu humilde correspondente, a ver se assim concorro com o meu contingente para a construcção do grande edificio social, que a meu ver ainda se acha em andaimes, como se costuma dizer [...] (DP, PE, 03/07/1857 p. 2).

Essas passagens trazidas à baila também permitem refletir com Darnton acerca da relação escritor-leitor, e da preocupação por parte de quem assinava e/ou estava por trás da publicação. Ao abandonar a zona de conforto e postular um espaço no Diario, os correspondentes se lançavam conscientemente em uma arena de disputa pela legitimidade de sua fala/escrita, pois sabiam tal como o missivista “X.”, de Nazaré, que se poderia “esmagar alguém com o peso das publicações”.

[...] Saiba agora o senhor, a quem me refiro, que tenho sempre deixado de dizer tudo o que sei, e da maneira porque o sei, com receios de cahir em exageração, e de que não se supponha que de propósito procuro esmagar alguém com o peso das publicações; e por isso tenho sido censurado por alguém que vê nas publicações um correctivo contra a licença; eis o topico de uma carta, que ainda ha pouco recebi de uma dessas pessoas principiarei por dizer-lhe que Vmc. não vai bem com suas missivas; com receios de não agradar a todos, tem deixado de narrar algumas cousas das mais estupendas, adoçando outras de escandalo, cumpre pois ser mais franco [...] (DP, PE, 04/09/1854, p. 2).

Como se verá, os espaços interioranos são normalmente pensados a partir da distância e diferença (especialmente cultural) em relação aos núcleos considerados irradiadores de modelos modernizantes e civilizadores, como a capital da província, onde a maioria dos correspondentes estudaram e/ou viveram por algum tempo, e que posteriormente não deixavam de frequentar, mesmo que esporadicamente. Apesar de contas, as grandes cidades, a Corte, ou determinadas capitais europeias eram consideradas por então símbolos do progresso e vitrines do futuro.

3.1 As colunas do Diario: o espaço da escrita correspondente

O Diario de Pernambuco, entre 1850 e 1870, reservava normalmente um lugar às notícias de acordo com o seu teor e formato. Já na primeira página localizava-se a coluna “Parte Official”, onde se reservava espaço para as leis e normativas baixadas pelo governo imperial e que poderia também dizer respeito às províncias. A essa coluna seguia a do “Exterior”, que noticiava os acontecimentos ao redor do mundo, e da do “Interior”, que retratava os assuntos de ordem nacional. Na continuação, o jornal dedicava-se às ocorrências

da província pernambucana, publicadas igualmente em colunas que podiam variar com o tempo ou serem extintas, conforme o conteúdo e a origem institucional: “Commercio”, “Movimento do Porto”, “Editaes”, “Declarações”, “Repartição da Policia”, “Avisos Maritimos”, “Leilão”, “Avisos Diversos”, “Vendas”, “Escravos Fugidos”, e “Folhetim”. E com o tempo foram sendo criadas àquelas destinadas às colaborações dos assinantes.

Segundo alguns autores, a partir de 2 de maio de 1835 o Diario passou por uma importante transformação ao destinar espaço em suas páginas às “reportagens particulares” (JAMBO, 1975, p. 418-419), esclarecendo, apenas, que “rejeitaremos [...] as Correspondencias, e os Communicados de nossos Assignantes, que contiverem censuras, e accusações contra qualquer Empregado Publico [...]” (DP, 02/05/1835, p. 1).

Para entender melhor a prática correspondente, primeiramente, faz-se necessário atentar, portanto, para o espaço a ela destinado no corpo do jornal propriamente dito. No caso do Diario de Pernambuco, entre 1850 e 1870, às cartas particulares destinaram-se quatro colunas, a saber: “Pernambuco”, “Correspondencia”, “Publicações a pedido” e “Communicado”.

A coluna “Pernambuco” reservava-se, basicamente, para informações de caráter político-administrativo da província ou da municipalidade capitalina, atendendo à tesouraria da fazenda, sessões da Câmara Municipal do Recife, tribunal do júri e Assembleia Provincial. Trazia também relações diversas sobre exonerações e posse de funcionários, problemas administrativos, instruções públicas etc., que, pelo conteúdo e natureza, conferia-lhe o *status* de espaço oficial por excelência.

É importante lembrar com Nascimento de que “o Diario de Pernambuco foi órgão oficial dos governos provinciais e estaduais até 1911, com exceção dos seguintes períodos: junho/1845 a abril/1848; julho/1863 a março/1864; março a agosto/1890” (1968, p. 36). Não sabemos como se deram os rompimentos ao longo do período imperial, mas pelo que se pode inferir a partir do exposto pelo Diario na ocasião do lapso de março de 1864, nada indica ter sido fruto de uma negociação consensual.

“Dando publicidade a declaração que nos foi enviada pelo official-maior interino da assembléa provincial por ordem da commissão de policia, e pela qual se convidam as pessoas que quizerem contratar a publicação dos debates da mesma assembléa para offerecerem suas propostas até o dia 6 de abril, fazemos logo o protesto de não convir na rescisão do contrato, que para o mesmo fim tivemos celebrado com a mesma assembléa, e que tem de findar em 1868, e de reclamar indemnisação que nos compete por direito, correspondente ao valor do mesmo contrato, visto que para dita rescisão não precedeu formula alguma, e não podia ser ella decretada ex propria autoritate de uma das partes contratantes. Estamos no firme proposito de fazer os devidos protestos em fórmula regular, e de manter o nosso direito pelos meios que

admittem as leis do paiz para cuja protecção appellamos. E fazemos esta declaração não só para manifestar a nossa intenção, como para que se não allegue qualquer acquiescencia de nossa parte, e em tempo e occasião opportuna deduziremos as razões que temos para oppormo-nos á rescisão fallada” (DP, 31/03/1864, p. 3).

Dito isso e tendo em mente que, nos primeiros anos de exercício e profissionalização da prática correspondente de noticiosos de comarca, a imensa maioria das missivas saíam à luz pela coluna “Pernambuco”, não deve estranhar que seus autores (conhecidos ou não) e a função em si tenha conquistado e gozado imediatamente de prestígio. Daí também se compreende o porquê das disputas travadas por um *lugar de fala* no periódico, pois não somente se tratava do aparecimento de impressões ou notícias diversas em “*letras redondas*” (DP, 10/11/1854, p. 3), mas de se publicar justamente no quadriculado que conferia uma oficialização às informações, tornando-as, por conseguinte, duplamente creditadas.

Uma rápida mirada ao gráfico n.º 1 é suficiente para dar-nos conta disso. A partir de 1853 até 1859, o exercício epistolar foi indubitavelmente intenso na coluna “Pernambuco”. O fluxo pulsante entre 1853 e 1854, justamente quando a função do *correspondente* passou pelo processo de profissionalização anteriormente referido, somando-se ainda ao do ano de 1857, revela em definitiva um movimento epistolar realmente extraordinário. Somente esses três anos são responsáveis por 55,43% do total das correspondências levantadas durante o período em análise, enquanto que a porcentagem total da coluna fica em 56%.

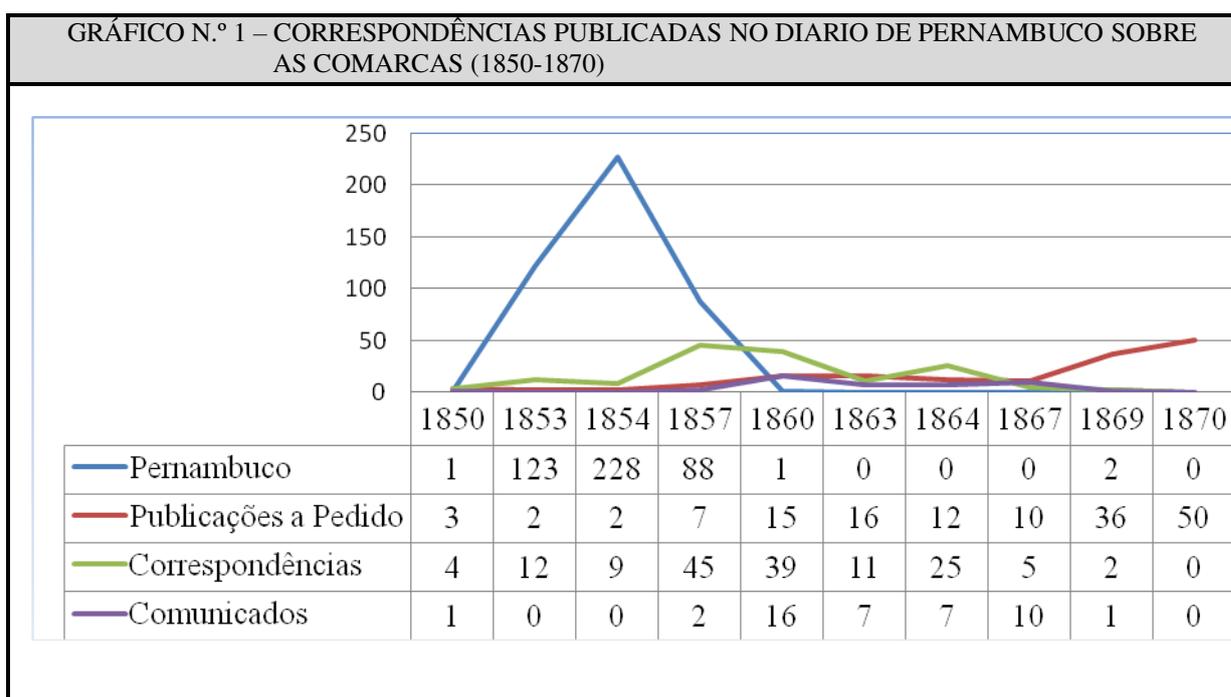
Não obstante, a partir de 1859 observa-se uma mudança na forma de publicação das missivas que davam conta dos sucessos das comarcas, já que essas passaram a ser compiladas e sintetizadas pelo redator, sem mencionar, muitas vezes, o autor, nem mesmo o pseudônimo como antes. O vácuo verificado na amostragem relativa à década de 1860 não significa, portanto, que tenha havido o cese da *atividade noticiosa comarcal*³⁸, ou das missivas particulares como um todo, mas sim uma mudança na forma de publicá-las. As longas correspondências que antes ganhavam espaço nessa coluna deram lugar, como já se disse, a extratos das informações julgadas mais importantes compiladas, ao que tudo indica, pelo próprio jornal.

Explicando a substituição do título “Pagina Avulsa” pelo de “REVISTA DIARIA”, em caixa alta no original, incluído na coluna “Pernambuco”, a redação informa que sob esse rótulo “serão compreendidos não só os factos e noticias desta provincia, mas ainda os que acharmos deverem ser transcriptos dos jornaes que chegarem a esta redacção, e que ainda não tenham titulo especial neste jornal” e que “continuaremos a receber as noticias, reclamações,

³⁸ Referimo-nos aqui às correspondências que tinham como objetivo informar e/ou relatar notícias e acontecimentos ocorridos nas comarcas da província de Pernambuco.

etc., que por cartas anonyms, como até aqui tem acontecido, nos queiram remetter”, sem deixar de advertir, novamente, “que taes cartas devem vir responsabilizadas, quando contenham materias que possam incorrer em responsabilidade legal” (DP, PE, 14/02/1859, p. 2).

Além das correspondências, a coluna “Pernambuco” também abrigava publicações oficiais da Tesouraria da Fazenda, sessões da Câmara Municipal do Recife, Tribunal do Júri e Assembleia Provincial, e um retrospecto semanal com informações de toda a província sobre exonerações e posse de funcionários, instrução pública e problemas administrativos diversos.

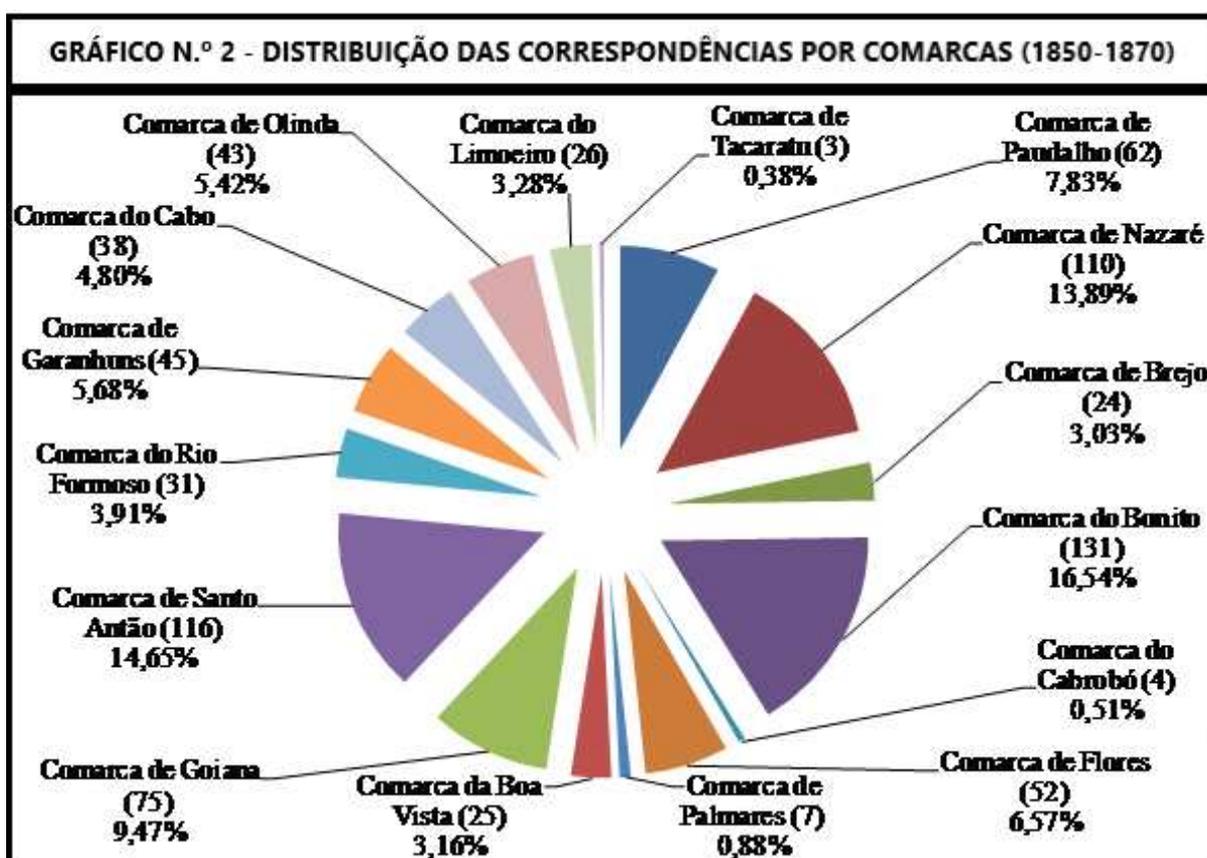


FONTE: Diário de Pernambuco. Elaboração própria.

Em “Publicações a Pedido”, o total de correspondências levantadas perfaz 19,40% do total de cartas publicadas da amostra entre 1850-1870. Repare-se que o incremento se dá justamente a partir de 1860, ano posterior às mudanças introduzidas na coluna “Pernambuco” em 1859, conforme atentamos linhas atrás. As epístolas publicadas nessa coluna possuíam uma extensão menor, talvez porque muito mais do que refletir sobre os acontecimentos da província, visavam apenas a informar sucintamente. Em linhas gerais, o espaço se destinava àquelas cartas que reclamavam dos serviços públicos como, por exemplo, do mau funcionamento das escolas, incluindo-se a apresentação de quadros com estatísticas de doenças e balanços de receitas e despesas dos estabelecimentos de caridade enviadas por profissionais ou leigos. Retratações, críticas, acusações a desafetos, boatos, e fofocas eram amplamente difundidas nesse espaço.

Na coluna “Correspondências”, embora tenha apresentado um número inferior de cartas enviadas ao Diário de Pernambuco entre 1850 e 1870, com maior destaque para os anos de 1857 e 1860, ainda assim, a amostragem alcançou 19% do total. Essa coluna caracterizava-se como um espaço de opiniões, no qual os emissores se posicionavam sobre assuntos diversos, ora assinando abertamente as cartas, ora protegendo-se através de pseudônimos, ou, ainda, sem assinatura. Textos longos e uma escrita rebuscada são marcas registradas das cartas publicadas nessa coluna, objetivando, talvez, a fundamentação de ideias e o convencimento de leitores, traduzindo anseios sociais e influenciando o comportamento.

Iniciando normalmente com a indicação do destinatário e interlocutor, “senhor redator”, discorriam sobre questões acerca do convívio social, política, espetáculos teatrais, poesias, métodos de tratamentos medicinais, agricultura, obras públicas, segurança, assuntos religiosos, intrigas pessoais até denúncias que tinham como objetivo fiscalizar ações dos poderes públicos provinciais.



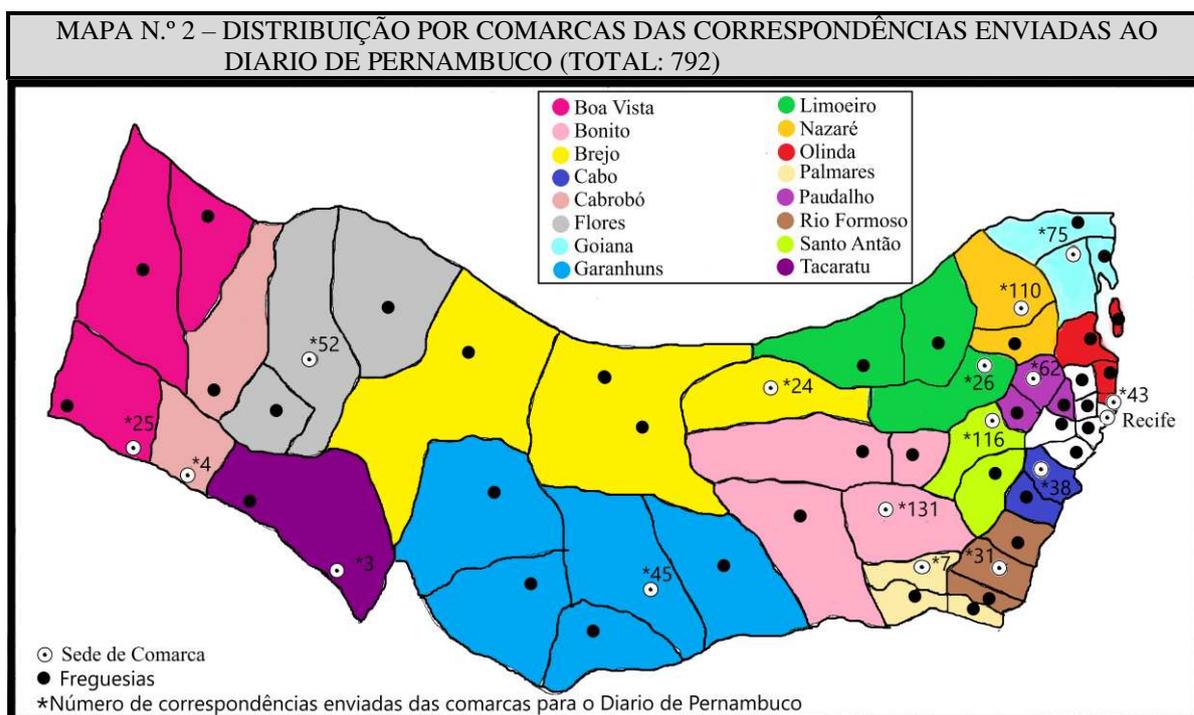
Fonte: Diário de Pernambuco. Elaboração própria.

Por último, a coluna “Comunicados” registrou o menor fluxo missivista dentre todas as demais, alcançando apenas 5,60% da amostragem. Como as anteriores, podiam ser cartas assinadas ou não, ou ainda com pseudônimos. Como sugere o próprio título, o objetivo desta

coluna era comunicar/informar sobre assuntos diversos, desde datas comemorativas, divulgação de personalidades, cartas necrológicas, notas de falecimento, até descrições de funções teatrais, resultados processuais, notas de repúdio e reclamações, literatura, festejos públicos, remoção de funcionários e um longo etc. Devido a sua finalidade, as cartas eram objetivas e pouco extensas.

Todavia, vale mostrar a distribuição do total das correspondências por comarcas e regiões da província pernambucana e tentarmos uma explicação sobre a maior ou menor incidência constatada durante o levantamento da amostragem e tratamento dos dados.

Começando pelas comarcas, aquelas que tiveram um maior número de correspondências foram as de Bonito (131 – 16,54%), Santo Antão (116 – 14,65%), e Nazaré (110 – 13,89%), seguidas de longe pelas de Goiana (75 – 9,47%), Paudalho (62 – 7,83%), e Flores (54 – 6,57%). E bem mais distante das primeiras estavam as que apresentaram um fluxo inferior a 50 missivas: Garanhuns (45 – 5,68%), Olinda (43 – 5,42%), Cabo (38 – 4,80%), Rio Formoso (31 – 3,91%), Limoeiro (26 – 3,28%), Boa Vista (25 – 3,16%), Brejo (24 – 3,03%), Palmares (7 – 0,88%), Cabrobó (4 – 0,51%) e Tacaratu (3 – 0,38%).



Fonte: Diário de Pernambuco. Adaptado (1859). Mappa dos limites das comarcas e freguezias da Província de Pernambuco de 31 de março de 1859.

É importante informar que a porcentagem é realizada a partir de um total de 792 correspondências mapeadas que tratavam sobre assuntos relacionados às vilas e comarcas de Pernambuco, excetuando apenas Recife, comarca e capital, e Olinda, enquanto sede/cabeça de comarca, porém computados os municípios de Igarassu, Itamaracá e Maranguape. Este

procedimento metodológico fora pensado para justamente se poder refletir sobre como o *hinterland* pernambucano era visto e representado por seus correspondentes. Lembrando, também, que o número de correspondências levantadas se deu a partir de uma amostragem realizada durante os anos: 1850, 1853, 1854, 1857, 1860, 1863, 1864, 1867, 1869, 1870, conformando 5 anos pares e 5 ímpares para cobrir um período de vinte anos, isto é, entre 1850 e 1870.

Não obstante, faz-se necessária a conjunção de algumas variáveis de análise para respondermos satisfatoriamente ao porquê da maior ou menor representatividade de algumas comarcas em relação às demais, ou de uma região em comparação com outra. Pensamos que os péssimos serviços de correios e durante algum tempo a sua completa inexistência em algumas comarcas tenham sido os primeiros desestimuladores para o exercício peticionário.

Voltando-nos, novamente, às informações compiladas na tabela n.º 3, e entendendo a lógica de expansão do serviço de envio de malas do Diário de Pernambuco conforme o número de assinantes se verá quão desatendidas de potenciais correspondentes se encontravam regiões inteiras. Observe-se, nesse sentido, a quantidade de municípios que não contavam com tais envios até bem avançadas as décadas de 1850 e 1860: Vila Bela (aprox. 1850-1852), Água Preta, Barreiros, Pimenteiras³⁹, Una, Altinho, Bezerros, Brejo, Ingazeira, Pesqueira, Igarassu, Limoeiro, Nazaré e Paudalho (aprox. 1850-1855), Salgueiro, São Bento, Buíque, Bom Conselho e Águas Belas (aprox. 1850-1864), Escada, Tamandaré, Cabrobó, Tacaratu e Gravatá (aprox. 1850-1861), Caruaru, Exu e Ouricuri (aprox. 1850-1851).

São Lourenço e Ipojuca, após gozarem do atendimento entre 1856 e 1858, deixam de contar completamente. Outros receberam apenas durante um curto espaço de tempo ou somente muito depois de se popularizar a prática correspondente, como os casos de Cabo (1852-1855), Serinhaém (1852-1855), Rio Formoso (1852-1855), e Flores (1853-1855). Santo Antônio, Bonito, Garanhuns, Olinda, Goiana, e Boa Vista, ao contrário dos demais, sempre contaram com os envios, ao menos desde 1850, e Palmares, embora se tenha constituído em comarca em 13 de maio de 1862, nunca gozou dos serviços de malas do Diário de Pernambuco.

Vimos também que, por volta de 1860, havia apenas uma linha dos correios que cruzava a província, saindo do Recife até Vila Bela, no sertão (veja-se o mapa n.º 1).

Não deve, portanto, surpreender que quanto mais distante da capital, mais precário e caro os serviços postais. Se os correspondentes que escreviam sob pseudônimos de comarcas

³⁹ Então Pimenteiras não era em realidade um município, mas sim uma colônia militar criada por Decreto de 9 de novembro de 1850 (SILVA, 1862, p. 30).

relativamente próximas, como Santo Antônio, Nazaré, Olinda e Paudalho queixavam-se com sobradas razões sobre as dificuldades enfrentadas para que as suas missivas chegassem até o Diário de Pernambuco, o que deixar para aqueles que escreviam ou desejavam fazê-lo do interior da província?

Por outra parte, sabe-se que a população brasileira à época alcançava índices de analfabetismo elevadíssimos. Conforme Carvalho (2008, p. 39), ao redor dos anos 1880, “somente 15% da população era alfabetizada, ou 20%, se considerarmos apenas a população masculina”, o que certamente fazia com que a prática, pensando na realidade pernambucana, se circunscrevesse ainda mais a determinados indivíduos ou círculos de letrados.

A isso temos de acrescentar os conhecimentos quanto ao manuseio da pena e da língua para redigir as cartas, e o receio que algumas publicações podiam gerar em seus autores, sobretudo quando desconsideravam a prudência atribuída aos venezianos do século XVI, de “não comentar assuntos políticos por escrito” (BURKE, 1995, p. 34). Por isso é bom recordar, os cuidados redobrados por parte dos correspondentes de comarcas para que suas identidades não acabassem sendo reveladas. Diante desse quadro, portanto, não devia estranhar que poucos candidatos desejassem habilitar-se para uma empresa custosa, além de arriscada.

Talvez isso explique em parte o elevado número daquelas correspondências que não tinham o objetivo de dar conta das novidades e sucessos de uma comarca em questão, mas sim de temas, assuntos ou problemas específicos de um município dado. De fato, das 792 missivas enviadas ao Diário de Pernambuco, as segundas correspondem a 38,40% (305), enquanto as que buscavam retratar as comarcas alcançaram pouco mais da metade, isto é, 56,% (443).

Claro que em qualquer um dos casos sempre havia o risco da exposição, mas essas resultavam ser um alvo mais visado das críticas e intrigas como vimos em capítulos anteriores, até porque a responsabilidade com o jornal tornava-as fruto de uma atividade periódica e não simples epístolas ocasionais. De fato, é bastante revelador que dentre 443 missivas sobre as comarcas, apenas quatro tenha assinado seu nome.

Conforme os dados do gráfico n.º 2, no *ranking* das comarcas que mais enviaram correspondências ao Diário de Pernambuco figuram, respectivamente, Bonito (131 – 16,54%), Santo Antônio (116 – 14,65%), Nazaré (110 – 13,89%), Goiana (75 – 9,47%), Paudalho (62 – 7,83%), e Flores (54 – 6,57%). Das 16 comarcas trabalhadas (não se computa pelos motivos já explicitados a do Recife), apenas essas seis eram responsáveis por 68,95% do total das correspondências levantadas na amostragem. Observe-se que das mesmas seis, apenas duas superavam os 70 km de distância da capital (Bonito e Flores), demonstrando assim como a

proximidade, embora não fosse um fator determinante, acabava facilitando do ponto de vista dos recursos necessários e, conseqüentemente, por estimular o envio de cartas à redação do jornal.

Através do mapa n.º 2, podemos fazer uma ideia do extenso território que as comarcas de Bonito e Santo Antônio abrigavam juntas. Ambas abarcavam campos férteis, destacando-se a primeira pela potente produção de algodão, e a segunda pela cultura da cana, chegando a contar com 75 engenhos em seus domínios (HONORATO, 1863, p. 18-19, e 187). Conforme o ex-presidente da província de Pernambuco, Manoel do Nascimento Machado Portela, a

cultura do algodão [era] feita quase exclusivamente por braços livres. O fato é de fácil explicação. Diversamente do que acontece com a cana e o café, ella não exige nem grandes machinas, nem aparelhos custosos, nem vastos edificios, nem reunião de braços; pode, e de fato é exercida isoladamente por cada familia ou individuo. Suas funcções dão emprego a todas as forças, a todas as idades. Seus mais indispensaveis aparelhos, o descaroçador e a prensa, são instrumentos de pouco custo e de facil reparo, estão mesmo ao alcance de todos, cada um os póde ter, quando não constituem um ramo especial de industria para uso commum de uma certa localidade. (DP, 11/01/1874, p. 8).

Por outro lado, estavam as comarcas de Goiana, Paudalho e Nazaré, na zona da mata norte, que além da já observada proximidade à capital, destacavam-se como importantes polos produtores de açúcar, contabilizando cada uma 33, 35 e 110 engenhos, respectivamente (HONORATO, 1863 p. 55, 86, e 100), o que conferia a esses territórios um peso político que não deixa de se refletir no fluxo correspondente em análise. A zona canavieira ou zona da mata, conforme Dé Carlí, estende-se desde os “limites da Paraíba a Alagôas, com uma profundidade para o interior de 60 a 80 quilômetros da costa”, ou seja, compreendia toda a extensão dos aproximadamente 170 km da linha costeira da província (1940, p. 45).

E Flores, situada no sertão, destacava-se pela diversidade produtiva e abundância de alguns gêneros agrícolas como a mandioca, milho, feijão, arroz e trigo. Mas o motor da economia local parece ter estado bastante associado ao resultado dos seus 50 engenhos de cana-de-açúcar, uma rara exceção, diga-se de passagem, uma vez que a referida cultura era mais comum na zona da mata (HONORATO, 1863, p. 95-96).

3.2 O bárbaro versus civilizado: visões das vilas e comarcas interioranas

Em sua obra *A invenção do Nordeste*, Durval Muniz analisa a construção social da imagem do Nordeste enquanto região e um espaço. Para isso debruça-se e atenta para como ela é caracterizada e homogeneizada por políticos e intelectuais a partir de estereótipos

baseados nos usos e costumes da terra. Esses usos e costumes, não obstante, passavam normalmente por uma avaliação que dividia dicotomicamente gestos, mentalidades, políticas e percepções diversas segundo um certo nível de civilização ou barbárie.

Conforme suas próprias palavras, foi na esteira do “desenvolvimento da imprensa” e da “curiosidade nacionalista de conhecer ‘realmente’ o país” que se chamou a “atenção” para “os costumes ‘bizarros e simpáticos’ do Norte ou ‘estrangeiros e arrivistas’ do Sul”. Tais “relatos”, conforme ainda o autor, “fundam uma tradição, que é tomar o espaço de onde se fala como ponto de referência, como centro do país. Tomar seus ‘costumes’ como os costumes nacionais e tomar os costumes das outras áreas como regionais, como estranhas”. Para então disparar que “São Paulo, Rio de Janeiro ou Recife se colocam como centro distribuidor de sentido em nível nacional. As ‘diferenças’ e ‘bizarrias’ das outras áreas são chamadas com o rótulo do atraso, do arcaico, da imitação e da falta de raiz” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 42).

Partindo dessa reflexão, gostaríamos de empreender o nosso próprio percurso de análise sobre como a pena dos correspondentes do Diário de Pernambuco ajudaram/contribuíram para que, já na segunda metade do século XIX, se produzissem imagens, leituras e representações poderosas sobre esse *hinterland* pernambucano, quase sempre em oposição a sua capital ou ao esperado de uma sociedade civilizada (moderna, culta e urbanizada).

Da comarca de Bonito, uma carta particular escrita em 25 de março de 1854 narrou alguns infortúnios daquela terra para tristeza de quem se dizia amá-la “de todo coração”. O missivista caracterizava a sede, de nome homônimo, como um “Bonito-feio”, sem atrativos para atrair imigrantes, e o que era pior, “não tem agora água para se beber, pois o único flúmen que aqui ha, mostrou que também esta sujeito ao – *in pulverem reverteris*. Seccou, sendo nós por tal motivo obrigados a mandar ver água um pouco longe”. Mas não perdia a esperança:

Talvez (e seja assim) talvez um dia
D’entre estes prados que tapizam flores
Edifícios ressurgam torreados
E cubra o jaspe, quando a relva cobre,
Talvez que outra potente nova Holanda
Estenda os muros seus, aqui prospere

Assim começou Roma, assim Carthago.

Ainda suspirando, acrescenta que se ao menos Bonito ganhasse uma “estrada de ferro”, muita coisa melhoraria, embora tal avanço, conforme achava, custasse caro. (DP, PE, 05/04/1854, p. 2-3). Além da alusão à imagem poderosa da seca e da falta de água, tão cara à região, note-se igualmente a associação *estrada de ferro = civilização e progresso*, sem passar batido um certo saudosismo aos velhos tempos da presença flamenga.

Mas ainda mais curiosa é a correspondência de “*Au revoir*” datada naquela mesma cidade, em 4 de junho de 1854. O correspondente inicia descrevendo um baile “bem concorrido” que teve lugar na Casa de Câmara, no dia anterior, e que se repetiria em 2 de julho. Segundo seu comentário, esses bailes eram autênticas provas de que os bonitenses não estavam “*tão atrás* da D. Civilização, e que ao contrario *vamos-lhe no encalço*”.

Por essas repetidas funções que aqui tem havido, e de que lhe hei fallado sempre, verá que não estamos *tão atrás* da D. Civilização, e que ao contrario *vamos-lhe no encalço*. Ora, o que será um baile no Bonito? Dirá algum seu leitor curioso, pois eu lhe digo: he um baile com todas as suas adherencias e inherencias, isto he, como qualquer outro. A’s nossas Bonitenses não desamparou a madre natureza; são amaveis e soffrivelmente bonitas; e se não possuem o *degagé* que acompanha a uma bella das grandes cidades, desempenham mais ou menos o seu papel nessas reuniões (DP, PE, 30/06/1854, p. 2).

Repare-se que o parâmetro de comparação são as “grandes cidades”, ou seja, os centros urbanos entendidos como locais encarnadores e irradiadores da *civilização*. E, nesse sentido, continua dizendo em sua descrição que:

Dansam a sua quadrilhazinha, *pendant la quelle* não fazem de mudas estatuas, se encontram um cavalleiro que lhes dirija a palavra; walsam, e finalmente nos intervallos não recusam o braço ao ditoso par, que a convida a um *promenade*. E eu *quoique agé*, não deixo de ter meus *arrepios*, quando vejo uma menina estirar o delicado pé, e fazer aquelle passinho de ir adiante e voltar a traz (*o em acant deux*) como o denominou certo *dilectanti* (DP, PE, 30/06/1854, p. 2).

Pelo linguajar repleto de expressões em francês, então tido como signo de ilustração e polidez, fica patente que o autor da missiva não era, certamente, oriundo de setores subalternos. No Brasil de ontem como hoje, o domínio de uma língua estrangeira continua sendo uma habilidade de poucos e, por isso mesmo, associada, normalmente, a pessoas bem-nascidas. De fato, prossegue tentando fazer graça:

So ainda não vi por cá foi a... não me lembra o nome, que me parece ser inglez ou allemão. Não ha lingua como a nossa, disse um meu compadre, pois que semelhança tem agua *can*, e *fromagecom* queijo? e porque não hão de os taes senhores Francezes dizer agua e queijo como nós? (DP, PE, 30/06/1854, p. 2).

Outro elemento recorrente desses escritos é a distância geográfica da capital que, para muitos, também pode ser trazida para o âmbito cultural. Assim, em 2 de julho de 1854, escreveu um correspondente da comarca de Nazaré, comentando os estragos e dificuldades causadas pelas chuvas:

Depois da data da minha ultima missiva continuaram as chuvas com forças, até hontem, sem que todavia causassem maiores estragos: apenas perderam-se algumas lavouras miudas e poucas cannas. Se por esse lado não nos foram muito fataes as chuvas, o mesmo não acontece por outro, pelo lado da importação de generos de fora do paiz, de que precisamos para o sustento quotidiano, visto como, ha mais de tres semanas que está o commercio desta cidade inteiramente paralisado, por não haver matuto que se atreva a ir a essa praça. Ainda há pouco vi um fazendo cara a 8\$000 rs., que lhe offereceram para ir buscar uma carga maneira a essa capital, quando antes d'agora andavam rogando que se lhes dêsse preferencia por seis ou sete patacas! A' vista, pois, desta dificuldade de transporte, estamos sem pão, manteiga, bolacha, bacalhão, etc., e até sem notícias de muitas paragens. [...]. (DP, PE, 07/07/1854, p. 3).

A distância da capital, portanto, já era um problema em si mesmo, mas o que a passagem nos faz refletir é como a vida interiorana das vilas e comarcas podia ainda complicar-se facilmente. Fenômenos climatológicos, por exemplo, poderiam encarecer serviços e privar uma vila ou região inteira de alimentos, mas também de notícias.

TABELA N.º 7 – EXPRESSÕES DE CARACTERIZAÇÃO ENCONTRADO NAS CORRESPONDÊNCIAS											
Anos	1850	1853	1854	1857	1860	1863	1864	1867	1869	1870	Total
Atraso	-	-	01	03	02	01	-	-	01	02	10
Bárbaro	01	04	08	05	14	01	02	-	01	04	40
Ilustração	-	-	05	06	-	-	01	01	03	04	20
Matuto	07	01	21	07	08	03	07	01	01	04	60
Progresso	00	06	18	12	00	08	07	06	01	03	61

FONTE: Diário de Pernambuco. Elaboração própria.

O trecho nos permite ainda documentar a importância do homem do campo aqui chamado de “matuto”. Este elemento tão desdenhado em não raras ocasiões também fazia o papel de correios e difusores de notícias do campo para a cidade e vice-versa. Dessa forma, devemos compará-los com os correspondentes, embora seu mundo seja essencialmente o da oralidade. É muito provável que em conversas com outros trabalhadores ou negociantes da

cidade, intercambiasse impressões da vida e do homem do campo em contraste com o da capital.

É curioso observar que, apesar de a imagem da seca ter sido bastante associada ao interior pernambucano em geral, e ao sertanejo em particular, também se noticiaram chuvas e enchentes nessas regiões que quebravam literalmente com o discurso e representações da seca maltratando o território.⁴⁰ O correspondente da comarca de Santa Maria da Boa Vista, por exemplo, escreveu em 25 de janeiro de 1857:

Tratando particularmente do estado desta terra, devo dizer-lhe, que nella se verifica um phenomeno singular, e vem a ser que á par da secca, existe nella tal abundancia d'agua e já vai causando grande susto aos habitantes desta villa e das circumvizinhanças.

Com effeito, ainda não tivemos chuvas que afiancem um bom anno, e pelo contrario receiamos que elle seja mau, e que os criadores tenham de soffrer consideraveis perdas, mas ao passo que isto acontece o rio de S. Francisco, a cuja margem direita nos achamos, vai apresentando um aspecto ameaçador; principiou nelle a cheia annual, e com tal furor tem ella se desenvolvido nestes ultimos dias, que parece um diluvio; todas as estradas já se acham tomadas, e o povo principia a incommodar-se, entretanto que o rio, sem dar cavaco, vai continuando a encher de um modo verdadeiramente assustador. (DP, COR, 23/03/1857, p. 2).

Servido pelas margens do rio São Francisco, ao “O Boavistano” não escapou a oportunidade de comparar o sucedido em sua comarca com o que havia ocorrido anos antes na “Veneza Americana”:

Vmc. bem póde fazer idéa de uma batalha dada pelas aguas, porque embora se ache no centro do prazer, e gozando dos encantos da Veneza Americana, tambem não deixaria de ter as suas colicas, ha dous annos, quando o velho Capibaribe encrespou-se, e quiz mostrar o seu poder. (DP, COR, 23/03/1857, p. 2).

Mas tirando isso, a comparação dos estragos produzidos pelas águas realizada pelo missivista a continuação, volta a reproduzir uma imagem de pobreza relacionada apenas ao sertão, como se as margens do Capibaribe de então somente banhasse “bellos palacios e edificios soberbos”.

A unica differença que póde haver na comparação he, que o Capibaribe, se não acalmasse a sua ira teria de engolir bellos palacios e edificios soberbos, e deixar por muito tempo as bellezas sem os lindos salões para bailarem, e verem os requebros dos cupidos, entretanto que o S. Francisco só terá de tragar casas de fazenda, choças, vasantes, roças e cousas semelhantes, mas em fim, meu amigo, o rico perde como rico, e o pobre soffre ainda mais, quando he forçado a perder a migalha que possui.

⁴⁰ Aqui operamos no sentido há tempos observado por Albuquerque Júnior (1994, p. 111), sobre a necessidade de se ultrapassar a visão da seca apenas como um “fenômeno natural”, passando a enxerga-la também “como um produto histórico de práticas e discursos, como invenção histórica e social”.

Tinha-me estendido de mais sobre este assumpto, e o fiz porque sei que Vmc. não imita aos cortesãos que pouco ou nada se importam com incommodos dos sertanejos. (DP, COR, 23/03/1857, p. 2).

Tal como se observará mais adiante, revela-se igualmente pertinente atentar para o uso da palavra “moral” ou “moralização” como se fosse sinônimo ou parte integrante do processo civilizador de uma vila ou de uma comarca inteira. É muito sintomático, nesse sentido, o título dado às notícias oriundas da comarca de Goiana, publicadas em duas partes, uma no número do Diário de 22 de abril de 1857, e a segunda no dia 28. Chamava-se, no cabeçalho, a atenção dos potenciais leitores para a “sua actual situação material e moral” (DP, COM, 28/04/1857 p. 2). Conforme o incógnito missivista:

Em face das considerações, que fizemos antecedentemente he claro a todas as luzes, que a situação moral da comarca forma uma perfeita antithese com a situação material; porque ao passo que se vão ajuntando todos os elementos constitutivos de um bello futuro para agricultura, e commercio da comarca, se reúnem por outro lado todas as circunstancias factoras de um futuro desesperado, e terrivel para todos, e para tudo: sim pará tudo; por que o pessimo moral da comarca influindo sobre sua boa situação material acarretara’ necessariamente a paralisação ou estagnação do commercio, e retardara tambem o progresso da agricultura, e de todos os demais misteres, que concorrem para a prosperidade de qualquer povo. (DP, COM, 28/04/1857 p. 2)

Mesmo após uma leitura atenta desse número, conclui-se impossível saber ao certo a qual “situação moral” afligia concretamente a comarca goianense, a ponto de se colocar a perder a “situação material” supostamente saudável alcançada pelo desenvolvimento da agricultura e do comércio. Fazendo uma leitura invertida, a alegada “pessima moral” deveria ser antes corrigida para se evitar a “paralisação ou estagnação do commercio”, assim como o “progresso da agricultura”, pilares para a “prosperidade de qualquer povo”.

A publicação do dia 22 de abril lança um pouco mais de luzes ao problema moral que assolava aquela comarca, e tudo indica tratar-se de problemas políticos oriundos da briga de dois grupos nucleados a partir de dois homens, a saber, os comendadores Antonio Francisco Pereira e João Joaquim da Cunha Rego Barros. As disputas políticas no interior da província eram cabais para a manutenção de determinadas famílias e círculos políticos que se estendiam até a Corte. Motivo pelo qual o interior também se revela como um lócus de exercício do poder por parte dos poderosos que, não raramente, agitavam a suposta tranquilidade interiorana, distante do burburinho e do aceleração do cotidiano nas grandes cidades.

Um interior turbulento pelas questões políticas, embora não tenha sido o foco deste trabalho, está logicamente por trás de muitas dessas e outras correspondências, como já

evidenciamos em outra parte, revelando como a narração dos referidos conflitos também acabavam por alimentar a imagem que igualmente se fazia de um interior hostil e perigoso paralelo a uma visão romantizada de um mundo rural idílico. Em palavras do correspondente:

Onde impera a intriga com o seu sceptro de ferro, e manto ensanguentado, não habita a paz e onde, não ha paz, não ha justiça, nem melhoramento, ou progresso algum nas artes, nas sciencias, no commercio, e na agricultura, tudo definha e morre, porque a maldição de Deos esta' sobre este povo mal aventurado, e precito. (DP, COM, 28/04/1857 p. 2).

Durante a pesquisa e análise das correspondências publicadas no Diário de Pernambuco, entre 1850 e 1870, achou-se importante quantificar o uso de algumas palavras que expressassem situações ou exemplos do que se compreendia/representava como barbárie e civilização. Para surpresa, a expressão “civilizado” ou “civilização”, corrente em outras colunas e notícias publicadas, não sobressaíram nas correspondências, embora, evidentemente, não fossem desconhecidas do vocabulário utilizado pelos missivistas.

Como o cômputo fora realizado a partir do localizador do próprio site da Biblioteca Nacional, não se descarta a possibilidade de terem passado batido, mas mesmo assim não há uma representatividade expressiva se comparado a outras palavras. Os termos “inculto” e “moralizado”, ou, ainda, “moralização”, tampouco aparecem destacadamente. Até a palavra “atraso”, no sentido aqui trabalhado, só foram contabilizadas uma dezena.

Segundo parece, as expressões mais utilizadas para descrever, caracterizar ou comparar algo ou alguém foram realmente três, a saber: “ilustração”, com vinte ocorrências; “bárbaro” com quarenta; “matuto” com sessenta, e “progresso” com sessenta e um. Será por meio do uso dessas palavras que tentaremos nos aproximar a algumas imagens ou visões acerca do cotidiano, das gentes e das transformações sociais nas comarcas pernambucanas, a fim de compreendermos melhor o discurso então preponderante que rotulava e estigmatizava o interior como atrasado e incivilizado.

3.2.1 As imagens e representações do matuto

Pereira da Costa, em seu *Vocabulário Pernambucano*, publicado originalmente em 1936, mas escrito bem antes, uma vez que o autor falecera no Recife em 1923, matuto seria o “habitante do campo, do matto, do interior, até a zona da matta; calado, retrahido, desconfiado, anaccessivel”. “Em 1822 tivemos uma junta de governo provisorio, que foi alcunhada pela chalaça contemporanea de Governo dos **mattutos**, por ser composta de homens habitantes do interior”, acrescenta.

Mas além da patente associação com o mundo rural, a expressão também se estendia ao âmbito do antimoderno e inculto. De fato, em outra passagem tirada de uma edição do jornal O Guarda Nacional, de 1844, lê-se o seguinte: “Sou **matuto**, e como não posso sempre ir a Praça, tenho poucas notícias do Recife e da política” (COSTA, 1976, p. 502-503). A capital, portanto, acapara e condensa todos os elementos atribuídos à chamada sociedade civilizada, isto é, moderna, culta e urbanizada. O matuto é sua antítese.

Todas essas características muitas vezes apareciam implícitas através da representação da distância geográfica que separavam um *locus* do outro. No verbete “caipira”, do Dicionário do Folclore Brasileiro (1954), Cascudo também relacionava o termo com outras expressões regionais de mesmo significado. Lançando mão de várias obras refere-se a esse indivíduo como “homem ou mulher que não mora na povoação, que não tem instrução ou trato social, que não sabe vestir-se ou apresentar-se em público (Valdomiro Silveira, *Os Caboclos*, 193, São Paulo, 1920)”. Também apresenta variantes como a de “habitantes do interior, canhestros e tímidos, desajeitado, mas sonso. Jogo de dados, correspondendo a um quadro numerado, muito comum nas festas sertanejas”.

Citando ainda Beaurepaire-Rohan, *Dicionário de Vocabulários Brasileiros* (1889), anotou:

caipira s. m. (S. Paulo), nome com que se designa o habitante do campo. Equivalente a labrego, aldeão e camponês em Portugal; roceiro no Rio de Janeiro, Mato Grosso e Pará; tapiocano, babaquara e muxuango, em Campo dos Goitacases; matuto em Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba do Norte, Rio Grande do Norte e Alagoas. (CASCUDO, 2012, p. 159).

Parafrazeando Albuquerque Júnior, porém ajustando-o ao nosso caso, muito antes da “invenção do Nordeste” e do “Nordestino”, era o *sertão*, essa ampla região que começava praticamente dois passos para fora dos limites capitalinos, e os seus habitantes que eram “visto[s] a partir da estética do Western, estética voltada para mostrar o distanciamento entre estes dois pólos da sociedade americana: o da civilidade, representado pelo mundo urbano-industrial, e o da barbárie, representado pelo Oeste” (2001, p. 268).

Vale lembrar com o autor para o fato de que

Recife era também centro jornalístico de uma vasta área que ia de Alagoas até o Maranhão, como pôde constatar Gilberto Freyre, ao pesquisar os anúncios publicados no Diário de Pernambuco, ao longo do século XIX e início do século XX. Ele usa a área de influência deste jornal para definir os limites do que seria a região Nordeste. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 72).

Extendendo a consideração, filhos de senhor de engenho e de proprietários em geral que haviam estudado nos colégios e nas faculdades de renome de então, assentados em sua maioria em Recife e Olinda. É basicamente desses quadros, somados a outros indivíduos letrados oriundos de outras províncias que, com grandes chances de acerto, saíam os colaboradores e correspondentes das cartas enviadas ao Diário de Pernambuco.

Portanto, muito antes do surgimento daqueles expoentes da intelectualidade regional, serão esses missivistas mais ou menos engajados os responsáveis em maior ou menor medida pelo reforçamento da figura do matuto como antítese do progresso e da ilustração. Pois como se observou, “José do Lins do Rego chega a afirmar que o Diário teria servido para iniciar muitos filhos de senhor de engenho nas primeiras letras” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 72).

Cada vez que alguém precisava desqualificar alguém ou retirar ironicamente o peso das costas, se lançava mão da imagem do “matuto”. Essa figura poderia significar tanto o homem/mulher falto(a) de luzes, como um indivíduo simplesmente desconfiado, ou, ainda, tanto um *bicho* violento, como um desajeitado, pacífico, e inocente cidadão interiorano. Repare-se, nesse sentido, nas representações do “matuto” realizadas em 1848, em Pernambuco, atribuídas a H. Lewis, referente a sua indumentária e formas de montar e andar a cavalo.

Na imagem n.º 1, por exemplo, observa-se o modo peculiar de alçar-se apoiando-se no curvilhão do cavalo, portanto, pela parte traseira do animal. Nesta percebe-se ainda claramente o uso da cangalha de madeira. Na imagem n.º 2, destaca-se o jeito exótico de andar a cavalo com as pernas cruzadas, sob uma espécie de cesto. E nas duas chamam a atenção as roupas utilizadas, um com uma tela branca muito simples, com a cabeça protegida por um chapéu de abas largas, e o outro com uma calça azul, casaca vermelha, e um chapéu de copa alta. Além disso, característica muito significativa nas duas representações, o andar descalço.

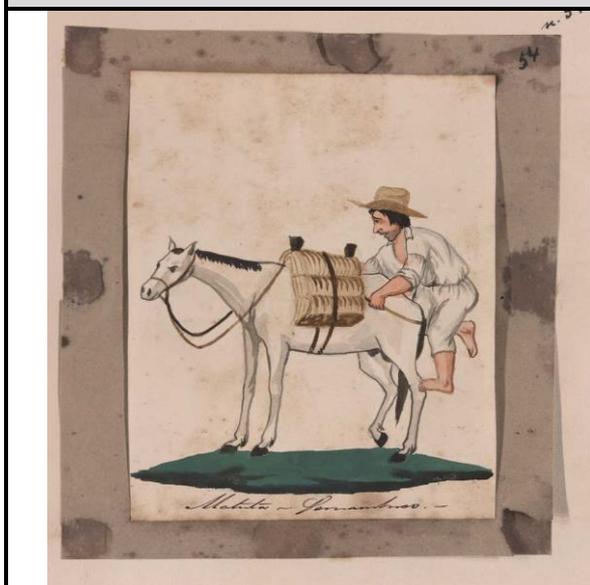
Segundo Burke, as representações urbanas do homem do campo datam do século XII, portanto, vinha de muito longe a imagem “grotesca” associada a pastores e camponeses em contraste com os citadinos, conformando uma visão com larga duração, adentrando o século XVII. Já no XVIII e XIX estas imagens serão substituídas por um olhar etnográfico do “camponês – como o ‘selvagem’ – [...] enobrecido e idealizado” (2017, p. 204-206). O matuto é uma espécie de selvagem, embrutecido, idealizado, mas não enobrecido.

Em todo caso, ele/a é motivo de chacota e desdém nas páginas do Diário de Pernambuco e, diga-se logo, não somente por parte dos correspondentes. A assertiva merece alguns exemplos.

Para começar pelos últimos, havia inclusive quem assinava “O matuto de Escada” (DP, COR, 28/03/1850, p. 2), “Os matutos velhos” (DP, PE, 24/08/1857, p. 1), “O matuto de Gameleira” (DP, COM, 29/12/1863, p. 2), “O matuto de Muribeca” (DP, PP, 19/02/1864, p. 3), ou, simplesmente, “matuto” (DP, COM, 13/12/1864 p. 3). Claro que as referidas assinaturas aludindo à figura-imagem do matuto nos pseudônimos tinham antes a intenção de fazer graça ou de demonstrar ironia, do que realmente um sinal de autoidentificação ou de uma autocaracterização.

Vale lembrar que a prática correspondente exigia conhecimentos, habilidades e recursos que nem todo mundo dispunha, muito menos um *pobre matuto* no sentido mais amplo do termo. De forma que o desdém e a ironia, ao nosso ver, devem ser tomados como uma tentativa de afastar-se, senão fisicamente, ao menos culturalmente de um mundo que, temporariamente ou não, se pertencia de alguma maneira. Esse descolamento deve ser visto, portanto, como uma estratégia de distinção na asserção mais bourdiana possível (BOURDIEU, 2006).

IMAGEM N.º 1 E 2 – REPRESENTAÇÃO VISUAL DO MATUTO (1848)



FONTE: Lewis, H. Matuto: Pernambuco. [S.I.: s.n.], [1848]. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=427. Acesso em: 4 jun. 2019.

FONTE: Lewis, H. Matuto: Pernambuco. [S.I.: s.n.], [1848]. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=428. Acesso em: 4 jun. 2019.

Vale recordar o atrito estudado linhas atrás entre dois supostos correspondentes do Diário que assinavam com o mesmo pseudônimo “Victoriense”. Aquele que se intitulava como o verdadeiro, dizia debochadamente que o “segundo Victoriense por sua *grande modestia quer passar por um pobre matuto sem luzes*, mas eu vejo pela sua logica cerrada, que lhe he um destes grandes encyclopedistas, que tantos brados tem dado no nosso seculo de luzes, he um illustre collega de alto cothurno [...]”. (DP, PE, 01/07/1854, p. 3, grifo nosso).

Por outra parte, era bastante comum o uso do termo por pessoas que assim se reconheciam pelo simples fato de não viverem na capital, embora de *matuto*, entenda-se ignorante e avesso à modernidade, tivessem muito pouco. O correspondente “O Victoriense”, por exemplo, autodefiniu-se como um “um matuto pacifico e de bom coração” (DP, PE, 27/04/1854, p. 3). Em carta de 4 de maio de 1854, disse o mesmo missivista: “sou um pobre matuto sem litteratura e sciencia” (DP, PE, 06/05/1854, p. 3). Em 6 de junho, volta a fazer uso da falsa comparação ao dizer, “mas de mim, pobre matuto, nada de pomposo espere” (DP, PE, 09/06/1854, p. 3).

Criticando a defesa de um subdelegado por aquele, um rival seu que assinava como “O segundo Victoriense” também recorreu à mesma estratégia narrativa dizendo que “como se tenha tornado extremo defensor desse subdelegado, não se deve agastar que um *pobre matuto sem luzes*, aventure algumas reflexões, tendentes a mostrar quanto o collega está enganado nas proposições que tem avançado [...]” (DP, COR, 19/06/1854, p. 3, grifo nosso). Em uma carta particular datada em Caruaru, em 4 de julho de 1857, referindo-se ao “dia do anniversario da independencia dos estados do norte-americanos”, disse o autor que: “Eu pobre matuto catingueiro, que apenas aprendi os primeiros rudimentos da lingua materna, não posso occupar-me com semelhante facto, que foi um grande mal para a senhora da boa manteiga, e das inglezas batatas; por outra aos – godemes. –” (DP, PE, 11/07/1857, p. 3).

O correspondente que assinou com o pseudônimo “matuto” uma carta intitulada “Theatro”, publicada na coluna “communicados” do Diário, em 13 de dezembro de 1864, disse não ser “frequentador de thaetros, não porque não goste, mas porque sendo *matuto*, poucas vezes tenho accasião de vir a cidade”. Não obstante, ato seguido acrescenta que

sempre que os meus negocios me trazem a capital, e que há espectaculo, não despenso, e hão de ver-me repimpado na platéa, que dizem custar dez tustões e que a mim me levam mil e quinhentos, tambem não sei porquê; ouvi dizer que eram os cambistas que negociavam com os bilhetes só quando haviam enchente: se assim é, que lhes façam bom proveito.

Apesar de se apresentar como um matuto tolo, o certo é que este indivíduo sabia e conhecia muito bem os motivos de ter pago caro por uma entrada nos teatros recifenses. Homem de negócios e, portanto, de condições, não parece titubear em reclamar das práticas especulativas, reivindicando *esclarecidamente* de passo alguma ação, para concluir, associando-a ao “progresso” dos tempos que se vivia.

Bom seria que os frequentadores não desembolçassem mais daquilo que está estipulado, porque d’ahi resulta que podendo irem duas vezes, vão uma só, pois que lhes custa o bilhete o dobro; ainda se o resultado fosse para os senhores das representações, vá feito; porque realmente, elles trabalhão muito bonito! Mas, para especuladores que nenhuma fadiga teem, é muito mal feito. E não haverá quem ponha cobro a isto? Emfim, estamos na quadra do progresso, e este há de ser um delles. (DP, COM, 13/12/1864, p. 2).

Ou seja, quem não era, nem podia ser apontado por terceiros como *matuto* (tendo em conta que a simples moradia no interior nem sempre fazia valer a pecha), pouco se importava autointitular-se como tal, pois não se vendo incluído nessa identificação, tampoco havia motivos para sentir-se incomodado ou desmerecido, enquanto muitos certamente desejavam tudo menos a sua associação com o rótulo pejorativo. É muito ilustrativo, nesse sentido, a fala do deputado Vellez, em plena 23ª sessão ordinária da Assembléia Provincial de Pernambuco, em 10 de maio de 1850, justificando a importância de se elevar a vila⁴¹ de Igarassu à categoria de cidade:

Senhores, se esta assembléa attender aos monumentos, aos edificios cheios de recordações historicas que Iguarassú contém; se se compenetrar da obrigação em que está de conserva-los, e de concorrer para a prosperidade engrandecimento do lugar que os encerra, não poderá deixar de conferir-lhe o titulo de cidade, para arranca-lo do abysmo de que se vai approximando. Mas dir-me-hão: “E o titulo de cidade será por si só sufficiente para produzir tamanho effeito?” Responderei pela affirmativa. *Toda a gente sabe a repugnancia que temos em residir nas villas, para não termos o titulo de matuto ou vilao; toda a gente sabe que ás cidades afflue maior numero de habitantes, e que por conseguinte o commercio he ahi maior e mais animado; toda a gente sabe emfim que nas cidades há mais illustração do que nas villas e povoações: por conseguinte eleva-las á cathegoria de cidades, quando ellas o merecem, he dar-lhes incremento, he faze-las prosperar.* (DP, PE, 18/05/1850, p. 1, grifo nosso).

Não obstante, o uso do termo para desqualificar, não se restringia ao âmbito regional, uma vez que muitos políticos levavam inclusive à Corte suas apreciações sobre aqueles “candidatos autônomos com expressão local, mas sem nenhuma conexão com as lideranças regionais dos partidos na Corte e nas províncias”. “Para a oposição parlamentar, com a nova

⁴¹ A vila de Igarassu só foi elevada “à condição de cidade e sede do município com a denominação Iguarassú, pela Lei Estadual n.º 130, de 28-06-1895”. Disponível em: <<http://www.igarassu.pe.gov.br/a-cidade/conheca-igarassu/>>. Acesso em: 23 maio 2019.

lei [dos círculos de 1855] iriam ser elegíveis uma leva de matutos ignorantes em matéria de vida pública, passando a Câmara a ser o palco das reuniões dos ‘tamanduás do interior’ e das ‘eminências da aldeia’, perdendo aquela casa o seu papel de centro das decisões nacionais (ROSAS, 1993, p. 120-121).

Bem antes disso, a respeito da Junta dos Matutos, formada em sua maioria por eleitores pertencentes à elite agrária de Pernambuco, escreveu Cabral (2013, p. 217):

Como não foi possível cantar vitória e resolver todos os problemas e reivindicações que chegavam até o governo, correu um falatório que a junta não estava apta para conduzir os negócios públicos, dada a falta de experiência em conduzir a política. A própria palavra “matuto” colaborava para essa descrença, sendo associada ao atraso. Um sapateiro recifense, insatisfeito com o novo governo, vociferava que a junta fosse “pregar no mato” de onde veio porque no Recife “tinha gente mais capaz de governar [a província]”.

A figura folclórica do *matuto* também fora explorada pelas artes cênicas como se pode observar nos anúncios de espetáculos publicados no Diário de Pernambuco. A partir desses anúncios (vejam-se as imagens n.º 3, 4 e 5) o matuto aparece literalmente caracterizado como *o outro*, desajeitado, desorientado, tolo, ignorante, impressionável, passível de todas as pilhérias. É muito sintomático, nesse sentido, que no próprio nome de algumas peças cômicas, após o termo “matuto” acompanhasse algum tipo de adjetivação que não deixasse dúvidas sobre o seu gênero burlesco e/ou satírico.



FONTE: DP, 14/06/1860, p. 4; 06/12/1867, p. 2; 28/09/1870, p. 3.

Decerto, na divulgação de uma companhia dramática que se apresentaria no Teatro Apolo no dia 14 de junho de 1860, logo após a referência ao espetáculo principal, divulgou-se a “scena comica” intitulada “O Matuto no Recife”, contracenada pelo Sr. Costa Lima. Em outro anúncio de 6 de dezembro de 1867, desta vez promocionando uma obra artística no Teatro Santa Isabel, contava-se como fechamento a “muito divertida scena cômica” chamada “O matuto aparvalhado”, oferecida pelo Sr. Coelho. Uma companhia “franceza” em passagem pelo Recife, também propagandeou em 28 de setembro de 1870 suas funções no Teatro Santo Antônio. O espetáculo dividia-se em quatro partes, sendo que a terceira se intitulava, curiosamente, “O matuto admirado dos feitos do Chico Diabo nas margens do Aquidaban ou A morte de Lopez”.

TABELA N.º 8 – APRESENTAÇÕES TEATRAIS SOBRE O MATUTO			
Espectáculo	Teatro/Associação	Apresentação	Edição
O Matuto Aparvalhado	Santa Isabel	06/12/1867	DP, 06/12/1867, p. 2
O Matuto Aparvalhado	Santa Isabel	11/12/1867	DP, 09/12/1867, p. 3
O Matuto Aparvalhado	Santa Isabel	11/12/1867	DP, 10/12/1867, p. 3
O Matuto Aparvalhado	Santa Isabel	11/12/1867	DP, 11/12/1867, p. 3
O Matuto Aparvalhado	Santa Isabel	18/12/1867	DP, 18/12/1867, p. 2
O Matuto Aparvalhado	Santa Isabel	19/12/1867	DP, 19/12/1867, p. 2
O Matuto Aparvalhado	Santa Isabel	20/12/1867	DP, 20/12/1867, p. 2
O Matuto no Recife	Santo Antônio	06/09/1868	DP, 04/09/1868, p. 3
O Matuto no Recife	Santo Antônio	06/09/1868	DP, 05/09/1868, p. 2
O Matuto no Recife	Ginásio Campestre	25/04/1869	DP, 24/04/1869, p. 3
O Matuto Aparvalhado	Ginásio Campestre	24/04/1869	DP, 24/04/1869, p. 3
O Matuto Aparvalhado	Ginásio Campestre	12/05/1869	DP, 11/05/1869, p. 3
O Matuto Aparvalhado	Ginásio Campestre	12/05/1869	DP, 12/05/1869, p. 3
O Matuto Aparvalhado	Salão do Pátio do Carmo	28/11/1869	DP, 27/11/1869, p. 2
O Matuto Aparvalhado	Salão do Pátio do Carmo	01/12/1869	DP, 01/12/1869, p. 2
O Matuto Aparvalhado	Ginásio Dramático	17/02/1870	DP, 16/02/1870, p. 3
O Matuto Aparvalhado	Ginásio Dramático	20/02/1870	DP, 19/02/1870, p. 3
O Matuto Aparvalhado	Santo Antônio	14/09/1870	DP, 13/09/1870, p. 3
O Matuto Aparvalhado	Santo Antônio	14/09/1870	DP, 14/09/1870, p. 3
O Matuto Aparvalhado	Santo Antônio	17/09/1870	DP, 16/09/1870, p. 2
O Matuto Aparvalhado	Santo Antônio	23/09/1870	DP, 20/09/1870, p. 3
O Matuto Aparvalhado	Santo Antônio	28/09/1870	DP, 27/09/1870, p. 2
O Matuto admirado dos feitos do Chico Diabo	Santo Antônio	28/09/1870	DP, 28/09/1870, p. 3
O Matuto Aparvalhado	de Olinda	08/10/1870	DP, 08/10/1870, p. 3

FONTE: Diário de Pernambuco. Elaboração própria.

Com base nos dados compilados na tabela n.º 8, tudo indica que tais funções gozavam de grande acolhida entre os recifenses, pois somente para fazermos uma ideia, a peça “O

matuto aparvalhado” foi apresentada cinco vezes no Teatro Santa Isabel, sendo a primeira no dia 6 de dezembro de 1867, e a última no dia 20. Excetuando o ano de 1868, a referida peça voltou a estar em cartaz em uma série de teatros do Recife (Ginásio Campestre-Associação Artística, Ginásio Dramático (no monteiro), Salão do Pátio do Carmo, e Teatro Santo Antônio) e em Olinda, ao longo de 1869 e 1870.

Não era para menos já que em 20 de dezembro de 1867, portanto, na promoção da quinta e última apresentação no Teatro Santa Isabel, dentre os espetáculos anunciados em quatro partes (ou em peças diferentes com títulos próprios), a única que se repetia era, precisamente, a comédia “O matuto aparvalhado”, antecedido pelo comentário que explica bastante o motivo de sua posterior volta aos palcos: “A muito applaudida scena comica executada pelo Sr. Flaviano Coelho” (DP, 20/12/1867, p. 3).

3.2.2 As imagens do atraso

Em carta particular, escreveu um correspondente da comarca de Goiana, em 31 de janeiro de 1854, de que ao contrário dos “boatos” – e aqui nos vale o aforismo nietzscheano de “quem vê pouco, vê sempre menos; quem ouve mal, ouve sempre algo mais” (2000, p. 276) – que circulavam sobre uma suposta “resistencia a execução do regulamento dos nascimentos e óbitos”, levada a cabo pelo povo das comarcas vizinhas, os daquela não só não demonstravam sinais da mínima alteração, como, pelo contrário, “sonham com tal regulamento há muito suspenso em sua execução” (DP, PE, 04/02/1854, p. 2). A falta de resistência ou rechaço à lei nº 798, de 18 de junho de 1851, que tornava obrigatório o registro civil de nascimentos e óbitos, fora assim apresentada como um elemento associado ao grau de “ilustração” de um povo, enquanto o contrário demonstrava o desconhecimento e a barbárie dos demais. Sua opinião fundamentava-se na ideia da contraversão caracterizada pelo descumprimento das leis e medidas do Estado, algo somente esperado de povos incultos. Acerca da promulgação da lei e das reações adversas suscitadas pela população, escreveu Chalhoub (2012, p. 40) que:

Instados a refletir sobre a origem dessa crença que se espalhara como rastilho de pólvora por meia dúzia de províncias do Império, ministros e presidentes de província ensaiaram o ramerrão habitual a respeito do “povo rude”, “parte menos culta” da sociedade, “gente irrefletida”, “espíritos fracos” e sem civilização, prontos a acreditar em qualquer “ideia falsa” que se lhes procurasse inculcar, aderindo a ela com “fanatismo”, “delírio”, “ânimos desvairados” (isso tudo consta nos relatórios dos presidentes das províncias de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Ceará e Minas Gerais às respectivas assembleias legislativas provinciais, referentes ao ano

de 1852; e nos relatórios dos ministros do Império, referentes aos anos de 1851 e 1852, e da Justiça, de 1852, à Assembleia Geral Legislativa).

A opinião do missivista sobre os “boatos”, acerca de uma possível resistência de comarcas vizinhas à referida lei de nascimentos e óbitos, ainda em princípios de 1854, comunga com aquela mesma visão largamente compartilhada, ao mesmo tempo que coloca de manifesto a “impossibilidade de acesso desses homens graúdos ao pensamento de homens e mulheres que invadiram igrejas para impedir a leitura do decreto”, rasgando-o em público e colocando “polícia e juízes para correr”, atirando “contra soldados, chegando a matar e ferir alguns deles” (CHALHOUB, 2012, p. 40).

Outra carta particular vinda de Pajeú, datada em 1 de março de 1854, o correspondente em questão inicia dizendo que “nada de importante ha ocorrido nesta quinzena que mereça as honras da publicação da referida comarca”, salientando que em suas “ultimas missivas” nem mesmo noticiara “um só crime perpetrado” naquele termo, “o que prova alguma cousa a favor da moralidade deste povo, alias tão pouco considerado a muitos respeitos” (DP, PE, 16/03/1854, p. 2).

O autor constrói toda a narrativa a partir de caracterizações entre o *nós* e os *outros*, a fim de provar “alguma cousa a favor da moralidade deste povo”. Assim, crimes diversos são cometidos por outras comarcas, “alguns até de estudada malícia, e inqualificavel perversidade”. E quando algo ocorria, não poderia isso ser atribuído a toda a população pajeuense, mas sim a determinadas “classes pouco esclarecidas”:

Assim he que muitas vezes, correndo, entre certas classes pouco esclarecidas e apreciadoras da verdade, falsas opiniões e preconceitos, injustamente propaladas, e machinalmente abraçadas por pessoas, que costumam medir pela mesma bitola a verdade e a mentira, se faz manifesta e revoltante injustiça a quem não esta no caso de a merecer.

Existem, desde longo tempo, injustas preocupações a respeito deste malfado Pajeú, que, transmittidas de bocca em bocca, vão como que eternizando erros pouco decorosos, que seria conveniente desterrar. Eu proprio tenho ouvido a pessoas de diversas comarcas e provincias julgar os seus habitantes de um modo tão insidioso, que faria vergonha a alguém confessar-se Pajeuense, para não passar por assassino, ou desordeiro na opinião descaridosa e temeraria desses senhores. (DP, PE, 16/03/1854, p. 2).

Seguindo a tônica de defesa dos seus habitantes, não deixa de chamar a atenção o fato de que, embora considerasse injustas as muitas pechas a eles atribuídas, ainda assim se negava caracterizar-lhes como povo “cultivado e esclarecido”:

O desmentido porém de um juizo tão desfavoravel, quanto injusto, feito de um povo menos feliz que sensato, menos cultivado e esclarecido que discreto e moralizado,

está na justa apreciação dos factos historicos da sua vida, dos seus habitos e costumes que repellem uma semelhante censura. (DP, PE, 16/03/1854, p. 2)

A falta de luzes é a grande carência segundo o correspondente, mas tal carência não redundava, segundo sua defesa, na constituição de um povo insensato, indiscreto e imoral.

Mas para que não passe sem algum reparo uma tão pesada accusação, convém dizer, que poucas comarcas de Pernambuco levarão as lampas a Pajeú na moralidade, boa índole, e honestidade dos seus habitantes. Falta-nos he verdade conhecimento das sciencias, das artes, e mesmo de todas as especies de industria, cujo exercicio demanda um certo gráo de desenvolvimento intellectual, mas sobra-nos, em compensação, diligencia e amor ao trabalho para, no exercicio das occupações que continuem o nosso modo de vida, vencermos as grandes difficuldades que a Providencia unio ao nosso solo. (DP, PE, 16/03/1854, p. 2)

Retrucando, então, as infundadas acusações, embora reconhecesse e reforçasse a imagem de gente pouco esclarecida dada a falta de “conhecimento das sciencias, das artes e mesmo de todas as especies de indústria”, caracterizava os habitantes de boa índole, honestos, morais, diligentes e amantes do trabalho. A escassez de “um certo gráo de desenvolvimento intellectual” não se associava à desonestidade nem muito menos ao rechaço do trabalho, um dos valores-pilares da sociedade burguesa.

Os Pajeuenses são de um genio, posto que naturalmente ativo a certos respeitos, com tudo brando, pacifico e hospitaleiro, assim como são em geral sizudos, laboriosos e economicos: são tão obedientes e respeitadores das leis, quanto aferrados aos principios e praticas religiosas. [...]. (DP, PE, 16/03/1854, p. 2)

A partir desse momento, o autor que não revela a identidade começa a interpretar a participação dos pajeuenses em rebeliões e conflitos passados como fruto da sanha de uma pequena minoria criminosa e incendiária que não representaria, em absoluto, a população como um todo. Refere-se, por exemplo, às primeiras agitações da praieira, já em fins de 1848, que também “echoaram [...] nesta comarca”, lideradas apenas por “alguns opposicionistas despeitados, instigados por [...] insinuações hostis ao governo” que, reunindo “pequenos grupos” “composto[s] de homens criminosos e de diversas comarcas e província”, resistiram “a força da legalidade” (DP, PE, 16/03/1854, p. 2).

Para reforçar a tese de que as mortes e excessos havidos foram obra dessa minoria, afirma que eles “não só não constituíam o partido da opposição”, como tampouco havia seus mais proeminentes membros tomado parte direta nos sucessos, o que lhe levou ainda a lapidar

uma frase cheia de encômios às lideranças liberais: “Honra, pois, seja feita a moralidade e espirito ordeiro da opposição do Pajeú”.

O segundo exemplo trazido imediatamente à baila diz respeito aos conflitos ocorridos na região a raiz do já referido decreto de nascimentos e óbitos. Também aqui os excessos são atribuídos antes a “homens perversos” do que ao povo de Pajeú, e inclusive a virulência com que se deu em outras comarcas, nada se comparava, afirmava, com a forma mais atenuada que, supostamente, tinha-se dado naquela.

Quando em 1852 os regulamentos sobre o censo, e sobre os nascimentos e obitos, serviram de pretexto aos movimentos, que então se desenvolveram em varias comarcas desta provincia, a sizania de captiveiro lavrou tambem em Pajeú, porque em toda parte há homens perversos, cuja missão sobre a terra he só fazer o mal; mas os effeitos moraes, que sobre o povo ignorante e desfavorecido da natureza e da fortuna, produzio esta insinuação incendiaria, entre nós, foram mui diversos dos que se manifestaram em Limoeiro, Pao d’Alho, Nazareth e outros lugares. Alli todos nós sabemos o que houve, e o Sr. major Portella e o Revm.º Sr. Fr. Caetano o sabem ainda melhor; sendo que nesta comarca, apezar do desgosto que produzio a publicação desse regulamento, por alguns defeitos que ele encerra, e que esperamos ver reformados, nunca se suppoz a possibilidade ao menos de um ajuntamento licito para fazer reclamações. (DP, PE, 16/03/1854, p. 2).

Concluindo o escrito, asseverava que “o diverso modo de proceder dos Pajeuenses prova exuberantemente, que elles tem mais consciencia de si, mais exactas idéas a respeito da sua liberdade, mais fé nas instituições e mais confiança no governo e nos legisladores do seu paiz”. Ou seja, são incultos, mas partidários da ordem e da civilização. São atrasados, mas moralizados e respeitosos com as instituições e o Estado, contrários, portanto, ao crime e a perfídia.

Nesses textos, a desmoralização de um povo também aparece claramente associada à desatenção dos preceitos religiosos. A sua inexistência, indo mais longe, era uma das características mais evidentes da barbárie e do atraso material e humano, uma vez que não se concebia nada fora de uma experiência católico-romana. Não em vão, em outra carta particular, também oriunda da Comarca de Pajeú, escrita em 1º de janeiro de 1854, o missivista narrou os logros da missão do “veneravel missionario Fr. Caetano, prefeito da Penha”, realizado na referida comarca. Destacou-se de sua atuação, por exemplo, o fato de ter

[...] chamado ao gremio da religião catholicos pessoas de ambos os sexos, que havendo encanecido no brutal indifferentismo, ou na mais reprehensivel irreligiosidade, nenhuma esperança davam, de que, em seus perversos corações, podesse ter accesso a doutrina evangelica. Tem casado ou apartado da união illicita um extraordinario numero de pessoas, que viviam em escandaloso concubinato.

Tem feito uma tão rigorosa politica a respeito da prevenção dos delictos, acabando com as odiosidades e malquerenças, tomando armas e aniquilando mesmo aquellas que não pertencem a nação, que o empregado policial das melhores intenções e cercados dos maiores recursos, não poderia imitta-lo (DP, PE, 04/02/1854, p. 2).

E continua...

Se em algum povoado não encontra igreja, elle a edifica; se he pequena, elle a augmenta; se falta agua, constroe açude; se as inhumações se fazem nas igrejas, elle desterra o pernicioso abuso e o substitue pelo enterramento em cemiterios, que faz construir; se os templos não são tratados e zelados com a decencia devida, crea irmandades que especialmente se encarreguem desta tarefa; se as igrejas não tem patrimonio, elle os obtem e consolida; enfim são innumerous e incalculaveis os beneficios materiaes e moraes, que este homem extraordinario tem feito a provincia, promovendo a felicidade interna e externa dos seus habitantes, poupando ao thesouro e a bolsa dos particulares as sommas enormes, que seriam necessarias para a construção das grandiosas obras que tem concluido, sem outro auxilio mais do que o do evangelho na bocca, de um crucifixo em uma mão e um cajado na outra. (DP, PE, 04/02/1854, p. 2).

Ao enaltecer a missão do referido frei, destaca-se também uma espécie de cruzada civilizadora promovida por aquele clérigo que, apenas com o “evangelho na boca”, e com um “crucifixo em uma mão e um cajado na outra” lograra feitos que nem mesmo o Estado e seus representantes conseguiriam por mais apetrechados e “cercados dos maiores recursos”. Embora ressalte-se aqui positivamente o papel de Frei Caetano, o fato de a presença de um representante da Igreja ter tido maior eficácia que o Estado não deixava de mostrar quão apegados estavam às velhas práticas de religiosidade e misticismo, de caráter fortemente pessoalista, onde não raro sobressaíam determinadas figuras de eclesiásticos.

Para os círculos letrados ou representantes da sociedade culta, algo assim só comprovaria o atraso e o exotismo do povo interiorano, ou, como salientou Carneiro Vilella, em seu romance *Noêmnia*, a pureza de rudes corações campesinos.

Os costumes do campo, acrescenta o autor, apresentavam um franco contraste com aqueles da cidade. Em matéria de religião, por exemplo, ele olhava em torno de si e observava que as populações se portavam “com esse respeito e devoção, que hoje já não se encontram nas cidades, mas que se refugiam nos corações simples e rudes dos habitantes do campo”. (VILELLA, 1894, p. 80 *apud* ARRAIS, 2004, p. 445).

Gestos de insubmissão ao Estado e às leis eram tomados, geralmente, como sinais de incivilização. O correspondente “X.”, da comarca de Nazaré, em carta particular de 12 de dezembro de 1853, narrou, por exemplo, a resistência por parte dos moradores de Vicência em aceitar a mudança dos dias de feira estabelecido pela câmara municipal, alegando que o “povo não gosta de abrir mão tão facilmente de um costume, e ainda quando esse costume

fosse em prejuízo do mesmo povo”. O comentário questiona a capacidade do “povo” em se guiar por um pensamento lógico e racional, típico das gentes incultas e incivilizadas.

A deliberação tomada pela camara, de mudar as diferentes feiras para dias diversos daquelles, em que foram instituidas ab initio, vai dando idéa de produzir aquillo, que era bem facil de prever, se se attendesse aqui: o povo não gosta de abrir mão tão facilmente de um costume, e ainda quando esse costume fosse em prejuizo do mesmo povo: em abono desta verdade ahi está esse grande alvoroço, havido em Madrid no anno de 1766, por causa da ordenança que mandou arredondar os chapéos, sendo que por isso Carlos III teve um tal desgosto, que esteve a ponto de mudar a séde do governo para Sevilha. Mas, onde me vou mettendo? Se o Moraes souber disto briga; voltemos, portanto ao pobre assumpto: consta-me que há alguma agitação os moradores da Vicencia, por causa da referida mudança; e que o subdelegado respectivo nutre apprehensões a respeito. (DP, PE, 07/01/1854, p. 2).

Por outra parte, trazia-se muito recorrentemente às missivas uma certa imagem de um interior selvagem, “virgem”, pouco explorado e, portanto, desconhecido, privado da indústria e do desenvolvimento econômico. Daí que a melhor propaganda-justificativa para a construção de estradas de ferro, por exemplo, do Recife para o São Francisco, se desse precisamente nesses termos. Conforme uma carta particular datada em 8 de fevereiro de 1854, enviada da comarca de Garanhuns:

Não há muitos annos, que um habil engenheiro estrangeiro, que por algum tempo esteve entre nós na direcção das obras publicas, a que grande impulso deu o seu reconhecido talento, julgava não poder manter esta provincia uma estrada de ferro a moderna com os seus rails metalicos e locomotivas em attenção ás grandes despezas de semelhante obra e ao insufficiente rendimento que apresentaria, por não haver na provincia um centro de produção, que podesse com vantagem ser unido á praça do Recife, onde o consumo he consideravel. Mas hoje, que está realisado, não só o contrato para a factura das 20 leguas de estrada do Recife até Agua-Preta, senão tambem a concessão, e sem a garantia do governo, para a continuação da linha deste ponto ao rio de San Francisco, ninguem já duvida das vantagens de uma via ferrea, que communique o nosso *Volga* com o Oceano. Dar animação á cultura na extensa e fertillissima margem do rio de San Francisco, onde muitos terrenos existem virgens e se perdem innumerous productos por falta de braços; plantar e desenvolver consideravelmente o commercio nessas regiões incultas; disseminar e dar impulso as povoações, attrahindo a emigração e promovendo a colonisação espontanea, que he a que nos convém; será, digo, um grande passo para a civilisação. (DP, PE, 17/02/1854, p. 2).

É importante lembrar com Pereira que “cultivar as terras era, segundo o entendimento dos parlamentares, um modo de civilizar e tomar posse do território” (2010, p. 290). Embora a assertiva se refira ao primeiro reinado, podemos enequivocamente estendê-la ao nosso período e ampliar a impressão para além dos representantes da nação, já que muitos proprietários, negociantes e intelectuais locais também a compartilhavam. Não em vão se afirmou na carta acima que o desenvolvimento do comércio e o impulso às povoações por

meio do incentivo a “emigração” e à “colonização expotanea” seria “um grande passo para a civilização”.

3.2.3 As imagens da barbárie e do incivilizado

A comissão de crimes é, sem dúvida, uma das imagens da barbárie e incivilização por excelência. No século XIX era recorrente nos relatórios dos presidentes da província a associação entre crimes hediondos e a falta de civilização do povo. Os jornais e seus correspondentes seguiam a mesma tônica, criando fórmulas do tipo “he para doer o nosso atrazado estado de civilização”, conforme escreveu um correspondente de Igarassú, em 16 de maio de 1854, ao narrar um crime de sangue cometido na madrugada do dia 12 daquele mês.

Arriscando uma avaliação sobre os números delitivos da província, o missivista acaba por personificar o conceito de *civilização*. Para ele a culpa é essencialmente da “nossa civilização”. Como dizia, é ela que “que faz com que tantas feras ainda vivam entre nós gozando do titulo de cidadãos”, concluindo, portanto, que “a civilização deve sobre tudo merecer as atenções dos poderes do estado”:

Seus correspondentes nos quatro mezes proximos passados, deram conta de 25 mortes, 4 tentativas, e 14 ferimentos; ora, não tendo Vmc. ainda noticiadores em todos os pontos da provincia, não mencionando eu os attentados, que tiveram lugar na capital, e muito bem podendo ser, que alguns tenham escapado aos correspondentes, pergunto eu: será essa cifra que menciono, a terça parte dos crimes que temos de lamentar contra a segurança individual? Eu não attribuo esse miseravel estado de cousas sómente á pouca actividade da policia; porque vejo, que na capital, onde ella trabalha regularmente, se tem dado factos bem horrorosos; porque observo, que o Exm. Presidente da provincia tem sido incansavel em perseguir os criminosos; eu attribuo á nossa civilização, que faz com que, quando se não proteja escandalosamente o malvado, se olhe com indifferença para elle: que faz com que tantas feras ainda vivam entre nós gozando do titulo de cidadãos. Portanto a civilização deve sobre tudo merecer as atenções dos poderes do estado. Este pobre correspondente tambem deseja muito os beneficios materiaes, e já o tem dito, e por elles já tem reclamado; por que eu estou convencido, que são o livro, em que lê o povo; embora diga um escriptor francez, que as paginas impressas são para o sabio, ou para o instruido pelo menos, e que o livro de pedra dá mais gloria, porque toca mais sensivelmente, e porque deixa mais beneficios. Sou partidarista, repito, dos beneficios materiaes; mas não esqueço, antes sobreponho o progresso moral, pois não quero prender leões com ligas de ouro, nem encerrar tigres em sumptuosos palacios. [...]. (DP, PE, 20/05/1854, p. 1).

O correspondente “X.”, em nova correspondência de 16 de junho de 1854, também dedicou algumas linhas ao panorama delitivo da província. Mesmo afirmando ser necessário inventariar os crimes e realizar uma análise minuciosa das suas causas, não deixa de atribuir tudo à “depravação dos costumes”:

Todos os sentem, porque he evidente: a grande chaga da sociedade em que vivemos, he sem contradição a horrorosa frequencia dos crimes, especialmente o homicidio: submergimo-nos, he força confessa-lo, em um mar de sangue; e quando houvermos organizado sobre dados certos o grande inventario dos crimes perpetrados quasi diariamente e em todos os lugares, e lhe adicionarmos uma minuciosa analyse das causas efficientes, das circunstancias que os tem revestidos, e tivermos avaliado o mal moral e material, que he consequencia deste estado de cousas, teremos composto, sem porventura o querermos, o mais pungente epigramma á civilização dos nossos dias, e exhibido uma prova inconcussa da depravação dos costumes. (DP, PE, 07/07/1854, p. 3).

Após uma digressão em que não faltou a voluntária inclusão no “nós, obscuros sertanejos”, passando por uma reflexão sobre a existência do mal e o compromisso do Estado na erradicação dos crimes e punição dos delinquentes, o autor revela quem ele via como os autênticos rostos por trás dos crimes:

Não he certamente para gente culta, que aqui deixamos essas incompletas reflexões: aos nossos conterraneos, aos homens singelos do campo, que são facilmente dominados por influencias estranhas, irresistiveis; a despeito muitas vezes do pronunciado pendor de suas consciencias; estes he, que desejaremos trazer a melhor accordo. He por todos conhecida a causa do progressivo augmento do numero dos crimes; causa principal senão unica, diz Exm. Sr. José Thomaz Nabuco de Araujo em um dos seus relatorios ao chefe de policia: a impunidade. Cumpre investigar e remover as causas da impunidade: são ellas diversas e por demais patentes á perspicacia de muitos; o remedio esperemo-lo das altas intelligencias do paiz. Entretanto aquelle que acuradamente houver lido o projecto de *reformas judicarias*, talvez ahí tenha achado o correctivo para todas ellas. (DP, PE, 07/07/1854, p. 3).

Perceba-se aqui a inferência direta aos homens do campo como seres extremamente passionais, “facilmente dominados por influencias estranhas” e “irresistiveis”. Irracionais e desprovidos de consciência, portanto, só poderiam ser *salvos* pelo *avanço da civilização*. Os homens que rompiam o contrato social, eram vistos e representados normalmente pelos correspondentes como os *outros*, isto é, aqueles que não somente se resistiam como também prejudicavam o melhoramento da *civilização*. Seriam como esses “outros” também identificados por Hobsbawm, ao referir-se ao período entre 1789 e 1848, fruto da dupla revolução que dividiu a sociedade ocidental em duas opiniões majoritárias, a saber, os que “acreditavam no progresso e os outros”. (1998, p. 255).

Este tipo de representação também foi identificado por Brandão (2001, p. 161) “entre os cronistas e viajantes mais detalhistas”. Segundo ela, “a percepção do modo de vida do sertanejo e do próprio sertanejo, além de superficial, tinha por base conceitos formados antecipadamente a partir de elementos estranhos ao mundo do sertão. Daí o modo

depreciativo e exclamativo como são descritas as pessoas do interior nordestino neste tipo de fonte”.

Assim temos como imagens da barbárie e incivilização, além do crime e do criminoso, a reação de insegurança produzida na população. Acrescente-se a essas a impunidade que também se dizia viçar em algumas comarcas, aumentando ainda mais a percepção de uma terra sem lei e extremamente perigosa.

Em carta particular oriunda da comarca da Boa Vista, de 17 de junho de 1854, pode-se entrever praticamente todas essas imagens e elementos. Escrevendo do sertão profundo, o correspondente lamentava-se da “situação desta comarca” que, em seu entendimento, “parece uma exceção no meio das suas irmãs”.

Se as outras ainda não tem conseguido uma grande civilização, ao menos gozam de mais segurança individual e de propriedade, e por consequencia os crimes em geral recebem a devida punição.

Aqui pelo contrario, a lei quasi que he desconhecida, e os crimes mais hediondos passam desapercibidos. Os criminosos asseveram com a maior imprudencia que possuem dinheiro para se livrarem, e, tal he a impunidade, que vivem tranquillos em suas casas, sem recear o menor incommodo?

José Carneiro de Andrada Nogueira, assassino da propria mulher, e que, segundo dizem, há pouco mandára matar a Lourenço de tal, morador no Sacco Grande, está divertindo-se na villa de Ouricury, como um simples prisioneiro, e Vicente de Souza, achando-se em casa de um compadre, matou-o com uma mão de pilão, porque não o queria vêr junto da comadre. No Exú dous individuos ha pouco tempo se assassinaram reciprocamente; suppõe-se que esta obra era encommendada. Em Serra Branca, Marcos Taveira matou uma nora grávida, sendo coadjuvado nesta execução pelo proprio filho, marido da infeliz; em Sítios Novos foi esfaqueado um facinora, que passeava impunemente, pelos parentes da victima que elle havia mandado para o outro mundo.

Na comarca da Bôa-Vista ultimamente tem havido mais de 14 assassinatos! E o que he feito destes criminosos? Pela mór parte se acham livres. O ultimo jury que houve nesta comarca foi em 1852. Nessa occasião absolveram-se criminosos de 4 e 5 mortes, um só não foi condenado: absolveram até um assassino que ha 10 ou 12 annos havia sido sentenciado a pena ultima. Revela notar que este homem nunca appellou da sentença, que foi sustentada pelo jury e pelo promotor: está vivendo sosegado em sua casa. (DP, PE, 13/07/1854, p. 2).

Repare-se na passagem anterior como a “segurança individual e de propriedade”, pilares da sociedade burguesa oitocentista, é claramente associada à “grande civilização”. Civilizar, portanto, consiste na introdução de hábitos e valores acordes ao modelo burguês até torná-los naturalizados e automáticos conforme a noção de *processo civilizador* de Norbert Elias.

O processo de civilização consiste, antes de mais, na interiorização individual das proibições que, anteriormente, eram impostas do exterior, numa transformação da economia psíquica que fortalece os mecanismos do autocontrolo exercido sobre as pulsões e emoções e que faz passar do condicionamento social [Gesellschaftliche Zwang] ao autocondicionamento [selbstzwang]. (CHARTIER, 2002, p. 110)

A vida e a propriedade são elementos fundantes da concepção burguesa de sociedade, de forma que não deve estranhar em absoluto a preocupação do correspondente ao afirmar que “aqui não existe direito de propriedade”.

Os gados dos criadores são levados publicamente pelos ladrões ao mercado publico; e não julgue que ha exageração, he uma pura verdade. Alexandre Gomes foi roubado por 8 ladrões em mais de 3:000\$, á vista de toda a gente, na sua propria casa, a mulher do Gomes recebeu alguns ferimentos á faca sobre os peitos, e elle sahio criminoso, pagou o valor da injuria, e os salteadores ficaram impunidos. Não ha fazendeiro, nem criador que se atreva a queixar-se, e quando o fizessem não seriam attendidos. (DP, PE, 13/07/1854, p. 2)

Em outra carta escrita pelas mesmas mãos, datada em 22 de junho, publicada conjuntamente à primeira no mesmo número do Diario de Pernambuco, o missivista em questão carregou suas descrições e impressões com tons ainda mais escuros e fatais. Não somente assevera ser “sempre calamitoso” o “estado desta comarca”, como sentenciar que: “Enfim, aqui ha uma ausencia completa de civilização, vivemos n’uma completa selvajeria”.

O estado desta comarca he sempre calamitoso. O capitão Penteado, delegado da Bôa-Vista, retirou-se com o destacamento para aquelle termo; o delegado e subdelegado, que moram no mesmo termo, na freguezia de Cabrobó, 10 ou 12 leguas distante da villa, ha muito que a abandonaram; de modo que se póde dizer que estamos ao desamparo, e expostos aos assassinos e ladrões. O supplente do delegado, do subdelegado e do juiz municipal, etc., etc., he tão apaixonado pelo jogo que vive todo entregue a este fatal entretenimento.

Os muitos assassinos que ahi se commettem quasi nunca são processados por falta de provas. Então os assassinos se evadem, e procuram novas victimas. A audacia dos ladroes não tem exemplo em parte alguma, arrebatam ao trabalho os bois manços, e os vendem e comem publicamente; e, aterrorizados pelas facas e bacamartes, os pacíficos donos soffrem tudo calados. Ninguem tem animo de dizer cousa alguma. Lourenço Justiniano de Souza foi esfaqueado ás 8 horas da noite por haver dito que vira alguns ladrões furtar umas vaccas.

Enfim, aqui ha uma ausencia completa de civilização, vivemos n’uma completa selvajeria. (DP, PE, 13/07/1854, p. 2).

A crítica à ausência do Estado, ou a precariedade de suas instituições e representantes, também deve ser tomada como imagens da barbárie descritas pelos correspondentes sobre diferentes pontos do interior da província de Pernambuco. Denúncias e desabafos desse tipo eram recorrentes, conformando um discurso que, conseqüentemente, acabava por gerar imagens poderosas sobre o estado de civilização acerca do interior e de suas gentes.

Em muitas correspondências notamos também a preferência pela expressão “moralização” em lugar de “civilização”, mas usada praticamente como sinônimo. “Veritas”, por exemplo, escrevendo de Vitória, em 19 de maio de 1860, disse sobre as prisões de ladrões e criminosos que:

Quando em épocas passadas se davam alguns varejos para a prisão de criminosos, gritava-se perseguição hoje porém o que se diz? Queremos moralisar o paiz. Está portanto justificado o anterior procedimento.
Bom é o programma da moralisação: porque um povo sem moralidade não pode ser feliz. (DP, COR, 24/05/1860, p. 3).

Outro elemento que merece ser melhor avaliado por sua recorrência e por aparecer como uma espécie de termômetro do nível de civilização de uma sociedade, é a representação sobre a qualidade da administração e exercício da justiça. Em carta assinada na Vila do Buique, comarca de Garanhuns, pelo “O apreciador do merito”, em 15 de janeiro de 1863, se renderam honras e louvores ao juiz Balbino Cesar de Mello. Através do panegírico, observam-se justamente os elementos idealizados acerca da figura do magistrado isento de interesses e ideologicamente neutro, inteiramente a serviço do povo. Em palavras do próprio missivista:

Por toda a parte a justiça é a primeira necessidade moral do povo; e por isso debaixo de todos os climas o magistrado que a distribue é considerado como o abrigo dos cidadãos, e o protector legitimo da paz das familias e da tranquillidade do lugar que tem a fortuna de o possuir. (DP, COM, 31/01/1863, p. 2).

Mas para lograr que tais homens realmente se convertessem na “primeira necessidade moral do povo”, “abrigo do cidadão”, e “protetor legítimo da paz das famílias e da tranquillidade”, fazia-se necessário “que não seja chefe de parcialidades políticas, que não tome parte em mesquinhas intrigas” e “que ouça a todos, e que a todos trate bem”. Somente assim, circundando prudente e ilustradamente as parcialidades é que teria a aldeia, vila ou cidade “tranquila e satisfeita a sombra da lei”. (DP, COM, 31/01/1863, p. 2).

Um pouco menos de três anos antes, o mesmo correspondente escreveu aos “srs. redactores” do Diarrio de Pernambuco tecendo elogios sobre o papel desempenhado por outro juiz de direito da comarca da Boa Vista, Francisco de Faria Lemos, em ocasião de sua nomeação de Chefe de Polícia da Província do Piauí. “O apreciador do merito”, em carta de 1º de abril de 1860, destacou a atuação do referido magistrado na vila de Ouricuri, especialmente em relação as suas ações contra a famigerada *lei do mais forte*, largamente enraizada na

região. Novamente, se traz à baila a imagem de ausência do Estado nos sertões pernambucanos:

Não podemos mesmo fazer uma analyse do estado infeliz em que nos temos sempre achado neste desgraçado termo do Ouricury, e tudo quanto podessemos dizer seria pouco a seu respeito: porque, por mais que dissessemos não podíamos orientar o publico no que se dá por estes lugares tão afastados da ação do governo supremo. (DP, COR, 24/05/1860, p. 3).

Ao ressaltar os méritos do magistrado (talvez colega de profissão?), o correspondente praticamente o coloca como uma espécie de salvador de Ouricuri, cujo termo, utilizando uma linguagem médica, jazia “como um doente nas ancias da morte sem mais esperança na medicina, pulou do lei[to] de dor e sua cura ia-se realizando com as mais lisongeiras esperanças”. O termo sertanejo, a partir de então, é retratado como uma terra sem lei, trazida à civilização pelo referido juiz de direito:

Quem não lembrar-se-ha neste termo que elle estava a queimar-se no dia em que tomou conta da vara de juiz de direito o Sr. Lemos? Quem não sabe quantos processos de vinganças se forgicavam a drede para affastar uns e chegar outros que delles se separava? Todos nós sabemos destes desgraçados manejos; todos os conheceram; mas pergunto, o que succedeu quando o Sr. Dr. Lemos chegou na villa de Ouricury? Não queremos personalisar a pessoa alguma porque meu fim não é offender alguém, seguimos a narração dos factos, elles fallam mui alto para que precisemos de pessoas. Quem era innocente foi livre, quem era criminoso foi condemnado. Este magistrado energico e valente fez com a voz da justiça calar tudo. Acima de todas as considerações está a lei, e minha reputação, grita o magistrado; os proprios condemnados eram contentes e respeitavam no homem a lei e a justiça, não houve uma só pessoa nesta comarca que pedisse um favor ao Sr. Dr. Faria tendente ao seu magisterio, o que era de lei elle fazia o que não, ninguem lhe pedia, não houve um só potentado que não se humilhasse com suas decisões pois nellas encheravam a mais recta justiça; o proprio Sr. José Joaquim de Barros com sua espada e suas bayonetas humilhou-se quando recebeu a sentença se sua condemnação. O Sr. Dr. Faria deve ufanar-se e dizer, que nenhum empregado publico nesta comarca fez o que S. S. fez, e póde dizer com orgulho que não deixou um só inimigo nem mesmo desafeiçoados. (DP, COR, 24/05/1860, p. 3).

Ainda nesse mesmo sentido é muito curiosa a carta enviada de Paudalho, de 24 de julho de 1870, assinada pelo “O despertador”. Trata-se em realidade de uma correspondência-réplica a outro texto publicado no Liberal de 21 do corrente mês e ano, onde, pelo visto, se teceram severas críticas sobre os usos e costumes dos habitantes da referida comarca, assim como também acerca dos funcionários públicos, da administração judiciária, e aos zeladores das leis.

Quem tiver lido a correspondencia desta comarca publicada no Liberal de 21 do corrente, fará por certo um pessimo juizo, quer da indole e costumes do povo que

habita esta porção de territorio, quer dos funcionarios publicos, a quem é commettida a administração da justiça, a guarda das leis, e a força para reprimir os excessos de todos aquelles que sahindo da orbita de seus deveres, offenderem os direitos dos outros.

E' tal o estado de barbarismo deste lugar descripto pelo correspondente do Liberal, que a ser verdade o que elle afirma, nem a liberdade, nem a honra, nem a vida dos cidadãos podiam considerar-se garantidas! (DP, PP, 26/07/1870, p. 3).

Exceptuando o fundo político das críticas, o escrito não deixa de mostrar como os correspondentes se preocupavam com a imagem que seus textos produziam sobre os lugares, coisas, gentes e instituições, comprovação que podemos estender para os potenciais leitores e ouvintes das notícias publicadas no Diário de Pernambuco. A descrição feita acabava por criar ou cristalizar determinadas visões pouco matizadas sobre as comarcas que, como era de esperar, nem sempre se aproximava realmente à região ou pessoas, objeto daquelas tintas. Tendo em mente a necessidade de atualizar as palavras de Chartier para o nosso contexto e período histórico, vale aqui recuperar o seu entendimento sobre o conceito de “representação”:

As formas de teatralização da vida social na sociedade de Antigo Regime dão o exemplo mais manifesto de uma perversão da relação de representação. Todas visam, de fato, a fazer com que a coisa não tenha existência a não ser na imagem que exhibe, que a representação mascare ao invés de pintar adequadamente o que é seu referente. (1991, p. 185).

Algo muito parecido também escreveu “José do Egipto”, intitulado-se o segundo correspondente da comarca de Paudalho, em carta do dia 29 de julho de 1854. Conforme o correspondente, se por um lado já não existia “rixas, divisões de partidos e discordias, [por outro,] temos a reciproca desconfiança, reserva absoluta e muito jesuitismo para um lugar onde a illustração he uma palavra ainda não definida”. Lamentava-se, portanto, tal como seu colega da comarca da Boa Vista, que “até nos faltam uma boa administração policial, segurança inteira de propriedade, e quanto á individual estaria na mesma razão d’aquella, se não fosse o espirito religioso e fanatico deste povo, que lhe inspira muita tendencia para o *bem*”. (DP, PE, 01/08/1854, p. 3).

Conclusão

Para essas palavras finais, talvez valha lembrar aqui que o Diário de Pernambuco foi, durante muito tempo, não somente o mais longo, o principal jornal da região.

Recife era também centro jornalístico de uma vasta área que ia de Alagoas até o Maranhão, como pôde constatar Gilberto Freyre, ao pesquisar os anúncios publicados no Diário de Pernambuco, ao longo do século XIX e início do século XX. Ele usa a área de influência deste jornal para definir os limites do que seria a região Nordeste. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 72).

É essa nossa maior justificativa por ter optado por trabalhar unicamente com a referida folha, embora alguns pontos deste trabalho, também pudessem ser evidenciados a partir de outros periódicos menores e de existência mais efêmera, ou, inclusive, complementando-se.

O projeto original apresentado e defendido durante o processo de seleção para ingresso no Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Católica de Pernambuco, tinha como objetivo geral analisar as visões do cotidiano e das transformações sociais das comarcas pernambucanas (salvo o Recife), a partir de um levantamento exaustivo das correspondências enviadas ao Diário, do interior da província, entre 1850 e 1870. Não obstante, comprovou-se, conforme a pesquisa avançou, que a amostragem realizada anteriormente havia passado uma falsa impressão de que se disporia de muitas narrativas, discursos, e percepções sobre as quais se poderia elaborar categorias de representações sobre as gentes, o cotidiano, os usos e costumes, e transformações sociais ocorridos no mundo rural pernambucano. Ledo engano!

Como já se sabia, as pesquisas não demoraram em demonstrar, realmente, a existência de uma quantidade ingente de cartas enviadas por correspondentes, desde as mais próximas, até as mais distantes localidades/comarcas pernambucanas, mas o que destacou pela abundância numérica, não correspondeu em termos qualitativos. Isso fez, portanto, que as pretensões iniciais sofressem um redirecionamento de percurso, que levou à escolha deliberada de algumas imagens e representações em detrimento de outras, em virtude da escassez apontada, que não atendia ao objeto de análise proposto.

A pesquisa, não obstante, também acabaria por revelar a causa do *problema*. Acompanhando a prática correspondente mais profissionalizada, precisamente a partir de 1853, quando alguns indivíduos letrados tomaram paulatinamente para si a incumbência de

noticiar sobre uma comarca inteira, detectou-se, já em 1859, ano da vinda da comitiva imperial a Pernambuco⁴², uma brusca retração daquele tipo de exercício epistolar.

Após esse breve período, ao qual se poderia chamar de idade de ouro da prática correspondente, uma mudança na edição do jornal que colocou sob a responsabilidade dos redatores a compilação das notícias oriundas das localidades e comarcas interioranas, publicadas muitas delas, a partir de então, sem assinaturas ou pseudônimos, fez com que esse trabalho de edição enxugasse a elaboração narrativa (portanto, qualitativa) dos referidos correspondentes comarcais. Explica-se, assim, o motivo pelo qual a quantidade de correspondências não acompanhava mais a qualidade das figuras de linguagem e representações que antes lançavam mão os correspondentes.

Essa mudança fez mudar todo o movimento missivista, já que de se publicar majoritariamente na coluna Pernambuco, passou-se a uma prática de envio de cartas que tratavam, em geral, sobre assuntos específicos ou acontecimentos isolados, muitas vezes de ordem essencialmente particular, o que explica por sua vez o aparecimento dessas publicações nas colunas Correspondências, Publicações a pedido e Comunicados.

O vácuo verificado na amostragem, relativa à década de 1860, não significa, portanto, que tenha havido o cese da *atividade noticiosa comarcal* no Diário de Pernambuco, simplesmente tal prática passou a ser uma função mais ou menos de responsabilidade do próprio jornal, deixando-se, apenas, de se publicarem as muitas vezes extensas epístolas dos correspondentes noticiosos oficiais. Daí que se teve que optar por mapear e discutir aqueles quadros narrativos mais repetidos, utilizados para descrever, pintar, e representar o interior e suas gentes a partir da instrumentalização de conceitos, como: bárbaro, civilizado, atraso, progresso, moralidade, ilustração e matuto, etc.

Conforme se colocou de manifesto, essas imagens e representações acerca, por exemplo, do matuto, do atraso, da barbárie e (in)civilização chocavam frontalmente com outro discurso proveniente do *litoral*, assinado por literatos que olhavam para dentro, isto é, para o mundo rural, a partir de uma concepção completamente idealizada e utópica. As duas produziam ou reforçavam estereótipos e representações há muito em circulação, mas, enquanto a elaborada pelos correspondentes colocava a capital como o caminho do progresso e da civilização, os referidos intelectuais apontavam para o *hinterland* pernambucano como a essência da identidade regional e salvação das sociedades urbanizadas. O matuto (representando as gentes do mundo rural como um todo) aparvalhado ou arredio para os

⁴² Sobre os motivos da viagem realizada por D. Pedro II a Pernambuco, em 1859, veja-se: COSTA, 2019.

primeiros, passa a ser para os segundos uma espécie de homem/mulher não degenerada pelo contágio do mundo urbano.

Poder-se-ia atribuir a esse choque/embate de representações concorrentes o motivo pelo qual a prática correspondente sofrera modificações a tal ponto que a tornaria praticamente residual, já na década de 1860? Ou seria pura casualidade? Não temos como desenvolver uma resposta, mas a hipótese não deixa de ser tentadora, até porque, afinal de contas, vencera o *litoral*.

Fontes e referências

Fontes:

AFDR – Arquivo da Faculdade de Direito do Recife

APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

BN – Biblioteca Nacional

Center for Research Libraries – CRL Digital Delivery System

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

DIREITO, Arquivo da Faculdade de. *Livro de certidões de idade*. 1851-1853.

GUEVARA, Vellez. [*Discussão sobre projeto de amancipação da vila de Igarassu, 23ª sessão ordinária da Assembléia Provincial (Pernambuco) em 10 de maio de 1850*]. Recife, PE: [s.n.], 10/05/1850. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 20 maio. 2019.

LEWIS, H. *Matuto*: Pernambuco. [S.I.: s.n.], [1848]. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=427. Acesso em: 4 jun. 2019.

LEWIS H. *Matuto*: Pernambuco. [S.I.: s.n.], [1848]. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=428>. Acesso em: 4 jun. 2019.

MELLO, Manoel Felizardo de Souza e. *Relatorio da repartição dos negocios da agricultura, commercio e obras publicas apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima primeira legislatura pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Manoel Felizardo de Souza e Mello*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1861. Disponível em: < <http://ddsnext.crl.edu/>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

SILVA, Luís Alves de Lima e. *Relatório apresentana segunda sessão da decima primeira legislatura pelo ministro e secretario de estado dos negocios da guerra Marquez de Caxias*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862

PERNAMBUCO. *Lei Estadual n.º 130, 28 jun. 1895*”. Disponível em: <<http://www.igarassu.pe.gov.br/a-cidade/conheca-igarassu/>>. Acesso em: 23 maio 2019.

PERNAMBUCO, Mappa dos limites das comarcas e freguezias da pronvíncia de. em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart524790/cart524790.jpg>. Acesso em: 21 nov. 2018.

Periódicos:

A PROVINCIA: órgão do partido liberal. Typ. da Provincia. 1878. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 18 set. 2018.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

O LIBERAL: orgam do partido liberal em Pernambuco. Diario politico, noticioso e commercial. Typ. liberal. Pernambuco, 1870. <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

O LIBERAL PERNAMBUCANO: jornal politico e social. Typographia Nacional. Pernambuco, 1857. <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

Correspondências do A Provincia

Ano VII. Edição n.º 1426, 10 de agosto de 1878.

Correspondências do Diario de Pernambuco

Edição n.º 70, de 2 de maio de 1835.

Ano XIX. Edição n.º 100, 8 de maio de 1843.

Ano XXVI. Edição n.º 71, 28 de março de 1850.

Ano XXVI. Edição n.º 115, 18 de maio de 1850.

Ano XXVIII. Edição n.º 1, 2 de janeiro de 1852.

Ano XXIX. Edição n.º 263, 21 de novembro de 1853.

Ano XXX. Edição n.º 5, 7 de janeiro de 1854.

Ano XXX. Edição n.º 22, 27 de janeiro de 1854.

Ano XXX. Edição n.º 28, 4 de fevereiro de 1854.

Ano XXX. Edição n.º 35, 13 de fevereiro de 1854.

Ano XXX. Edição n.º 39, 17 de fevereiro de 1854.

Ano XXX. Edição n.º 62, 16 de março de 1854.

Ano XXX. Edição n.º 78, 5 de abril de 1854.

Ano XXX. Edição n.º 96, 27 de abril de 1854.

Ano XXX. Edição n.º 104, 6 de maio de 1854.

Ano XXX. Edição n.º 114, 18 de maio de 1854.

Ano XXX. Edição n.º 116, 20 de maio de 1854.

Ano XXX. Edição n.º 124, 31 de maio de 1854.

Ano XXX. Edição n.º 132, 9 de junho de 1854.

Ano XXX. Edição n.º 134, 12 de junho de 1854.

Ano XXX. Edição n.º 139, 19 de junho de 1854.

Ano XXX. Edição n.º 143, 23 de julho de 1854.

Ano XXX. Edição n.º 147, 30 de junho de 1854.
Ano XXX. Edição n.º 148, 1 de julho de 1854.
Ano XXX. Edição n.º 150, 4 de julho de 1854.
Ano XXX. Edição n.º 153, 7 de julho de 1854.
Ano XXX. Edição n.º 158, 13 de julho de 1854.
Ano XXX. Edição n.º 168, 25 de julho de 1854.
Ano XXX. Edição n.º 174, 1 de agosto de 1854.
Ano XXX. Edição n.º 183, 11 de agosto de 1854.
Ano XXX. Edição n.º 189, 19 de agosto de 1854.
Ano XXX. Edição n.º 191, 22 de agosto de 1854.
Ano XXX. Edição n.º 202, 4 de setembro de 1854.
Ano XXX. Edição n.º 209A, 13 de setembro de 1854.
Ano XXX. Edição n.º 213, 18 de setembro de 1854.
Ano XXX. Edição n.º 223, 29 de setembro de 1854.
Ano XXX. Edição n.º 230, 7 de outubro de 1854.
Ano XXX. Edição n.º 235, 13 de outubro de 1854.
Ano XXX. Edição n.º 237, 16 de outubro de 1854.
Ano XXX. Edição n.º 247, 27 de outubro de 1854.
Ano XXX. Edição n.º 248, 28 de outubro de 1854.
Ano XXX. Edição n.º 251, 2 de novembro de 1854.
Ano XXX. Edição n.º 253, 4 de novembro de 1854.
Ano XXX. Edição n.º 258, 10 de novembro de 1854.
Ano XXX. Edição n.º 262, 15 de novembro de 1854.
Ano XXX. Edição n.º 265, 18 de novembro de 1854.
Ano XXX. Edição n.º 276, 1 de dezembro de 1854.
Ano XXX. Edição n.º 292, 21 de dezembro de 1854.
Ano XXX. Edição n.º 299, 30 de dezembro de 1854.
Ano XXXI. Edição n.º 86, 14 de abril de 1855.
Ano XXXII. Edição n.º 2, 3 de janeiro de 1856.
Ano XXXII. Edição n.º 106, 3 de maio de 1856.
Ano XXXII. Edição n.º 114, 13 de maio de 1856.
Ano XXXII. Edição n.º 115, 14 de maio de 1856.
Ano XXXII. Edição n.º 200, 25 de agosto de 1856.
Ano XXXIII. Edição n.º 67, 23 de março de 1857.

Ano XXXIII. Edição n.º 96, 28 de abril de 1857.
Ano XXXIII. Edição n.º 149, 3 de julho de 1857.
Ano XXXIII. Edição n.º 156, 11 de julho de 1857.
Ano XXXIII. Edição n.º 192, 24 de agosto de 1857.
Ano XXXIII. Edição n.º 213, 18 de setembro de 1857.
Ano XXXV. Edição n.º 35, 14 de fevereiro de 1859.
Ano XXXV. Edição n.º 145, 28 de junho de 1859.
Ano XXXVI. Edição n.º 106, 7 de maio de 1860.
Ano XXXVI. Edição n.º 107, 8 de maio de 1860.
Ano XXXVI. Edição n.º 111, 12 de maio de 1860
Ano XXXVI. Edição n.º 117, 21 de maio de 1860.
Ano XXXVI. Edição n.º 118, 22 de maio de 1860.
Ano XXXVI. Edição n.º 120, 24 de maio de 1860.
Ano XXXVI. Edição n.º 137, 14 de junho de 1860.
Ano XXXVI. Edição n.º 235, 10 de outubro de 1860.
Ano XXXVII. Edição n.º 151, 4 de julho de 1861.
Ano XXXVIII. Edição n.º 48, 27 de fevereiro de 1862.
Ano XXXIX. Edição n.º 25, 31 de janeiro de 1863.
Ano XXXIX. Edição n.º 178, 6 de agosto de 1863.
Ano XXXIX. Edição n.º 298, 29 de dezembro de 1863.
Ano XL. Edição n.º 2, 4 de janeiro de 1864.
Ano XL. Edição n.º 14, 19 de fevereiro de 1864.
Ano XL. Edição n.º 74, 31 de março de 1864.
Ano XL. Edição n.º 116, 21 de maio de 1864.
Ano XL. Edição n.º 274, 29 de novembro de 1864.
Ano XL. Edição n.º 285, 13 de dezembro de 1864.
Ano XLI. Edição n.º 162, 18 de julho de 1865.
Ano XLI. Edição n.º 179, 7 de agosto de 1865.
Ano XLI. Edição n.º 220, 26 de setembro de 1865.
Ano XLI. Edição n.º 229, 6 de outubro de 1865.
Ano XLI. Edição n.º 272, 27 de novembro de 1865.
Ano XLII. Edição n.º 48, 28 de fevereiro de 1866.
Ano XLII. Edição n.º 125, 1 de junho de 1866.
Ano XLIII. Edição n.º 219, 24 de setembro de 1867.

Ano XLIII. Edição n.º 281, 6 de dezembro de 1867.
Ano XLIII. Edição n.º 283, 9 de dezembro de 1867.
Ano XLIII. Edição n.º 284, 10 de dezembro de 1867.
Ano XLIII. Edição n.º 285, 11 de dezembro de 1867.
Ano XLIII. Edição n.º 291, 18 de dezembro de 1867.
Ano XLIII. Edição n.º 292, 19 de dezembro de 1867.
Ano XLIII. Edição n.º 293, 20 de dezembro de 1867.
Ano XLIV. Edição n.º 3, 4 de janeiro de 1868.
Ano XLIV. Edição n.º 49, 28 de fevereiro de 1868.
Ano XLIV. Edição n.º 203, 4 de setembro de 1868.
Ano XLIV. Edição n.º 204, 5 de setembro de 1868.
Ano XLV. Edição n.º 15, 21 de janeiro de 1869.
Ano XLV. Edição n.º 81, 12 de abril de 1869.
Ano XLV. Edição n.º 92, 24 de abril de 1869.
Ano XLV. Edição n.º 105, 11 de maio de 1869.
Ano XLV. Edição n.º 106, 12 de maio de 1869.
Ano XLV. Edição n.º 137, 18 de junho de 1869.
Ano XLV. Edição n.º 236, 15 de outubro de 1869.
Ano XLV. Edição n.º 272, 27 de novembro de 1869.
Ano XLV. Edição n.º 275, 1 de dezembro de 1869.
Ano XLVI. Edição n.º 37, 16 de fevereiro de 1870.
Ano XLVI. Edição n.º 40, 19 de fevereiro de 1870.
Ano XLVI. Edição n.º 79, 8 de abril de 1870.
Ano XLVI. Edição n.º 97, 2 de maio de 1870.
Ano XLVI. Edição n.º 114, 21 de maio de 1870.
Ano XLVI. Edição n.º 119, 28 de maio de 1870.
Ano XLVI. Edição n.º 166, 26 de julho de 1870.
Ano XLVI. Edição n.º 174, 4 de agosto de 1870.
Ano XLVI. Edição n.º 206, 13 de setembro de 1870.
Ano XLVI. Edição n.º 207, 14 de setembro de 1870.
Ano XLVI. Edição n.º 209, 16 de setembro de 1870.
Ano XLVI. Edição n.º 212, 20 de setembro de 1870.
Ano XLVI. Edição n.º 218, 27 de setembro de 1870.
Ano XLVI. Edição n.º 219, 28 de setembro de 1870.

Ano XLVI. Edição n.º 228, 8 de outubro de 1870.

Ano L. Edição n.º 8, 11 de janeiro de 1874.

Correspondências do O Liberal:

Ano III. Edição n.º 157, 19 de maio de 1870.

Ano III. Edição n.º 158, 20 de maio de 1870.

Ano III. Edição n.º 169, 3 de junho de 1870.

Correspondências do O Liberal Pernambucano:

Ano VI. Edição n.º 1350, 9 de abril de 1857.

Ano VI. Edição n.º 1363, 25 de abril de 1857.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2. ed. Recife: Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, p. 111-120, 1994.

ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

BEVILÁQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito de Recife*. 3. ed. Recife: Editora. Universitária da UFPE, 2012.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Primeiro Volume, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 – 1728. 8 v. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/diccionario/tipo/todos>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

BOTELHO, Carla (Org.). *Calendário Oficial de Datas Históricas dos Municípios do Interior de Pernambuco*. Recife, Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco/ Centro de Estudos Históricos Municipal, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *La distinción*. Criterio y bases sociales del gusto. 3ª ed. Madrid: Taurus, 2006.
- BRANDÃO, Tanya Maria Pires. Bumba-meu-boi: Uma representação social do sertão nordestino. *Clio*. Revista de Pesquisa Histórica. Série História do Nordeste (UFPE), Recife: ed. Universitária, 2001. n. 19, p. 159-168.
- BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- CABRAL, Flávio José Gomes. *Coversas reservadas: 'vozes públicas', conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.
- CABRERA, Miguel Ángel. *Historia, Lenguaje y Teoria de La Sociedad*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 12. ed. São Paulo: Global, 2012.
- CASTRO, Pérola Maria Goldfeder. *O império dos correios: notas de pesquisa sobre o sistema postal brasileiro no século XIX*. In: I Encontro de Pós-graduandos da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos, 2016, São João Del Rey. Anais do I Encontro de Pós-graduandos da SEO. Niterói, RJ: Sociedade de Estudos do Oitocentos SEO, 2015. v. 1.
- CAUNE Jean, *Pour une éthique de la médiation, Le Sens des pratiques culturelles*, Presses. Universitaires de Grenoble, Grenoble, 1999.
- CESAR, Tiago da Silva. A arte de requerer dos presos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – Século XIX. In: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt *et. al.* (Orgs.). *Instituições e práticas de controle social: perspectivas de pesquisa*. São Leopoldo: Oikos Editora/Editora Unisinos, 2016, p. 172-209.
- CESAR, Tiago da Silva. *A ilusão panóptica: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da província de São Pedro (1850-1888)*. São Leopoldo: Oikos Editora/Editora Unisinos, 2015a.
- CESAR, Tiago da Silva. *Espera Receber Mercê: os requerimentos de presos e suas relações com o Estado (1850-1888)*. In: REGUERA, Andrea; FLECK, Eliane Cristina Deckmann. *Uma História Social e Cultural do Direito, da Justiça e da Política: Do antigo regime ibero-*

americano à contemporaneidade latino-americana. São Leopoldo: Oikos Editora/Editora Unisinos, 2015b, p. 378-403.

CESAR, Tiago da Silva. Os mais baixos cidadãos do Império: o dispositivo peticionário e a linguagem suplicante dos presos do sistema prisional do Rio Grande do Sul (1850-1888). Curitiba: Appris, 2019a.

CESAR, Tiago da Silva. A linguagem e as imagens da pobreza nas petições de encarcerados sul-rio-grandenses (1850-1888). In: RÜCKERT, Fabiano Quadros et al. (Orgs.). *Histórias da pobreza no Brasil*. Rio Grande: Furg, 2019b, p. 161-188.

CHALHOUB, Sidney. População e Sociedade. In: CARVALHO, José Murilo de (coord). *A construção nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 2, p. 37-81.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun/ Roger Chartier*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2ª. ed. Miraflores: Portugal, 2002.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. *Estudos Avançados*. São Paulo, V.5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

COSTA, Ana Cristina Bezerra. O Império e o Imperador através da viagem de D. Pedro II à Província de Pernambuco em 1859. Recife: Programa de Pós-graduação em História, Universidade Católica de Pernambuco (Dissertação), 2019.

COSTA, F. A. Pereira da. *Vocabulário Pernambucano*. Coleção Pernambucana, volume II, 2ª Edição. Recife, 1976.

COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*. Vol. I, Tomo 2. Editora Sul Americana. Rio de Janeiro, 1955.

DARNTON, Robert. *O beijo lamourette: Mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DÉ CARLI, Gileno. *Aspectos açucareiros de Pernambuco*. Rio de Janeiro, 1940.

DICIO. *Dicionário Online de Português*. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br>>. Acesso em: 24 out. 2018.

DIGITAL, Aulete. *O dicionário da língua portuguesa na internet*. Disponível em: <<https://www.aulete.com.br>>. Acesso em: 24 out. 2018.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do Discurso: reflexões introdutórias*. 2ª ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GUIMARÃES, Pedro Maciel. No rosto, lê-se o homem: a fisionomia no cinema. Significação: *Revista de Cultura Audiovisual*, v. 44, p. 85-105, 2016.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaios sobre a representação do outro*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

HOBBSAWM, Eric J.. *A Era das revoluções: Europa 1789-1848*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HONORATO, Manoel da Costa. *Diccionario topographico, estatistico e historico da provincia de Pernambuco*. Typografia Universal. Recife, 1863. Disponível em: <<https://archive.org/details/diccionariotopo00honogooq>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

IASBECK, Luiz Carlos Assis. *Os boatos - além e aquém da notícia* versões não-autorizadas da realidade. Lumina - Facom/UFJF - v.3, n.2, p.11-26, jul./dez. 2000. Disponível em: <www.facom.ufjf.br>. Acesso em: 14 maio 2019.

JAMBO, Arnaldo. *Diario de Pernambuco: história e jornal de quinze décadas*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro S. A., 1975.

LAVATER, Johann Kaspar. *Essai sur la physiognomie, destiné à faire connoître l'homme et à le faire aimer (1775-1778)*. La Haye: 1781-1803.

LUCA, Tania Regina de. *Correspondente no Brasil*. Origens da atividade nas décadas de 1870 e 1880. Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo, v. 5, p. 112-125, 2016.
MARGUERIT, Mathilde. “*La mise en place du réseau postal dans les campagnes du XIX e siècle. Une étude de cas: le département du Nord*”. Flux, n. 42, p. 48–59. 2000.

MARTINS, Bacharel Henrique. *LISTA GERAL DOS Bachareis e Doutores que têm obtido o respectivo gráu na FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE Desde sua fundação em Olinda, no anno de 1828, até o anno de 1931*. 2. ed. Recife: Typografia do Diario da Manhã, 1931.

MELO, Jerônimo Martiniano Figueira de. *Autos do Inquérito da Revolução Praieira*. Brasília, Senado Federal, 1979.

MIGALHAS. *Expressões Latinas*. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/Latinorio/34,MI868_98,61044-Expressoes+latinas+n+144>. Acesso em: 04 dez. 2018.

MONTOYA, Nathalie. *Médiateurs et dispositifs de médiation culturelle: contribution à l'établissement d'une grammaire d'action de la démocratisation de la culture*. Sociologie.

- Université de la Sorbonne nouvelle - Paris III, 2009. Disponível em: <<https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-01342257>>. Acesso em: 29 abr. 2019.
- NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império: Nabuco de Araujo, sua Vida suas Opiniões, sua Época*. Vol. 1. (1813-1857). Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899.
- NASCIMENTO, Luiz do. *Historia da Imprensa em Pernambuco*. Vol. I. 2ª. ed. Recife: Universidade Federal de Pernambuco: Imprensa Universitária, 1968.
- NASCIMENTO, Luiz do. *Historia da Imprensa em Pernambuco*. Vol. V. Recife: Universidade Federal de Pernambuco: Imprensa Universitária, 1970.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A Gaia Ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direiros do Cidadão na Formação do Estado Imperial Brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Por Luiz da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/tipo/todos>>. Acesso em: 1 nov. 2018.
- ROSAS, Suzana Cavani. *Ação, Reação e Transação: A Sociedade Liberal Pernambucana (1851-1861)*. Clio. Série História do Nordeste (UFPE), Recife, v. 1, n.17, p. 159-170, 1999.
- ROSAS, Suzana Cavani. *a Eleição dos tamanduás: Pernambuco e a Lei dos Círculos de 1855*. REVISTA CLIO, Recife, v. 1, n.14, p. 99-119, 1993.
- SANTAELLA, Lucia. *Cultura das mídias*. 2. ed. São Paulo: Experimento, 1996.
- SANTOS, Mário Márcio de Almeida. *Um homem contra o Império: vida e lutas de Antônio Borges da Fonseca*, Fundarpe. 1995.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa – recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO MORAES SILVA*. Typographia Lacerdina. Lisboa, 1789. Disponível em <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/tipo/todos>>. Acesso em: 1 nov. 2018.
- VILELLA, Joaquim Maria Carneiro. Noemmia. 5. milheiro. Recife: Empresa d’A Provincia, 1894.